

FUNDAMENTOS

SÃO PAULO — Março - Abril — 1949



9/10

ECONOMIA

Caio Prado Junior

HISTÓRIA

Prof. Fernando
Segismundo

POLÍTICA

Prof. Lucio
Pinheiro dos Santos

LITERATURA

Afonso Schmidt
Jacob
Gorender

FOLCLORE

Alceu Maynard
Araujo

ARTES PLÁSTICAS

Plinio Ribeiro
Cardoso

A PAZ

Dep. Campos
Vergal
Rossine Camargo
Guarnieri

FORUM DE FUNDAMENTOS

Dr. Marques Simões
Claudio Santoro



NOTAS
COMENTÁRIOS
CRÍTICAS



Guerra
Nunca
Mais

Desenho KAETHE KOLLWITZ

MARÇO/ABRIL
1949

FUNDAMENTOS

Nº 9/10
Vol. III

Revista de cultura moderna

São Paulo

Fundador

MONTEIRO LOBATO

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Afonso Schmidt, Artur Neves, Caio Prado Jr.,
J. E. Fernandes e Ruy Barbosa Cardoso

CONSELHO DE REDAÇÃO

Annibal M. Machado, Aparicio Torelli, Artur Ramos, Astrojildo Pereira, Cândido Portinari, Clovis Graciano, Edison Carneiro, Galeão Coutinho, Graciliano Ramos, J. Vilanova Artigas, Léo Ribeiro de Moraes, Mario Schemberg, Moacir Werneck de Castro, Oscar Niemeyer, Samuel Barnsley Pessoa e Sergio Buarque de Hollanda.

Colaboram neste número:

CAIO PRADO JUNIOR — Historiador, sociólogo e parlamentar. Autor de “História Econômica do Brasil” e “Formação do Brasil Contemporâneo”.

FRANCISCO SEGISMUNDO — Antigo professor de história e geografia do Colégio Pedro II. Jornalista, Técnico de Educação e Saúde. Autor da monografia “Trabalhos manuais no currículo secundário” (1939) e do livro “Castro Alves explicado ao povo” (1947).

PROF. LUCIO PINHEIRO DOS SANTOS — Ilustre intelectual português, radicado no Brasil.

JACOB GORENDER — Jornalista e ex-comabante da F. E. B.

AFONSO SCHMIDT — Escritor e jornalista; autor de “A Marcha”, “Colônia Cecília” e outros romances.

ALCEU MAYNARD DE ARAUJO — Técnico em pesquisas sociais do Instituto de Administração do USP.

PLINIO RIBEIRO CARDOSO — Médico.

DEPUTADO CAMPOS VERGAL — Deputado Federal pelo P. S. P.

DR. MARQUES SIMÕES — Médico, estudioso dos problemas sociais da medicina.

CLAUDIO SANTORO — Compositor e musicólogo.

CAPA — de Kaethe Kollwitz.

FUNDAMENTOS não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em trabalhos assinados. Não devolve originais.

Assinatura Anual — Cr.\$ 70,00

Redação e Administração — Rua Barão de Itapetininga, 275 — 9.º andar — s/96
Diretor-Responsável: Ruy Barbosa Cardoso

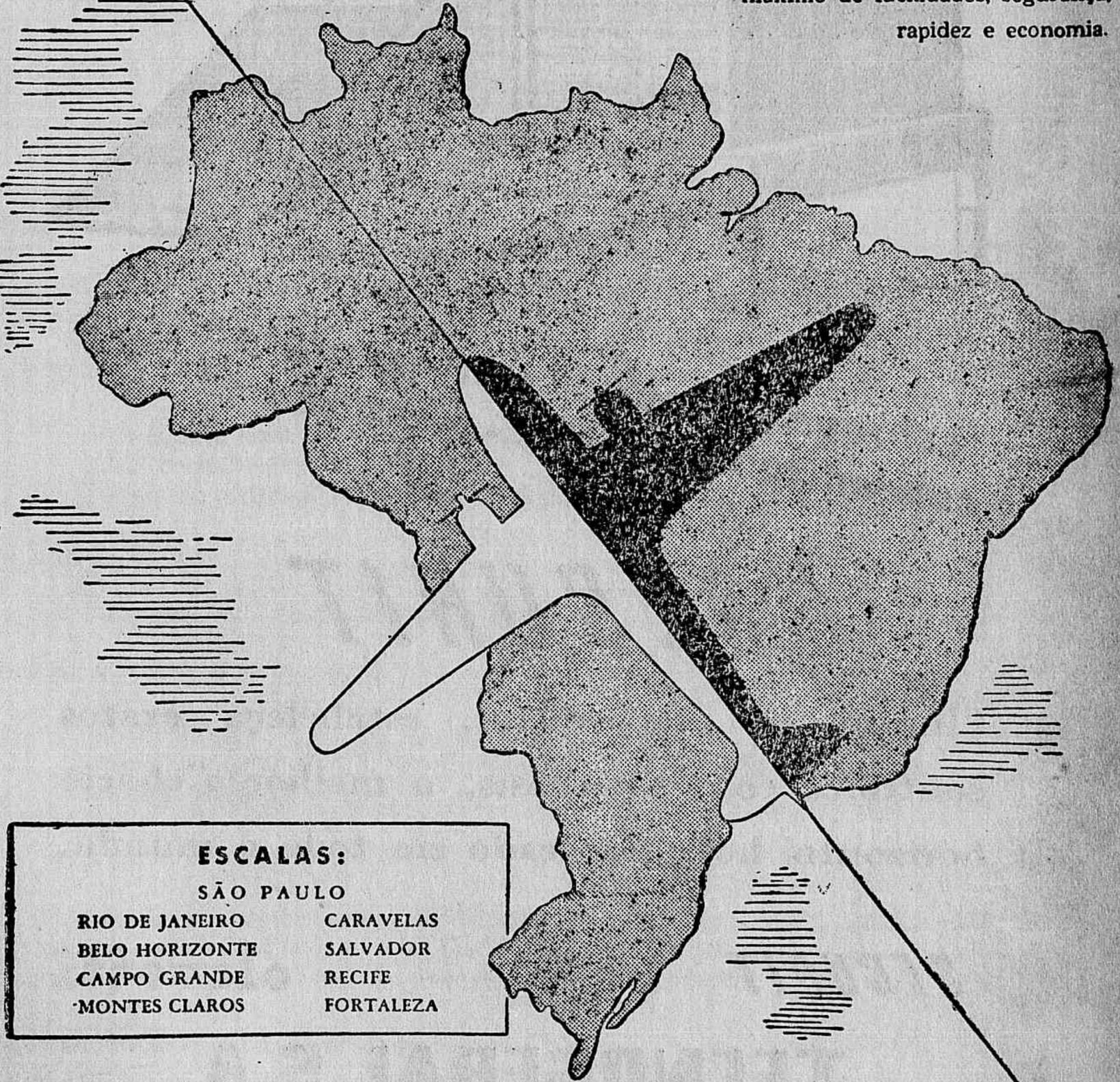
S ã o P a u l o

**NOVOS MERCADOS
PARA SEUS PRODUTOS**

na rota dos
aviões da

ITAU

Os gigantes Curtiss Comando C-46
que compõem a frota da Itau,
ligando as principais cidades do
Norte, Centro e Sul do país -
abrem novos mercados às suas
transações, *qualquer que seja
a natureza de seus produtos.*
Despache suas cargas e encomendas
com Frete Aéreo pela Itau.
Entregas imediatas de domicilio a
domicilio - sem necessidade de
embalagem especial e com um
máximo de facilidades, segurança,
rapidez e economia.



ESCALAS:

SÃO PAULO

RIO DE JANEIRO

BELO HORIZONTE

CAMPO GRANDE

MONTES CLAROS

CARAVELAS

SALVADOR

RECIFE

FORTALEZA



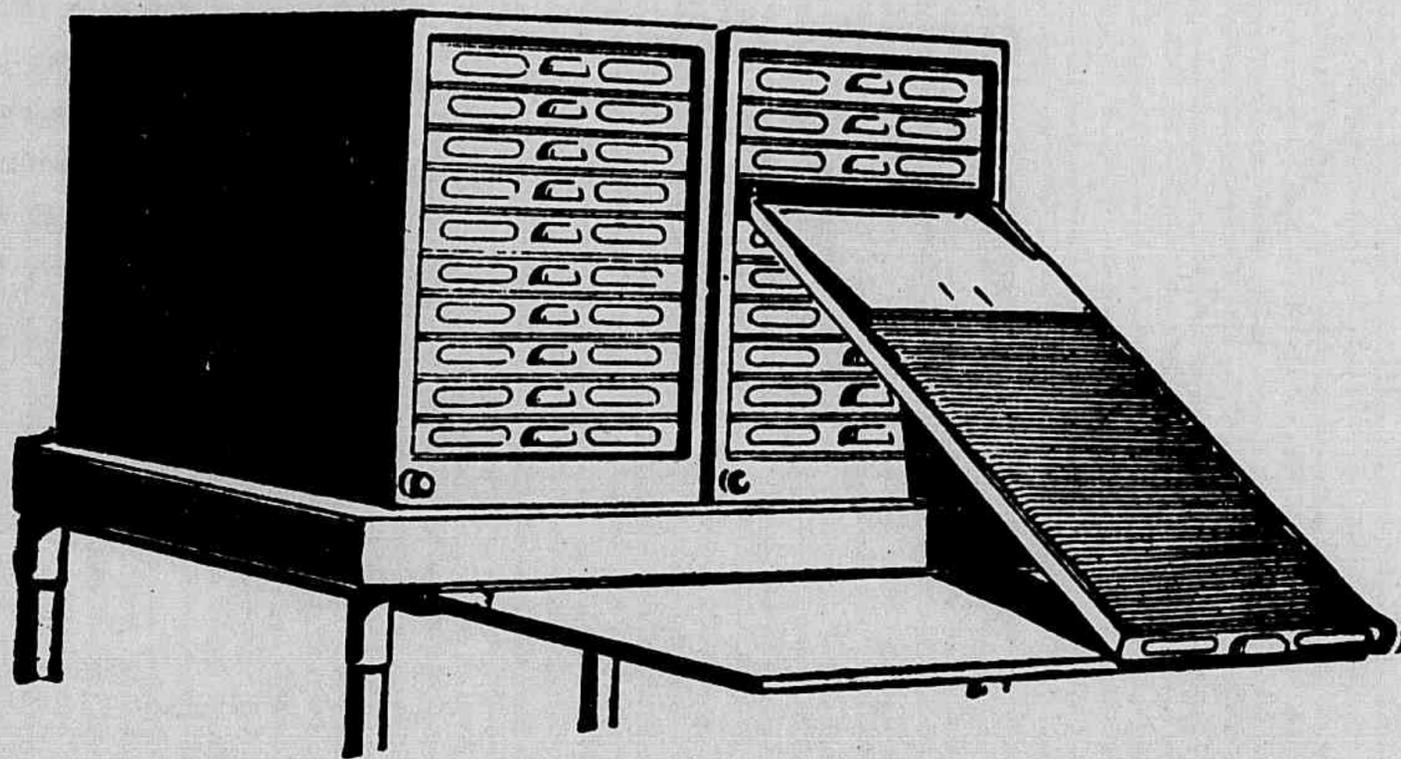
COMPANHIA ITAU DE TRANSPORTES AÉREOS

Sede: R. Asdrúbal Nascimento, 436 - Fones 3-7191 e 3-7192 (Rêde Interna) End. Electr. Itauar - S. Paulo

Agência: Rio de Janeiro - Rua Santa Luzia, 275-A - Fone 32-7449

A ÚNICA EMPRESA NO BRASIL ESPECIALIZADA EM TRANSPORTES COMERCIAIS AÉREOS DE CARGA

ORGANIZAÇÃO INTERNA



estoque - vendas - contas correntes
cobranças - compras - produção

SECURIT

Elimine os desperdícios, estabeleça exatos controles com Synthesis, o melhor fichário horizontal hoje fabricado em todo o mundo.

SECURIT

olivetti

TECNOGERAL S.A.

R. 24 de Maio, 47 - Tels. 6-5785 - 6-7742

ÍNDICE

Editorial	106
Notas da Redação	108
ECONOMIA	
A guerra e suas consequências — Caio Prado Junior	111
POLÍTICA	
Fundamentos Europeus de uma Política Mundial — Professor Lucio Pinheiro dos Santos	125
HISTÓRIA	
Caracterização Política da Revolução Praieira — Fernando Segismundo	132
LITERATURA	
Sete Cartas Loucas — Afonso Schmidt	137
Julio Fuchik — Jacob Gorender	145
Poesia Nordestina — Walter Sampaio	152
FOLCLORE	
Muquirão — Alceu Maynard Araujo	158
ARTES PLÁSTICAS	
Mario Zanini — E. C. F.	167
Do Impressionismo ao Abstracionismo — Plinio Ribeiro Cardoso	170
Kaethe Kollwitz	177
A P A Z	
Poema de Rossine Camargo Guarnieri	179
Crianças Mutiladas — Deputado Campos Vergal	180
Os médicos em face da guerra — Marques Simões	184
FORUM DE FUNDAMENTOS	
Problemas da Musica Contemporânea — Claudio Santoro	187
NOTAS	
Plano SALTE	189
Eleições na A B D E, secção de S. Paulo	192
Museu de Arte Moderna de S. Paulo	195
Crônica Científica	198

A P A Z

Um questão essencial domina hoje o panorama das relações internacionais, refletindo-se intensamente na vida interna de todos os povos: a ameaça latente de guerra que paira sobre a humanidade. Longe dos grandes centros nevrálgicos do mundo moderno, mal informados por uma imprensa que se alimenta de notícias distribuídas por agências informativas mais que suspeitas, ainda pode haver no Brasil quem se iluda relativamente à verdadeira situação internacional. Ela transparece no entretanto claramente nesse mesmo noticiário, se o observamos com atenção. Não passa um dia em que não encontramos nos jornais telegramas alarmantes, informações sobre preparativos bélicos cada vez mais intensos, ou visivelmente destinadas a fomentar o ódio entre as nações e povos. Doutro lado, o espírito público é sistematicamente preparado para aceitar a eventualidade de uma nova guerra, que se apresenta como única solução, e solução necessária e fatal, do presente estado de coisas, no domínio das relações internacionais.

Essa propaganda guerreira não é fruto do acaso. Não se trata de opiniões isoladas, de pontos de vista pessoais. É uma trama, cuidadosamente articulada, e que visa criar ambiente propício para a deflagração do conflito. Os preparativos militares estão em dia; processam-se intensivamente os últimos entendimentos e acordos diplomáticos, de que o Pacto do Atlântico, representa a cúpula e o toque final. Só resta dar a palavra de ordem fatal: GUERRA. Mas para isso é preciso que a opinião pública esteja madura. Não se faz hoje guerra sem a mobilização prévia dessa opinião. E os povos de todo mundo, recém-saídos da última e ainda tão próxima hecatombe, e todos eles, de uma forma ou outra, por ela atingidos, não estão dispostos a se envolverem numa aventura guerreira que nada lhes poderá trazer senão mais sangue e lágrimas. É preciso por isso prepará-los convenientemente afim de que recebam o golpe sem maior protesto, e que marchem passivamente para o matadouro.

Contra essa propaganda ideológica da guerra, existe uma arma específica: a propaganda ideológica da paz. Não haverá guerra se os povos e os homens de boa vontade de toda parte se unirem num NÃO decidido e firme, em resposta aos pretendem lançar o mundo em nova carnificina. Proclamemos pois esse NÃO, e façamos com que todos aqueles que guardam ainda em seus corações algum sentimento de humanidade, o proclamem conosco. O unísono dessas vozes levantadas em todos os quadrantes da

terra, ainda será capaz de deter o braço assassino dos provocadores de guerra.

É o que objetiva o próximo CONGRESSO MUNDIAL DA PAZ a reunir-se em Paris em fins de abril. Delegados de todos os países do mundo estarão aí presentes para afirmarem a vontade inabalável dos povos que representam, de defenderem intransigentemente a paz mundial. O Brasil também participa dêsse grandioso movimento. A saída dêste numero de FUNDAMENTOS coincidirá com o Congresso Nacional da Paz convocado para o Rio de Janeiro. Saudamos efusivamente êsse Congresso, e estamos seguros que dêle sairá uma delegação digna do nosso país, e que fará sentir em Paris e ao mundo os verdadeiros sentimentos pacifistas e humanitários do povo brasileiro.

Notas da Redação

De acôrdo com o que foi anunciado no último número, FUNDAMENTOS passa a ser editada de agora em diante por uma Comissão de Redação de que farão parte os escritores Afonso Schmidt, Artur Neves, Caio Prado Junior, José Eduardo Fernandes e Rui Barbosa Cardoso. Para o seu Conselho de Redação, FUNDAMENTOS se honra em poder contar com os nomes seguintes: Annibal M. Machado, Aparicio Torelli, Artur Ramos, Astrogildo Pereira, Candido Portinari, Clovis Graciano, Edson Carneiro, Galeão Coutinho, Graciliano Ramos, J. Vilanova Artigas, Léo Ribeiro de Moraes, Mario Schemberg, Moacir Werneck de Castro, Oscar Niemeyer, Samuel Barnsley Pessôa e Sergio Buarque de Hollanda. São todos intelectuais, artistas e técnicos, sobejamente conhecidos para serem aqui apresentados. Suas opiniões e sugestões serão valiosas para o aperfeiçoamento cada vez maior desta revista como veiculo da moderna cultura brasileira.

Além desses nomes FUNDAMENTOS em sua fase de ampliação continuará a se beneficiar dos préstimos intelectuais do grande número de colaboradores com que conta em São Paulo, no Rio e em outros pontos do país. Pretende a nova direção da revista não só consolidar a obra já realizada como aprimorá-la até que FUNDAMENTOS se torne uma revista realmente à altura das exigências da cultura nacional na fase decisiva em que vive nosso país.

*

ESTE NÚMERO

Em seu último número, FUNDAMENTOS afastou-se um pouco de sua norma editorial de focalizar de maneira mais extensa e aprofundada, em cada edição, um ou dois problemas de nossa economia. Publicou ao invés um substancial artigo de filosofia da autoria de Jacob Gorender, definindo nos seus termos gerais o problema do humanismo em nissa época. Na presente edição volta FUNDAMENTOS, àquela norma, com o ensáio de Caio Prado Jr. sôbre

as características fundamentais de nossa economia no após guerra. Nada mais oportuno do que este levantamento geral de nossa posição econômica antes de retomarmos a série de ensaios sobre os principais problemas de nossa economia. No terreno da política, temos satisfação em publicar um longo artigo do Professor Pinheiro dos Santos, no qual o ilustre intelectual português expende conceitos muito interessante e pessoais sobre a atual conjuntura político — econômica mundial. Suas apreciações sobre a situação portuguesa, em particular, devem merecer estudo e meditação de todos os democratas, especialmente daqueles que ainda alimentam quaisquer ilusões sobre o torpe regime salazarista. Só neste número foi possível a FUNDAMENTOS realçar a importância histórica do centenário da Revolução Praieira. O estudo conciso e bem elaborado do Professor Fernando Segismundo define, magistralmente, o caráter daquela gloriosa epopéia pernambucana. Aproveitando a estada em nossa capital do escritor sergipano Walter Sampaio pedimos-lhe que nos organizasse uma pequena coletânea da poesia nordestina. Embora não dispusesse de material suficiente, Walter Sampaio aceitou a incumbência e juntou os poemas que publicamos precedidos de algumas anotações suas, e que na sua opinião constituem mostra representativa das tendências dominantes na poesia dos jovens do Norte. Às artes plásticas, hoje na ordem do dia nos principais centros culturais do país, dedicamos farta matéria neste número, salientando-se, um artigo capaz de despertar vivas discussões, de autoria de Plínio Ribeiro Cardoso e uma nota biográfica que acompanha a publicação de dois trabalhos do notável pintor Mario Zanini. Aos leitores mais assíduos de FUNDAMENTOS não escapará a volta de Alceu Maynard Araujo às colunas desta revista, assinando mais um de seus bem documentados estudos folclóricos. FUNDAMENTOS não pode deixar de registrar a satisfação com que publica a veemente exortação pela paz que lhe enviou o ilustre parlamentar Campos Vergal. O resto da matéria versa, como sempre, aspectos variados da vida cultural, econômica e política de nossa país.



Chamamos a atenção de nossos leitores para as resoluções do Congresso Brasileiro pela Paz que se realizou na Capital da República de 9 a 11 de abril, apesar do inominável atentado policial contra a sede da UNE, na sessão inaugural do certame. Nelas se exprime a voz de nosso povo que os delegados brasileiros levarão ao entendimento de todo

o mundo, no Congresso Mundial dos Partidarios da Paz, a se reunir em Paris, na segunda quinzena de abril. Em comemoração a esse Congresso importantissimo, FUNDAMENTOS dedicará uma de suas próximas edições ao magno problema da paz. Neste número publicamos testemunhos eloquentes de dois brasileiros dignos, os srs. Deputado Campos Vergal e o Dr. Marques Simões, examinando ambos, dentro do espirito humanitário que é uma virtude de nosso povo, o horror da guerra e a vontade de paz de todos os cidadãos honestos do mundo inteiro.

A guerra e suas Consequências (1)

Caio Prado Junior

Cêrca de um decênio é decorrido desde a data ao redor da qual termina esta *História Econômica*; anos êsses cheios de acontecimentos da maior importância internacional, e que repercutiram fundamentalmente em nossa economia. Sem pretender analisar aquí, em seus pormenores, as consequências derivadas da Guerra Mundial II — o que a própria natureza desta obra não comportaria — penso que será de interêsse examiná-las, nos seus aspectos mais gerais, em confronto com a linha fundamental de desenvolvimento da economia brasileira nos termos em que foi colocada no curso desta *História*.

A guerra, apesar das repercussões profundas que teve, não modificou substancialmente, como não poderia modificar, o processo de transformação da economia brasileira observado nos últimos decênios e descrito no capítulo final da primeira edição. A “crise do nosso sistema colonial” se manteve, e apesar das circunstâncias especiais e aspéctos particulares que nela provocou a conflagração da qual participamos passiva e também ativamente, tal crise se acentuou e precipita-se agora neste após guerra em que nos encontramos.

No curso da guerra, particularmente em sua última fase, e prolongando-se nos anos subsequentes, assistimos a um revigora-mente esporádico do tradicional sistema da economia brasileira. Voltamos um momento ao passado, abrindo-se para tal sistema (isso é, uma economia essencialmente exportadora e voltada para o exterior) nova e brilhante oportunidade. Com uma intensidade de que ha muito o país não tinha notícias, o Brasil voltava a ser alvo de forte demanda internacional de gêneros alimentícios e matérias primas, exigidos agora pelas necessidades da luta em que se empenhavam as grandes potências de que o Brasil é tributário.

Essa intensificação da demanda não se refletirá tanto no volume da exportação, cujo aumento não será muito sensível. Circunstância que devemos notar desde já, e que mostra o esgotamento da capacidade produtiva do país, assunto sôbre que voltaremos mais adiante. Mas no valor, o efeito será considerável, ascendendo a exportação brasileira de gêneros alimentícios e matérias primas para nível fantásticos.

Ao mesmo tempo que assim se valoriza a exportação, declina a importação. De um lado, interrompiam-se quase completamen-

(1) Êste estudo constituirá novo capítulo da “*História Econômica do Brasil*” do autor, em sua próxima reedição. (N.d.R.).

te os fornecimentos dos países europeus, isolados de nós pela guerra ou empenhados numa luta que lhes absorvia tôdas as atenções e atividades; doutro, os Estados Unidos, ocupados como também estavam na produção de guerra, não puderam suprir aquele desfalque; e em alguns itens importantes, não conseguiram nem ao menos manter o seu nível de fornecimentos anterior à guerra. Essa situação resultará, como ainda estamos bem lembrados, em grandes privações, particularmente sensíveis no que diz respeito aos combustíveis com a redução drástica das importações de derivados do petróleo e de carvão. Essas privações, contudo, tiveram alguns lados positivos, como o estímulo à produção de carvão nacional bem como o de despertarem as atenções do país para a utilização de nosso petróleo. E ao mesmo tempo que se acelerava a devastação de matas para extração de lenha e carvão vegetal, com tôdas suas deploráveis consequências, começa a desenvolver-se em algumas regiões do país, como em S. Paulo, uma atividade agrícola praticamente nova entre nós, a silvicultura, destacando-se a do *eucalipto*.

* * *

Em consequência do aumento da exportação e declínio das importações, desaparece momentaneamente uma das contradições essenciais de nosso sistema econômico: o desequilíbrio crônico da balança de pagamentos exteriores, cujo papel relevante em nossas finanças e na vida econômica em geral do Brasil foi analisado no curso desta História. E como efeito dêsse equilíbrio, a moeda brasileira adquirirá notável estabilidade cambial, sem precedentes em todo nosso passado.

As restrições do comércio importador ainda terão outra consequência importante. Privado do abastecimento externo no que diz respeito a um grande número de manufaturas, o mercado interno tem de recorrer à produção nacional, o que abre amplas perspectivas para as atividades industriais do país. Repetia-se o que já ocorrera por ocasião da primeira guerra mundial (1914-1918). E desta vez em escala muito maior, de um lado porque a redução dos fornecimentos exteriores é muito mais drástica; e doutro porque as necessidades do mercado nacional se tinham tornado muito maiores. Além disso, partia-se agora, o que não acontecia em 1914, de um nível industrial já mais elevado, tornando-se porisso mais fácil o aparelhamento da indústria brasileira no sentido de atender a tais necessidades acrescidas e insatisfeitas pelo habitual recurso à importação.

A indústria brasileira não será aliás solicitada apenas pelo mercado interno; alguns de seus setores mais habilitados e desenvolvidos (como em particular o de tecidos de algodão) encontrarão, também alguns mercados externos, como nos países da América Meridional e na África do Sul, às voltas com as mesmas dificulda-

des de abastecimento que nós. Os próprios Estados Unidos se tornam grandes importadores de tecidos brasileiros. A exportação de tecidos constituirá mais um elemento ponderável de reforçamento da nossa balança comercial: chega a figurar em segundo lugar na lista de nossas exportações, depois do café, e com uma participação no total exportado de quasi 13% (1943).

* * *

A economia brasileira encontrava assim, graças às circunstâncias excepcionais da guerra, um novo equilíbrio provisório; e apesar dos grandes sacrifícios suportados pelo país, os anos de duração do conflito representam uma fase de nítida prosperidade. É certo que ela se fazia à custa da massa trabalhadora do país, que suportou o onus daqueles sacrifícios (por efeito, em particular, das restrições alimentares e do encarecimento considerável da vida), e são somente as classes possuidoras e dominantes que dela participam largamente. A pressão sobre o mercado por efeito de uma oferta insuficiente de mercadorias (resultado da diminuição da importação e do aumento da exportação sem acréscimo sensível da produção), bem como a inflação do meio circulante (efeito de pesadas emissões provocadas por grandes despêsas públicas e pelo financiamento dos saldos do comércio exterior) provocam uma rápida ascensão de preços que não será acompanhada senão muito tardiamente pela elevação de salários e da remuneração do trabalho em geral. Essa defasagem resulta em forte acréscimo da exploração do trabalho e um sobre-lucro apreciável que provocam grande e intensa acumulação capitalista. O considerável enriquecimento das classes possuidoras ainda é fomentado pela valorização da propriedade imobiliária, sobretudo a urbana (reflexo da diminuição do poder aquisitivo da moeda, bem como do desenvolvimento dos centros urbanos, fato êsse que referiremos abaixo), e pela intensa especulação que caracterizou a vida financeira e administrativa do Brasil no decorrer da guerra.

* * *

Êsse momentâneo equilíbrio e essa artificial prosperidade começam a declinar na medida em que desaparecem as circunstâncias extraordinárias que os tinham provocado. As antigas contradições que solapam a economia brasileira, um instante disfarçadas, voltam à tona, muitas delas agravadas; e outras novas vêm-se acrescentar a elas, aprofundando-se consideravelmente a crise geral do sistema, já agora com grandes repercussões na vida política e social do país.

O impulso dado às exportações, embora mantendo-se depois da guerra, já não contrabalança o desenvolvimento das importações, cujo progresso espetacular nestes últimos anos é determinado sobre-

tudo por duas ordens de fatores: de um lado, a necessidade de repor material desgastado e não substituído durante o longo período de interrupção das importações normais (material ferroviário, maquinário em geral, etc.); doutro, o grande poder aquisitivo acumulado em alguns setores da população, reflexo do enriquecimento das classes possuidoras que assinalamos acima. Este último fator é facilmente constatado na pauta das importações, em que se destacam os gêneros e artigos suntuários sem outra significação que a de alimentar o bem estar e o luxo de classes possuidoras grandemente enriquecidas durante a guerra. A esse item de despêsas no exterior é preciso acrescentar outro da mesma natureza que são os gastos de turismo e viagens, e que somam em 1947 a importância vultosa de mais de um bilhão de cruzeiros.

Em 1947 o valor das importações ultrapassa o da exportação, deixando um déficit de 1.600 milhões de cruzeiros. No primeiro semestre de 1948 o déficit alcança 2.300 milhões. E considerando-se o conjunto da balança de pagamentos, esse déficit é ainda muito maior, pois atinge em 1947 quasi 2 e meio bilhões (*).

O desequilíbrio provocado por tais déficits é agravado pelo bloqueio das moedas de que possuíamos maiores saldos acumulados durante os anos favoráveis da guerra e resultantes de uma balança mercantil favorável (Grã-Bretanha, França, Checo-Slovaquia, etc.). Esses países devedores não somente se encontram impossibilitados de liquidar seus débitos comerciais, como ainda não conseguem satisfazê-los com mercadorias. Isso em parte porque não dispõem de produção suficiente; mas sobretudo porque nosso intercâmbio com eles é embaraçado pelos interesses norte-americanos, que procuram conservar seus fregueses brasileiros e seu quasi monopólio do nosso mercado. O famoso Plano Marshall tem tido nesse terreno uma influência considerável. E porisso a maior parte dos nossos créditos no exterior (sobretudo na Inglaterra) está sendo liquidada com a aquisição pelo Governo Brasileiro de ferro velho de emprêsas com finanças precárias (a antiga S. Paulo Railway Company, o projeto de aquisição da Leopoldina Railway e da Great Western, etc.).

A situação financeira do nosso comercio exterior melhorou quando se estabeleceram medidas restritivas da importação, a *licença prévia*; e apesar do vulto do déficit do primeiro semestre de 1948, o ano se encerrará quasi equilibrado. Nem porisso o problema se pode considerar resolvido. A pressão sobre o mercado de divisas estrangeiras continua, o que se verifica facilmente pela desvalorização do cruzeiro no câmbio negro, que alcança neste momento mais de 35% (relativamente ao dolar norte-americano). Isso sem contar as privações a que se obriga o país em consequên-

(*) O cálculo da nossa balança internacional de pagamentos, realizado pela primeira vez no Brasil em 1947, encontra-se publicado em CONJUNTURA ECONOMICA, outubro de 1948.

cia das restrições do comércio importador. Tais restrições, sem dúvida necessárias no que diz respeito ao esbajamento que presenciemos nos anos que imediatamente seguiram a guerra (e que a política oficial favoreceu abertamente e estimulou), vão atingir também importações essenciais ao desenvolvimento do país. Para êsse desenvolvimento, e em muitos casos para a simples reposição de material desgastado (é o caso em particular das estradas de ferro), o Brasil exige importações de vulto que a situação precária de nossas contas externas compromete gravemente.

É preciso notar que essa situação, embora aguda e apresentando-se hoje com aspéctos particulares, não é em sua essência nova, e não representa na realidade senão prolongamento de um mal crônico que vem dos primórdios de nossa existência de nação livre. Ela reflete as contradições profundas da economia brasileira que já analisamos nos capítulos dêste livro. Uma economia como a nossa, apoiada essencialmente na produção de matérias primas e gêneros alimentares de baixo valor, mas com cuja exportação contamos exclusivamente para pagar as importações necessárias à manutenção da população brasileira e de suas atividades econômicas, bem como para o pagamento, sob forma de juros, dividendos e amortizações, do capital estrangeiro aquí aplicado, uma tal economia é incapaz de sustentar no país um nível elevado de vida; e o desequilíbrio se torna fatal logo que se sai dos padrões mais ínfimos de existência.

Não são melhores as perspectivas futuras. Não ha que contar com nenhum surto apreciável de nossa produção e exportação de matérias primas e gêneros alimentares. Essa previsão, já feita na primeira edição desta História, se confirma cada vez mais. No que se refere a nossos grandes produtos tradicionais (café, algodão), a produção se acha estagnada, senão em franca decadência, e sem perspectiva alguma de progresso. A situação do cacau, da borraça e das frutas é semelhante. A produção de carne já não atende satisfatòriamente nem mais ao mercado interno, e as exportações que dela se fazem representam grande desfalque de nosso consumo próprio. Verifica-se algum progresso apenas na produção e exportação de frutos oleaginos e de arroz. É contudo um progresso relativo e de futuro mais que problemático. Trata-se de produtos sujeitos a forte concorrência internacional, e é suficiente que outros produtores voltem a uma situação normal (como o Extremo Oriente, no que diz respeito ao arroz) para que a participação do Brasil no comércio mundial estagne, se não recuar definitivamente, o que é mais provável.

Mas na análise dêste problema de que nos estamos ocupando é preciso considerar não apenas a nossa capacidade produtiva, mas também, e principalmente, as oportunidades oferecidas aos nossos produtos pelo mercado exterior. E em tal terreno, as perspectivas que se apresentam são ínfimas. A Europa se volta, e voltar-se-á cada vez mais para suas colônias. O exemplo mais flagrante disso

é a Inglaterra, incentivando a volarização de suas colônias africanas, e projetando nelas grandes planos de estímulo econômico (*). A África é um concorrente potencial (e já efetivo em alguns setores) de tôdas as produções brasileiras de matérias primas e gêneros alimentícios. Até mesmo os Estados Unidos estão-se voltando para territórios africanos, onde contam com essa semi-colônia que é a Libéria. E lembremos a França, que sempre foi um dos nossos maiores compradores de café, e hoje se abastece quasi exclusivamente em suas colônias da África.

Outra ameaça aos produtos tropicais brasileiros está na indústria sintética, já praticamente vitoriosa no caso da borracha, encaminhando-se para isso na cera de carnaúba, e pairando como ameaça potencial sôbre quasi tôdas as nossas matérias primas. O interesse que o Brasil poderá apresentar no futuro aos grandes mercados internacionais nesse setor de matérias primas reside quasi exclusivamente no setor de minerais. As nossas grandes jazidas de ferro, de manganês, o petróleo e alguns outros minérios oferecem certamente grandes perspectivas. A exportação de minérios contudo, do ponto de vista de reerguimento de nossa economia, pouco significa. Em bruto — e é como os querem nossos eventuais compradores, — seu valor é ínfimo, e sua simples produção, sem industrialização, é incapaz de servir de base a um atividade econômica de nível elevado. A exportação de mineirais, privando-nos de reservas esgotáveis e que não se reproduzem, deixará no Brasil apenas os minguados salários dos mineradores. E nossas finanças arcarão ainda com o onus de transportes deficitários (consequência da situação geográfica da maior parte de nossas jazidas), como se está verificando com relação ao minério de ferro de Itabira (Minas Gerais) explorado pela Companhia Vale do Rio Doce. No que diz respeito ao petróleo, a situação de outros países grandes produtores e exportadores, mas de estrutura econômica, social e política semelhante à nossa (como a Venezuela) evidencia pela miséria de seu povo que não haverá muito que esperar nesse setor, se se realizarem os propósitos daqueles que pretendem entregar nossas reservas à exploração dos trusts estrangeiros.

As perspectivas do nosso intercâmbio externo não se apresentam pois nada favoráveis. E o desequilíbrio em nosso desfavor, com que se apresenta, mostra-se nas condições atuais de nossa estrutura econômica sem solução. Tal desequilíbrio, no que se refere em geral à balança externa de pagamentos, se agrava aliás em consequência dos pesados pagamentos que o país realiza no exterior para satisfação de juros, dividendos e outras remunerações do ca-

(*) Ver a respeito a série de artigos publicados na FOLHA DA MANHÃ de S. Paulo, em janeiro de 1949, pelo prof. Mello Moraes; o artigo do sr. Evaldo Simas Pereira no OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO de dezembro de 1948, sob o título *Política de valorização da África ameaçando produtos do Brasil*; e a tese do sr. M. P. de Faria e Silva à PRIMEIRA MESA REDONDA DE CONSERVAÇÃO DO SOLO, publicada nos jornais paulistas de 13 de fevereiro de 1949.

pital estrangeiro aqui aplicado. Essa situação, que já é antiga, tende no momento atual a se agravar, pois nunca êsse capital se mostrou como agora tão interessado no Brasil, e penetrou mais fundo em sua economia.

Concorreu decisivamente para êsse revigoramento da ação imperialista no Brasil, o período de guerra, em que nosso país se viu na contingência de se ligar intimamente à política norte-americana. As circunstâncias da guerra, se de um lado eliminaram quasi completamente do cenário brasileiro a ação dos imperialismos europeus, impulsionaram consideravelmente o norte-americano. O nosso grande e poderoso ex-aliado da guerra se aproveitou da situação excepcional em que se encontrou relativamente ao Brasil, para penetrar fundamente em sua vida econômica, bem como política; e disso resultou uma subordinação crescente de nosso país que, a continuarem as coisas na marcha atual, não tardará em nos transformar em novo Porto Rico ou Haiti.

O papel dos interesses econômicos e políticos norte-americanos com relação ao Brasil se apresenta sob dois aspectos que analisaremos a seguir. De um lado, o nosso país aparece como fornecedor potencial (em alguns casos já efetivo) de certas matérias primas estratégicas e de fundamental importância. Até o advento da guerra, os Estados Unidos sempre encontraram com abundância em seu próprio território nacional a maior parte das matérias primas essenciais necessárias à sua indústria. Sob êste aspecto, os Estados Unidos se apresentam em posição ímpar entre as grandes potências industriais modernas, em geral inteiramente dependentes de abastecimento exterior, e muitas vezs longínquo.

A guerra, entretanto, veio revelar a insuficiência dos recursos próprios norte-americanos em face do considerável desenvolvimento da produção nacional. Chamou ainda a atenção para a vulnerabilidade da economia norte-americana na eventualidade de novo conflito mundial. O imperialismo norte-americano sentiu-se e se sente ameaçado em seus próprios fundamentos, hoje mais que nunca função de sua capacidade produtiva industrial. Tanto mais que é sómente numa guerra contra um adversário da estatura da União Soviética, e farto de recursos como êsse país (reforçados agora pela natural aliança da China comunista vitoriosa), é sómente nessa guerra que vê a salvação de seu periclitante domínio.

Em tal conjuntura, impunha-se a mobilização de todos os recursos disponíveis. Os da América, em melhor situação estratégica, figuram naturalmente num lugar de destaque nesse plano de controle das fontes mais seguras de matérias primas industriais; inclusive, está claro, os brasileiros. Nesse terreno, o que sobretudo interessa os norte-americanos no Brasil, são os minérios e o petróleo. Com relação aos primeiros, já asseguraram o de manganês, cujas principais jazidas estão nas mãos de uma empresa subsidiária da Unidet States Steel Corporation: a *Companhia Meridional*

de Mineração; ou são indiretamente controlados por aquele e outros trusts siderúrgicos norte-americanos, como os depósitos de Urucum, na fronteira do Brasil com a Bolívia, e os do Amapá. Coisa semelhante se dá com relação ao nosso minério de ferro, que eventualmente será de grande importância para a indústria norte-americana. Em 1942, sob os auspícios do governo dos Estados Unidos, organizou-se no Brasil a *Companhia Vale do Rio Doce* que obteve as antigas concessões da British Itabira Company na região dêste nome em Minas Gerais, onde se encontram as melhores e maiores jazidas brasileiras de ferro. A Companhia Vale do Rio Doce, formada com capitais brasileiros (do Governo Federal, de autarquia e de particulares), e financiada com empréstimos do Export Import Bank de Washington, é dirigida, nos termos de obrigação contratual, por uma administração mixta de brasileiros e norte-americanos, aprovada pelos governos de ambos os países; e obrigou-se a vender seus minérios aos Estados Unidos (*). Ficou assim amplamente assegurado a êsse país, para quando precisar dela, o melhor da produção brasileira. Note-se que correm por conta do Brasil os riscos da exploração: os capitais invertidos e a inverter são todos brasileiros, o financiamento norte-americano é sob forma de empréstimo. E que tais riscos não são imaginários, provam-no as operações deficitárias da Companhia Vale do Rio Doce desde o início de suas atividades até a presente data. Melhor negócio não podiam fazer nossos sócios norte-americanos.

Finalmente, no que se relaciona com o petróleo brasileiro, o domínio norte-americano sôbre êle estará assegurado se fôr conseguida a aprovação do projeto de lei a respeito em andamento no Congresso Nacional: o chamado *Estatuto do Petróleo*. (**)

É assim que o imperialismo norte-americano está realizando a primeira, e talvez mais importante parte de seus objetivos com relação ao Brasil. O segundo aspecto de sua penetração consiste no acaparamento de nossas principais e mais rendosas atividades econômicas, colocando-as na posição de simples elementos subsidiários dos grandes trusts e monopólios de âmbito internacional. Êsse é particularmente o caso da indústria, cujos setores essenciais e de maiores perspectivas estão sendo gradualmente absorvidos pelos grandes sistemas e blocos financeiros norte-americanos. Isso já se realizou quase inteiramente no terreno da produção e distribuição de energia elétrica; é fato consumado em diferentes ramos manufatureiros, como na indústria do vidro e da borracha. O processo

(*) À Inglaterra também; foi o preço cobrado pelos ingleses para a transferência de suas concessões.

(**) Sôbre a questão do petróleo brasileiro e o famigerado Estatuto já existe copiosa literatura esparsa em jornais, revistas e debates parlamentares. Uma boa síntese da matéria encontra-se num artigo do sr. Fernando Luiz Lobo Carneiro para a revista FUNDAMENTOS, de S. Paulo, Junho de 1948; *A luta pelo petróleo brasileiro*.

acha-se grandemente avançado e quasi completo na indústria do cimento e na de material elétrico; já se implantou decisivamente nas indústrias alimentícias, e dá seus primeiros passos na farmacêutica, química e até de tecidos, até ha pouco a mais nacional das indústrias brasileiras. Em todos êsses setores de nossa economia (e fazemos aquí apenas uma rápida e sumária enumeração exemplificativa), ou pelo menos em seus pontos-chaves, as atividades do país já não respresentam mais que simples apêndices e elementos subsidiários de grandes organizações internacionais, os poderosos trusts norte-americanos. E a essa lista de atividades industriais poderiam ser acrescentadas as referentes ao comércio.

Êsse processo de penetração do imperialismo já é muito anterior à última guerra mundial, e foi referido nesta História. Mas o que o caracteriza na fase em que hoje nos encontramos é a intensidade com que se desenvolve. Com o ritmo atual, não demorará muito que a maior parte da indústria brasileira (e do grande comércio também) esteja, no que se refere a seus setores essenciais, enfeixada nas mãos dos grandes trusts norte-americanos ou por êles controlada. É de observar que nesta fase, a tática essencial do imperialismo consiste em se aliar ao capital brasileiro, aliança que não passa na realidade de uma subordinação completa dêste último. Política esta hábil e de grande alcance, pois associa à exploração imperialista setores importantes da burguesia nacional, que se constitui assim em vanguarda na defesa de seus interesses. Além disso, põe à disposição dos trusts o capital brasileiro, que embora ainda pequeno, já não é desprezível (*).

É êsse mais um fator com que conta o imperialismo norte-americano em sua ação relativamente ao Brasil. E nada, a não ser medidas políticas de defesa econômica nacional o deterão na marcha encetada. A expansão internacional e a absorção gradativa, até se tornar completa, de tôdas as atividades mundiais relacionadas com seus setores respectivos, é uma lei inelutável de sobrevivência destas imensas organizações financeiras e econômicas que são os trusts. E comercialmente, no plano interno brasileiro, elas não enfrentam problemas sérios. Não existe naquele plano para as indústrias subsidiárias que aquí estabelecem concorrência apreciável. Nem da débil indústria nacional, está claro, nem de manufa-

(*) São da maior importância para o futuro da economia brasileira medidas de resguardo dêsses capitais contra as investidas da finança internacional, cujas intenções a respeito já não são mais segrêdo. O relatório da Missão Abbink, que sai a público no momento em que escrevemos estas linhas, torna isso bem claro pelo interesse que aquele representante das finanças norte-americanas demonstra pela mobilização e eventuais aplicações de nosso capital. Uma das condições para o desenvolvimento futuro das indústrias brasileira será a disponibilidade de capitais. Encaminhar-se-ão nossas reservas financeiras para empreendimentos genuinamente nacionais, ou ficarão à disposição dos trusts norte-americanos como suplementação de seus capitais próprios? Eis a pergunta que se pode hoje legitimamente fazer.

turas importadas, que sómente poderiam provir de suas matrizes ou de grupos aliados (*).

A continuarem as coisas na marcha atual, essa indústria subsidiária dos grandes trusts tem diante de si um suave caminho a percorrer; e cada vez mais a economia brasileira se incluirá em seus sistemas internacionais respectivos. As mesmas perspectivas não ocorrem para este outro setor da indústria brasileira que propriamente se pode considerar nacional. No decurso da guerra, como vimos, e mercê das circunstâncias anormais e excepcionais então vigentes, essa indústria se desenvolveu apreciavelmente, embora antes no sentido quantitativo que qualitativo. Mas com o advento da paz e o retorno a condições normais que as poucas se estão restabelecendo, a indústria brasileira se vê novamente a braços com seus tradicionais problemas de estrutura que analisamos no curso desta História. Agora agravados em face mesmo do progresso verificado, que já tornou a industrialização do país, e a sua estabilidade, questão vital para a própria sobrevivência de nossa economia. Aquela normalização está importando no restabelecimento da concorrência de produtos estrangeiros, afastada durante a guerra; e quanto aos mercados exteriores que conseguimos conquistar durante a conflagração mundial, eles vão desaparecendo. Assim a exportação de tecidos de algodão, setor em que realizamos maior avanço, tendo atingido 26.000 toneladas em 1943, declinam em seguida, não ultrapassando nos dez primeiros meses de 1948, 5.410 toneladas.

Não podemos alimentar ilusões quanto a mercados externos para nossas manufaturas num futuro próximo. Em condições normais, a rudimentar e deficiente indústria brasileira não pode concorrer no comércio internacional com a produção dos grandes centros manufatureiros da Europa e dos Estados Unidos; nem mesmo com a produção nacional de nossos clientes de guerra que, como a Argentina, estão-se industrializando ativamente. A produção de manufaturas brasileiras para o exterior tenderá a restringir-se à das indústrias subsidiárias dos grandes trusts internacionais instalados em nosso território (como se dá, p. ex., com os pneumáticos). Consistirá então numa simples conveniência, muitas vezes momentânea, desses trusts, que tanto produzem hoje no Brasil certos artigos consumidos por exemplo na Argentina, como passarão amanhã a produzir esses mesmos artigos em suas unidades platinas, exportando-os em seguida para nós.

(*) Existe naturalmente a eventualidade de concorrência de outros grupos imperialistas. Mas pelo menos num futuro previsível, o imperialismo norte-americano não corre nesse terreno risco apreciável. Seus possíveis concorrentes foram praticamente eliminados, pela guerra, do cenário brasileiro. Quanto à concorrência entre grupos norte-americanos diferentes, essa é na fase atual de pequena monta. Impera hoje a política de divisão pacífica de mercados, que até a próxima crise capitalista, se conservará. Em vez de lutar, os grupos se acordam nessa fase de momentânea prosperidade norte-americana em que o bolo a dividir parece que dá para todos. Além disso, no que diz respeito aos interesses nacionais brasileiros, a luta entre grupos concorrentes e a vitória de um sobre outro nada significa. O vitorioso continuará a tarefa interrompida do vencido.

A indústria brasileira, a legítima indústria brasileira, para viver e prosperar normalmente em condições que não sejam excepcionais, precisa superar as contradições que lhe solapam os próprios fundamentos, e que fôram anteriormente analisadas. Precisa sobretudo estruturar-se sòlidamente na base de uma indústria pesada que lhe conceda autonomia e auto-suficiência nacional, deixando de depender, como depende ainda fundamentalmente, da grande indústria estrangeira no que diz respeito a elementos básicos e vitais, como a maior parte de metais semi-elaborados, a produtos químicos essenciais, ao maquinário, etc.

Mas êsse, bem como outros problemas da industrialização brasileira dependem fundamentalmente para sua solução da questão primordial de mercados. Uma indústria moderna, em larga escala e produzindo em massa (condições precípuas para sua vitalidade) é função de mercados amplos. Excluído o do exterior, como observamos, resta-nos o interno, que será sempre insuficiente (mesmo excluindo-se a concorrência estrangeira) para alimentar uma indústria completa e moderna, enquanto perdurar o ínfimo padrão de vida da população brasileira, tanto a urbana, como particularmente a rural.

* * *

E alcançamos com isso o ponto nevrálgico da economia brasileira: a estrutura agrária do país, responsável principal pela miséria do povo brasileiro. Não nos estenderemos aquí sôbre o assunto, que dentro dos limites desta História já se acha suficientemente desenvolvido em capítulos anteriores. Assinalaremos unicamente as repercussões principais que a guerra teve nesse setor. São elas indiretas, mas nem porisso menos sensíveis. O estímulo dado pela guerra às atividades industriais e outras a elas ligadas determinou forte apêlo demográfico partido dos centros urbanos, e que em certas regiões do país (como no Sul, e em S. Paulo particularmente) tiveram grandes consequências no campo. A agricultura viu-se privada de muitos braços, e isso não sòmente reduziu consideravelmente nossa capacidade produtiva agrícola, como ainda representou mais um forte golpe sofrido pela velha estrutura agrária brasileira da "fazenda", a grande propriedade de tipo colonial.

O problema da mão de obra figurou sempre, em tal organização, num plano destacado, como já tivemos várias vêzes ocasião de notar no correr dêste livro; e foi graças a um abastecimento regular e vultoso de trabalhadores que se formou, manteve e progrediu a grande propriedade monocultural, base de nosso sistema agrário.

O forte centripetismo urbano verificado nestes últimos anos repôs novamente o problema em tôda sua agudeza. Grandes esperanças se puseram na imigração estrangeira; mas logo se verificou que essa solução, já empregada no século passado e atual por

ocasião do progresso da lavoura cafeeira, e então com pleno êxito, não oferecia mais as mesmas perspectivas. O novo e eventual imigrante já não é o mesmo indivíduo mais ou menos conformado que aceita, como aceitava no passado sem maior oposição, as condições precárias de existência que lhe oferece a grande lavoura brasileira. O trabalhador rural europeu tornou-se exigente, e ou lhe proporcionam situação condigna, ou prefere permanecer em seu país natal. Tanto mais que a Europa, embora ainda subvertida pelas consequências da guerra, oferece perspectivas próximas de profundas modificações que assegurarão à sua população trabalhadora uma sensível melhoria de vida. Aliás em vários países daquele continente, alguns dêles nossos velhos fornecedores de mão de obra, tais modificações se acham em pleno curso, e não ha mais probabilidade alguma de recebermos dêles contingentes imigratórios apreciáveis. É o caso dos países do oriente europeu. Pelo contrário, é um movimento em sentido inverso que se verifica, como ainda recentemente ocorreu com a repatriação em massa de checos radicados em S. Paulo.

Se a grande lavoura já não pode contar mais com novos imigrantes, não conta também, com segurança, com os próprios trabalhadores ainda nela estabelecidos. Os centros urbanos, apesar de suas precárias condições no que diz respeito ao nível de vida de seus trabalhadores, ainda assim supera largamente o inqualificável padrão que domina nas fazendas brasileiras. O atrativo que oferece persistirá porisso, ao mesmo tempo que o trabalhador rural toma cada vez mais consciência de sua situação miserável, e reage contra ela impondo exigências até ha pouco insuspeitadas. A grande lavoura encontrará assim cada vez mais dificuldades em se abastecer normalmente de mão de obra em condições para ela aceitáveis.

Aos percalços da grande lavoura — que já analisamos anteriormente — vem-se acrescentar mais essa crise aguda de mão de obra, cada vez mais grave. A ela se pode atribuir, em boa parte, a decadência de nossa agricultura na maior parte de seus setores, e que, embora já anterior à guerra, se acentuou gravemente nos últimos anos. O fato é aliás geralmente reconhecido, e tem sido últimamente objeto, e ainda o é, de amplos debates. Mas a solução do problema é obscurecida pela resistência, partida das forças conservadoras e dominantes no país, contra reformas fundamentais de estrutura, sem as quais não haverá como detê-lo. É preciso reconhecer que a decadência da agricultura brasileira não resulta de desajustamentos momentâneos ou de circunstâncias ocasionais. Ela reflete a crise profunda de todo um sistema. A grande lavoura de tipo colonial, sobre que se estruturou no passado a organização agrária do Brasil, já fez seu tempo. Outras formas hoje mais progressistas, caracterizadas particularmente pela pequena propriedade

(*), vêm ha muito ganhando terreno; mas são retidas ainda pela pressão da inércia conservadora, e não podem porisso realizar plenamente suas possibilidades. Estamos assim em face de um sistema em decadência (e porisso de capacidade produtiva reduzida e em franco declínio), ao lado de outro, voltado para o futuro e de perspectivas amplas, mas que não se pode realizar pelas resistências que contra êle se levantam, sofrendo porisso as contingências de uma situação precária.

Nessa contradição, nesse embate entre o velho e o novo, caberá às massas camponesas dizer a última palavra. É a sua pressão na luta por melhores condições de vida e pela propriedade da terra, que constitui hoje o principal fator de transformação da estrutura agrária brasileira.

* * *

Para finalizar esta sùmula das principais tendências que se observam na evolução econômica brasileira do momento presente, notaremos mais um fato que se vem acentuando em algumas regiões do país (S. Paulo e Minas Gerais em particular): trata-se da substituição da agricultura pela pecuária. Essa substituição revela mais um aspécto da decadência das atividades agrícolas. Representa geralmente um último esforço da grande propriedade para se manter apesar da ruína da grande lavoura. Nessas grandes propriedades decadentes, a pecuária oferece algumas perspectivas. Não exigindo mão de obra numerosa, como a agricultura; satisfazendo-se com um custeio relativamente reduzido, e sendo de fácil instalação, a pecuária representa uma atividade de substituição com que se consegue contornar os principais problemas que se apresentam à grande propriedade. E essa substituição foi favorecida nestes últimos anos pela valorização do gado de corte em virtude da forte demanda de carne nos mercados consumidores do exterior; e também nos grandes centros urbanos brasileiros em forte expansão.

Como resultado dessa transformação, vemos hoje a extensão de pastagens por terras inclusive de primeira qualidade, antes ocupadas pela agricultura. Tal fato, se representa uma solução para grandes propriedades decadentes e em crise, significa doutro lado um nítido retrocesso econômico. A densidade econômica (produção por unidade de área) da agricultura é sensivelmente superior à da pecuária; particularmente da pecuária de córte e extensiva, tal como geralmente se pratica entre nós. Além disso, a criação de gado significa o despovoamento, com tôdas suas graves consequências que não é preciso aquí lembrar, pois não sòmente exige muito menos trabalhadores, que a agricultura, como ainda alimenta menor número de atividades subsidiárias. A substituição da agricultura pela pecuária significa em última análise, decadência no rigor da palavra.

(*) Ver a respeito o parágrafo PEQUENA PROPRIEDADE, no capítulo 23 (Expansão e crise da produção agrária) desta História.

Assim, certos setores rurais do Estado de S. Paulo, outrora regiões agrícolas florescentes e de elevado nível de riqueza, estão hoje, e cada vez mais, reduzidos a pastagens de baixo teor econômico, e semi-despovoados. O grande número de habitações rurais abandonadas e em ruínas são nessas regiões um atestado eloquente de decadência. É o que ocorre em diversas partes do nordeste do Estado, nas velhas zonas percorridas pela estradas de ferro Paulista e Mogiana. É aliás sensível e notório o deslocamento de população rural dessas regiões para as pontas de trilho do oeste do Estado e para o Norte do Paraná; e a invasão da pecuária conta nesse fato como um fator importante.

Em Minas Gerais verifica-se coisa semelhante, com intensidade agravada e repercussões sociais profundas. Em muitos lugares, o gado está literalmente expulsando a população local que já não encontra meios suficientes de subsistência que antes tirava da agricultura substituída agora progressivamente por pastagens. Minas, que não é um Estado rico em terras utilizáveis pela agricultura, vê suas poucas reservas de solos lavráveis entregues ao gado. É difícil avaliar, assim de longe, o drama social que se abriga por detrás desse fato, aparentemente simples, e aliás já bastante grave como fenômeno econômico. Representa ele a pauperização total de milhares de indivíduos, cujo único recurso está na emigração, sempre difícil e muitas vezes nem mesmo possível. Uma forte corrente dos mais felizes, daqueles que conseguem partir, está no momento presente se encaminhando para as regiões semi-indevassadas do chamado *mato-grosso* de Goiás, a região que se estende para o norte de Anápolis (ponto terminal da Estrada de Ferro de Goiás) em direção às cabeceiras do Tocantins, onde se inicia uma nova aventura agrícola, destas que já contam com tantos precedentes no Brasil...

Fundamentos Europeus de uma Política Mundial

LUCIO PINHEIRO DOS SANTOS

A contradição fundamental é esta. Querer defender a paz e a segurança preparando a guerra, ou, em termos precisos: "fornecendo orientação e equipamento militar às nações livres", quer dizer, às que são "nossas". Isto, a qualquer inteligência, parecerá errado; mesmo à inteligência política, se ela existe. Mas a verdade é que não existe... Prova-se sua falta, ou sua falsidade, visto como ha uma falsa inteligência, ainda que perfeitamente servida pelas técnicas, com êsse facil convencimento de que é possível enganar os outros, em todo o mundo. Mas, em todos os países, ha os que são como a gente de Minas, no Brasil, que finge que se deixa enganar, para enganar melhor os que pensam que a enganam. Uma falsa inteligência não tem capacidade para ver o que, de seus planos, pode resultar contraproducente. Êste é o "ponto fraco" da mentalidade da fôrça; e aí dos homens! se a dialética do real não oferecesse esta saída para a libertação. Uma falsa inteligência, fiando-se na permanência, deixa-se surpreender, ao fim por resultados negativos. E está chegando êsse momento. Tôdas as inteligências se estão libertando das prisões do "conflito artificial" em que se tem querido encerrá-las: Ocidente ou Oriente. O problema não é êste, porque aos dois lados é necessário o entendimento; o problema está falsificado para melhor servir aos interesses em jôgo. A medida da inteligência será: paz, e não guerra (o que foi dito em Wroclaw). As inteligências da Europa dão-se conta disto, e os povos europeus entendem que devem "contar consigo", antes de tudo; e pensar os problemas próprios em termos próprios.

A linha política do plano Marshall, que era o domínio da economia da Europa, falhou. Os negócios das indústrias de guerra americanas (que fizeram maiores lucros em 1948 do que nos anos de guerra!) surpreenderam-se com êste resultado e de súbito, tomam agora uma posição de "defesa" contra o comêço do desemprego e a crise que os ameaça; começam a falar outra linguagem, ao mesmo tempo que continuam a forçar, o mais que podem, os seus lucros de produção de guerra. Como diz o "New Statesman": da gigantesca verba que o Congresso americano votará para o Governo, "três quartos irão pagar o custo da recente guerra e a preparação para outro conflito". Assim, esperam os grandes negócios continuar sua

política, enquanto tomam suas precauções em relação à crise. De susto, industriais e sindicatos já tinham começado a reduzir a produção, do aço, por exemplo. E a linguagem, agora, é dupla: a guerra e paz; maior pressão dos negócios, em todo o mundo, e maior literatura de desinterêsse e de sacrifício para o bem de todos. A única diferença na política dos negócios, no atual momento, é que os industriais que dominam a política mundial abriram os olhos e viram os perigos dos planos em que antes confiavam cegamente. Entretanto, os povos da Europa, aproveitando-se da ajuda econômica, preparam-se, como o exige sua dignidade de pensamento, para dirigirem seus próprios negócios logo que, até 1952, se possam considerar independentes da tutela política, e foi isto que só agora os homens de negócios começaram a ver; e os povos da Europa, entretanto, continuam deixando que se queimem, representando a comédia do ocidentalismo ameaçado, a gôsto de seus protetores, os homens mais prestativos e insignificantes de suas reservas políticas: os que nada significam, porque são os homens da velha guarda, que apenas representam a "volta a 1940" sob a proteção do mais forte, *seja ele qual fôr*, para se assegurarem o domínio das posições e dos interêsses, contra a marcha do Tempo, o grande libertador. E, enquanto isso, em nossos países europeus, esperam a sua hora os valores da nova inteligência, da inteligência da renovação, representando uma nova geração que, por ora, se conserva na sombra dos acontecimentos para se não afundar no equívoco fatal, intelectual e moral, do momento presente. Mas nenhuma dúvida que o futuro pertence a essa inteligência da renovação; e que o momento presente, na Europa, é apenas um compasso de espera, enquanto se prepara, com os acontecimentos, uma "saída para o futuro".

A nova inteligência da Europa quer o que sempre quer a inteligência: dirigir-se por si, de acôrdo com os meios materiais e científicos, em cada época, deixando de lado, honesta e respeitosa-mente, as divagações e especulações subjetivas e improcedentes: as interpretações do idealismo é que têm se *reajustar* ao tempo, e às novas realidades, para conservarem a sua verdade". E todos nós temos de ser capazes desta renúncia ativa, dêste sacrifício de nós mesmos, em favor dos novos; porque nós, como pais de uma geração nova, já somos do passado, e o mundo não nos pertence. Nunca terá sido tão verdade, como hoje, que o mundo é para os novos; ainda que seja esta, em todos os tempos, a maior verdade do mundo. Na escola dêles, os dominadores, formam-se as juventudes *contra êles*; e isto é o fim, inevitável. Escrevo, especialmente, para ter este ensejo de afirmar minha fé na nova intelectualidade portuguesa forjada na Resistência ao tôrpe fascismo de Salazar, e ainda mantida na sombra da Resistência, perseguida e provisóriamente anulada: dezenas de cientistas afastados das universidades, onde domina a reação de um pensamento de rotina es-

colástica e de despotismo, principal responsável pelo fascismo ibérico em Portugal; muitos outros jovens cientistas foragidos no estrangeiro, e trabalhando em Paris ou na América. No Rio, o matemático Prof. Antonio Monteiro. A nova inteligência portuguesa saberá realizar o pensamento da nação, nascido das necessidades do povo, recusando-se a servir a política de grupo, e a economia de grupo, que favorece alguns, contra a grande massa da população mantida na ignorância e na miséria, submetida pelo terror policial e subalternizada pela censura das opiniões.

Queremos, nos nossos países da Europa, retomar o avanço das idéias, de acôrdo com o nosso próprio pensamento. Bem sabemos, que no interior, como no exterior, estamos colocados entre o Império e os “bárbaros”, — como se diz; e sabemos as influências que sempre exercem os bárbaros, insuflando novo sôpro de vida à inteligência, ainda que seja o grande luxo da comédia da intelectualidade negar a influência das massas reivindicantes, e sabemos que sempre foi honra do “Ocidente do espírito” integrar o Oriente no ritmo realizador do movimento da civilização universal, (1) embora o bempensante, importante, continue a falar, com horror cristão dos “asiáticos”. Porisso queremos apressar o ritmo do tempo e acabar logo com êste ciclo de evolução histórica fazendo coincidir o fim do Império com a independência das nacionalidades e o progresso das nacionalidades, — livres e solidárias, e não presas numa armadilha federativa, sob a presidência de Churchill, o Metternich falhado dos nossos dias, nem presas nos pactos de uma política preconcebida. Não temos numa superstição, nem a da “civilização ocidental”, nos nossos países da Europa, mesmo porque sabemos que “civilização ocidental” não é outra coisa senão a renovada aliança da política da Igreja com a reação bonapartista; e política de Igreja não é o mesmo que religião, e o que se espalha sôbre a defesa da “civilização ocidental” não passa de uma farsa de potentados e fariseus, muito bem paga aos propagandistas e aos órgãos de informação. E não temos essa superstição, porque, intelectualmente, temos confiança em nós próprios e sabemos o que queremos. E devemos saber porque vivemos ha muitos séculos! Ainda agora, a China integrou uma vida nova, atualizada, de grandes massas de camponeses, *tornados proprietários* da terra, na tradição de uma cultura milenar (os que

(1) — Pode-se mesmo sustentar, como eu faço, que a “admissão dos outros”, o abrandamento do orgulho, é o “princípio histórico” do cristianismo. Um princípio revolucionário, que se repete de período em período, e que deve revolucionar, em primeiro lugar, os que se dizem cristãos. Nas escolas dos dominadores, formam-se as juventudes *contra êles*. E os que se formam na “escola da História”, voltam ao povo, para se *reformarem*. É o que êles não entendem, e é tudo. É o princípio da salvação, o milagre (para êles) do contraproducente. Quando o movimento contrário, e complementar, de libertação, abala tudo, e faz cair tudo que êles tinham bem seguro nas mãos, posições e dinheiro, nada compreendem. Ainda agora, no concílio do Partido Unico, no Porto, falou o Zamba, um qualquer lugar-tenente do Chefe Nacional, e mestre de lugares-comuns, e disse: “a arte de governar é eminentemente aristocrática e só pode ser exercida pelas elites”. Pois sim, mas quais elites? De um sabemos, que prefere a tôdas as outras, as elites de Oxford. Quais elites? As que se formam com êles, ou as que se formam *contra êles*? E estas é que se afirmam, dia a dia, como elites. Disto é que é preciso falar; isto é que é preciso dizer. Nada mais vão do que abrir a boca, e falar, para não dizer nada.

eram antes explorados pelas quatro famílias, e seus aderentes, e pelo capital financeiro do Ocidente).

O certo é que o pensamento de renovação dos povos da Europa vê-se cada dia mais liberto do jogo internacional da política de poder, e sabendo aproveitar-se disso, contra qualquer espécie de Império; e cada dia mais senhor de sua liberdade para se decidir por um programa de libertação econômica dos trabalhadores e de ampla justiça social, desprezando o equívoco do momento. Em face da Europa redivida, tomando seu lugar no mundo, e nos mercados, os Estados Unidos, para se defenderem da crise, terão de produzir a abundância, para a trocarem com os outros países, em termos de cooperação socialista, abandonando as veleidades do domínio econômico e político do mundo, e terão de construir, assim, o socialismo, em escala mundial. É tão certa a realidade dialética, mostrando-se o real no jogo dos contrários, que os Estados Unidos se verão finalmente arrastados a fazerem exatamente o contrario do que hoje pensam fazer. Ao capitalismo, se êle não ousar a "guerra preventiva", que também pode ser contraproducente, porque os povos não querem fazer a guerra, só lhe restará aceitar a transformação inevitável. (2). A especialização excessiva, com intuits comerciais diminua as perspectivas e o rendimento das idéias gerais. O que há de superior, nos EE. UU., é o nível do ensino universitário, acima do rebaixamento geral de uma mentalidade utilitarista, do que sofre o próprio ensino universitário, por falta de disposições naturais para o pensamento desinteressado. A cultura, só renovando-se se alteia nos níveis da visão geral de um pensamento desinteressado, humanista, criador de idéias novas, descobridor de horizontes mais amplos de realidade. Reconhecem-nos os próprios cientistas norte-americanos, como Karl Compton, presidente do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o qual, numa conferência de fins de 1947, afirmou que, possuindo os EE. UU. recursos superiores de aparelhamento, nos laboratórios de investigação, "ainda assim, as novas idéias científicas se estão originando em cérebros europeus, ou de formação europeia". A mentalidade dos negócios dos EE. UU., de um realismo imediatista (e não a seus verdadeiros intelectuais, que ainda não dirigem um pensamento nacional), escapa uma objetividade aprofundada do acontecimento, visto em suas possibilidades, e esta visão im-

(2) — Partimos do princípio de que a URSS, de sua parte, não quer a guerra, porque a guerra lhe não convém prejudicando o aumento da produção socialista, que é o fim principal do sistema; porque perdeu 16 milhões de pessoas na guerra passada; porque sofreu uma tão grande destruição que ainda não de passar anos antes que possa reunir stocks de guerra; e porque seu regime de relação com os povos vizinhos pode apenas constituir um regime de segurança, como outros, no estilo que a ela melhor convém, e que nós, no Ocidente, mal podemos discutir, porque há poucas informações, e muitas especulações, sobre o caso, e porque se trata de povos de índole semelhante e de visão paralela aos da URSS, e que nunca fôram beneficiados, mas explorados, pelo capital financeiro do Ocidente, que hoje, naturalmente, se lamenta de suas perdas (e porisso os jornais dos grupos de negócios falam da falta das liberdades, nesses países, quando a ausência de liberdade em Portugal e Espanha, que, aí, é total e averiguada, não os comove).

precisa, de homens de negócios e militares, transformados em políticos, compromete, na política exterior dos EE. UU., a continuidade do esforço político mundial na lide com os mais diferentes povos do mundo, com os quais os EE. UU. muito têm que aprender, e condena o atual esforço político a uma precariedade verdadeiramente crítica. É esta “condição crítica” que não devemos perder de vista nas nossas observações.

Mesmo assim, ainda ha, na Europa, os políticos que não vêm esta “instalibilidade do atual” e não querem esperar que se forme o nosso pensamento nacional, como expressão da liberdade reconquistada, elevando-se na aspiração do povo, com a fôrça moral da Unidade da Resistência, — e ha de ser “nosso”, êsse pensamento, para ter valor, e não de um só, para ser o chefe, ou de um grupo, para dominar, se quizermos que a “verdadeira democracia”, que apregoamos não seja uma degradação sob o império do poder econômico de grupos coligados, reproduzindo uma falsa civilização, modelada pelos homens de negócios. Êsses políticos, que esperam brilhar na luz fugaz de um momento precário de transição, querendo assegurar aos donos da situação que, atrás de uma nova fachada “democrática”, as posições lhes serão mantidas, com a volta pura e simples às liberdades tradicionais, mandam recados ao ditador e estendem-lhe a mão, “lamentando que êle não queira encontrar a conciliação necessária entre as aspirações da verdadeira democracia e a sua própria concepção de govêrno, o que se poderia conseguir, possivelmente, com a fórmula do presidencialismo americano”, — regressão no tempo do humanismo e do progresso das liberdades, em relação à tradição verdadeiramente europeia, que é a da Revolução Francesa e do sistema de assembléias soberanas, ainda que os fascistas se tenham por adiantados afirmando a pretensão de terem ultrapassado a época das liberdades! Mesmo nos países democráticos, chegamos, outra vez, como entre 1918 e 1939, a um ponto de degeneração política em que, neste momento de mediocridade acomodada, e de sepulcros caiados, enquanto o povo espera que venha à vida uma alma nova, são muitos os pretendentes que querem substituir os que estão no poder, reduzindo-se a isto seu “idearium” de govêrno. Todos os países têm seus Paul Reynaud e de Gaulle, aproveitando abdições e indecisões, de um tempo parado, para se proporem como “condutores”.

Engano do provisório! Os atuais governos de concentração autoritária, na Europa, só se sustentam amparados ao momento internacional, essencialmente mutável, porque o perigo de guerra, por ser criado artificialmente, não pode durar. Tão cedo se definam as posições, e se esgotem os expedientes da “guerra fria”, só restará promover um entendimento, tornando-o possível. Um primeiro compromisso (quanto à Austria, por exemplo) trará outros, a seguir; e, assim, a oposição dos dois sistemas se estabilizará, para ser superada por uma nova inteligência. É assim que se

apresenta o problema que se propõe à inteligência da Europa. E a Europa aceitará o problema como um desafio, para o resolver com uma nova inteligência. A inteligência deve dominar a contradição; a inteligência é uma função, e essa é a função da inteligência. Afastados os pontífices de velho estilo, tudo será a recomençar, na Europa, construindo-se o socialismo na base de uma inteligência nova e científica, das necessidades e das liberdades dos que trabalham. Vamos no caminho das necessidades dos homens, julgadas na consciência dos sábios; e isto faz a união moral da inteligência e do trabalho, dos homens de ciência e dos trabalhadores de todas as técnicas. Este poder de consciência, agora, será decisivo, mesmo em face da força.

Teremos de construir o nosso socialismo, na Europa, no seguimento de nossa experiência democrática, capaz de sujeitar todos à mesma disciplina, os comunistas, e os outros, para um trabalho comum de reconstrução econômica e de justiça social. E teremos de prosseguir na experiência, com tenacidade, de acordo com as nossas próprias condições, sem facciosismos, e sem as ilusões da linguagem do nosso idealismo, — indo direito ao real, com a única preocupação de dominar o problema e realizar o progresso da experiência. Sempre será um fracasso a democracia, e será um deshonesto artifício, num meio onde se faça sentir a incompatibilidade entre a liberdade e a excessiva desigualdade econômica, que é o clima favorável à exploração capitalista (porisso os países mais desenvolvidos *precisam* que os outros se mantenham atrasados e necessitados, — para serem explorados). As liberdades de uns só se legitimam quando não ofendem as liberdades dos outros; as liberdades devem ser as *mesmas* para todos. A “livre iniciativa”, sem obedecer a um plano de interesse coletivo, é um poder nas mãos de alguns, que oprime as liberdades dos demais, — aumentando os preços e comprimindo os salários, com redução do mercado interno, restringindo a produção, elevando os lucros, e, no terreno internacional, exercendo o imperialismo. Já Lacordaire dizia: “entre o forte e o fraco é a liberdade que oprime e é a lei que liberta”. A lei do acordo, em bases de igualdade socialista. Só uma reconversão aos princípios do acordo necessário, em bases de igualdade, como estaria no pensamento de Roosevelt, agora tão rancorosamente atacado, voltará a dar à lei das Nações Unidas a força moral que dela foi retirada por atos de força, unilaterais, e pelo apóio, a êsses atos, de “governos de autoridade” vergonhosamente amparados por conveniência da política de poder. Um homem superior, como Roosevelt, não serve à mediocridade “ganhadora”, puritana e salazarista; assim, também, um homem medíocre, como Salazar, não serve às aspirações elevadas de um povo livre.

Sem ilusões e sem falsidades, corajosamente, em face das realidades da experiência construiremos o nosso pensamento socialista, de

acôrdo com as nossas exigências individuais, mas ao serviço dos únicos interesses morais, que são os interesses coletivos. E assim se reduzirão os pontos de discussão entre Ocidente e Oriente, num terreno de cooperação possível, e de respeito recíproco guardada a independência de pensamento de cada bloco, e consolidando-se a paz, pela vontade de paz e de trabalho produtivo de todos os povos. Cada bloco de nações se beneficiará da experiência do outro, nos domínios aparentemente contraditórios da liberdade e da justiça, as quais encontram a conciliação num plano mais alto de compreensão, isto é, de desinteresses pessoal e de cooperação social, — no que realmente consiste o poder moral do socialismo, a opôr ao falso moralismo dos negócios, dadivoso e interesseiro, falsamente generoso e protetor dos pobres...

E, então, mais uma vez, a experiência do pensamento europeu será o centro de prova racional, a medida de referência, de uma experiência humana, universal. Com os desenvolvimentos científicos, os meios materiais podem já formar o corpo orgânico do socialismo. O socialismo é a fórmula ajustada da “unidade do diverso”; esta concepção, com os seus novos poderes de inteligência e de fôrça moral, põe hoje defronte do homem, mais imperativo que nunca, o projeto, verdadeiramente digno do homem, de construir um mundo que seja “um mundo só”, e que seja um mundo melhor. O homem vive só indo adiante com a experiência, e com os descobrimentos. O contrário da “permanência” dos mortos-vivos da ditadura de Salazar que renegam a experiência passada dos descobrimentos do mundo real e renegam assim o espírito português. Entre nós e eles não há nada de comum; nem pode haver.

No mundo do socialismo, prosseguirão agora os novos descobrimentos do século, que deverão ligar melhor os homens, em vez de separa-los, por preconceitos, e deverão fazer valer para a paz as próprias fôrças de guerra; para isso, teremos de vencer, de tentativa em tentativa, perseverantemente, os “vícios históricos” e os hábitos mentais do passado. O pensamento descobre o mundo; e o mundo ensina a pensar.

Caracterização Política da Revolução Praieira

FERNANDO SEGISMUNDO

Corja vil de vís marotos,
Amigos das borracheiras,
Dar-vos-emos a resposta
Nas pontas das lambedeiras — *A voz do Brasil*,
n. 38, de 30-VI-1848

“Não se pode deixar de reconhecer no movimento praieiro a força de um turbilhão popular”. JOAQUIM NABUCO, *Um estadista do Império*, I, pg. 74.

A insurreição praieira teve objetivos bem definidos. Foi dirigida contra o elemento nacional — o senhor de engenho — e o elemento estrangeiro, consubstanciado no português. Além da finalidade anti-latifundiária e do caráter nacionalista, não lhe faltou a tendência republicana, que lhe foi dada por alguns de seus principais promotores.

A província de Pernambuco era dominada pelo feudalismo, no interior, e pela burguesia lusitana, no litoral. Afóra êsses grupos, havia as camadas menos favorecidas da população, sem recursos econômicos e sem prestígio político, e a escravaria, a quem se vedava o direito de votar.

Observador sagaz da situação local (1) escrevia pouco antes da revolta: “Hoje, mais de 3/4 da população da nossa província se acha concentrada à beira do mar e numa profundidade de 10 a 15 léguas; mas lá, quase com poucas exceções, tôdas as terras pertencem a um pequeno número de grandes proprietários que delas mal cultivam uma mínima parte e recusam vender o resto. Daí vem que 200 ou 300.000 dos nossos concidadãos, mais por ventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassalos do proprietário, cujos ódios, partido político, & C. são obrigados a esposar”.

O mesmo comentarista analisava as regiões em que a província estava dividida para concluir sobre o seu estado econômico. A zona litorânea, da beira mar até 15 ou 18 léguas para o

(1) — ANTÔNIO PEDRO DE FIGUEIREDO, in “O Progresso”, apud AMARO QUINTAS, *O sentido social da revolução praieira*, pgs. 8 e 9.

interior, se ocupava do fabrico do açúcar; era a zona produtiva, dividida por poucos em latifúndios; nela estavam aglomerados 3/4 da população. As demais regiões compreendendo o interior e o alto sertão, pouco produziam: a central fôra arruinada pela destruição das matas e pela sêca; a sertaneja encontrava-se “inteiramente fora do movimento de produção e de exportação da província”(2).

Era êsse o quadro econômico-social. A agricultura estava concentrada em mãos de reduzidos grupos de proprietários. Acresce que “em nenhum outro ponto do país a grande exploração agrícola monopolizadora da riqueza é tão pronunciada. Cêrca de um terço dos engenhos de açúcar da província acham-se nas mãos de uma só família — os Cavalcantis. Os outros dois terços dividia-os mais de um punhado de ricos proprietários; e para cada um dêles contavam-se legiões de escravos e agregados que viviam nas suas terras em troca da mais absoluta submissão” (3).

Acima dos latifundiários, com poderio mais alto, dominava a rica burguesia lusitana, cujos componentes eram os mais importantes de todo o nordeste. A soberania dos portugueses era tão avassaladora que um jornalista de então (4) assim hierarquisava as fôrças econômicas da província:

- I — influência principal — portugueses
- II — Influência seguinte — proprietários de terras
- III — influência imediata — indústria, principalmente a comercial (exercida pelos lusos)
- IV — assalariados — escravos

Pergunta, em pós, o jornalista: “E a massa da nação, o que é?” “Nada”, responde êle próprio. “O que lhe pertence?” insiste. “A miséria!”.

Em tôda parte mandavam os portugueses ou seus prepostos. A Independência política, processada havia poucos anos, não fôra seguida da indepência econômica. Na Côrte, nas províncias, nos centros mais afastados, o estrangeiro impunha sua vontade, a despeito das reações nativistas, que tão bem caracterizam a primeira metade da centúria passada.

Não faltavam patriotas destemidos que indicavam, claramente, à nação a causa dos males que lhe tolhiam o desenvolvimento. Um dêles, sob o pseudônimo de Timandro, deu à publicidade, no Rio de Janeiro, um trabalho em defesa dos praieiros, no qual evidencia a situação alarmante em que se debatiam os nacionais frente aos antigos colonizadores. O comércio, salienta, era atividade “cômuda, fácil e lucrativa”; pertencia aos portugueses, que invadiam

(2) — ANTÔNIO PEDRO DE FIGUEIREDO, ob. cit., tomo II, pg. 241.

(3) — CAIO PRADO JUNIOR, *Evolução política do Brasil*, pg. 155.

(4) — ANTÔNIO VICENTE DO NASCIMENTO FEITOSA, *O Macabeu*, n.º 30. de 12-XI-1849, apud AMARO QUINTAS, ob. cit.

às centenas por mês o país e vinham “ainda minguar nossa civilização, impregnando-a de seu espírito estreito, estacionário e rotineiro” (5). A profissão de caixeiro era privativa da “plutocracia lusitana”. Se, apesar de tôdas as dificuldades, o brasileiro conseguia estabelecer-se, os lusos criavam-lhe tantos obstáculos que êle acabava desistindo. Por causa dos portugueses, milhares de naturais do Brasil “obscuramente vegetam sem ocupação, sem carreira, sem posição” (6).

Praticamente, a vida econômica da província estava na dependência dos lusos. Êles adiantavam o dinheiro para a lavoura e o comércio; quando esquivavam o crédito as operações do solo não se faziam, com grave prejuizo para os nacionais. Os juros de seus empréstimos atingiam até 25% por semana!

Refletindo o desagrado dos filhos da terra, os deputados Nunes Machado e Urbano Sabino, de Pernambuco, ocuparam, por diversas veses, a tribuna da Câmara para profligar o regime político que permitia aquela exploração e apresentar projetos que tinham em mira quebrar o monopólio do comércio a retalho. Tão fundo calaram na opinião pública êsses projetos que receberam o aplauso da massa das grandes cidades. No Rio de Janeiro chegou a haver um motim no dia 7 de setembro de 1848, durante o qual os brasileiros lutaram contra os portugueses nas ruas. Deve salientar-se que a nacionalização do comércio era, talvez, a maior aspiração do povo naquele tempo (7).

Generalizava-se o descontentamento popular, que explodia em revoltas, tanto na Côrte como nas províncias. Os encontros imprevistos de rua, as queixas nas praças públicas, os discursos parlamentares, pelos quais, de ano para ano, se avolumavam os protestos contra a exploração a que o povo estava sujeito, foram em breve suplantados por grandes movimentos armados. Estas agitações, que são motivadas pela Independência e atingem o apogeu com as revoltas dos *cabanos* e dos *balaios*, só vão cessar em 1849 com a derrota dos *praieiros*.

Afóra a feudalidade e o português, lutou a Praia ou, pelo menos, parte dela, contra as instituições monárquicas e pelo advento do regime republicano. Se a maioria dos seus responsáveis pretendeu, apenas, derrubar o feudalismo dos Cavalcantis e diminuir a influência dos lusitanos, — um grupo menor aspirou, de veras, à substituição do sistema do govêrno. O depoimento de Borges da Fonseca, certos editoriais do *Diário Novo*, os desígnios da Socieda-

(5) — *O libelo do povo*, pg. 81.

(6) — *Idem*, pg. 82.

(7) — Em nossa época, a luta contra o imperialismo norte-americano assume as mesmas proporções da sustentada pelos *praieiros* contra os portugueses. Naquele tempo os pernambucanos almejavam a nacionalização do comércio como ponto de partida para o progresso econômico do país. Hoje, quase totalmente estrangulados pelos *trusts* americanos, pretendemos nossa libertação e para tanto mantemos várias frentes de luta, em defesa do petróleo, de outras jazidas minerais, da energia elétrica, etc. Sabemos que se estas riquezas caírem em mãos estrangeiras, a soberania brasileira correrá perigo mortal.

de Imperial Pernambucana, presidida pelo general Abreu Lima, atestam sobremaneira as pretensões republicanas do movimento.

Os propósitos imediatos da insurreição foram alardeados em diversas proclamações dos parlamentares e no *Manifesto ao Mundo*, de 1 de janeiro de 1849. Depois de protestarem só largar as armas ao verem instalada uma Assembléia Constituinte, os signatários do documento apontavam os objetivos a serem alcançados pela mesma:

- 1.º — Voto livre e universal do povo brasileiro.
- 2.º — Plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa.
- 3.º — Trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro.
- 4.º — Comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros.
- 5.º — Inteira e efetiva independência dos poderes constituídos.
- 6.º — Extinção do poder moderador e do direito de agraciar.
- 7.º — Elemento federal na nova organização.
- 8.º — Completa reforma do poder judicial, em ordem a segurar as garantias dos direitos individuais dos cidadãos.
- 9.º — Extinção da lei do juro convencional.
- 10.º — Extinção do sistema de recrutamento.

Não foi a insurreição praieira uma luta de partidos, mas de classes. As camadas cidadinas sem expressão econômica, os agregados e dependentes dos senhores de engenho, as vítimas de toda sorte de iniquidades, lançaram-se à luta com denodo, dispostos a liquidar os inimigos tradicionais. Concretamente sabiam porque abandonavam seus lares e comodidades. Não combatiam por êste ou aquêle político, mas para o bem próprio, a fim de exterminarem, de vez, os antigos exploradores. Até seus adversários tiveram que reconhecer na guerra “mais que um movimento popular, — um movimento social” (8).

Os portugueses eram tão execrados que, comumente, ouvia-se o povo dizer nas ruas:

“Corja vil de vís marotos,
Amigos das borracheiras,
Dar-vos-emos a resposta
Nas pontas das lambedeiras”.

Quanto aos grandes proprietários, não era menor a repulsa popular. Corriam versos fixando-lhes o despotismo:

(8) — JOAQUIM NABUCO, *Um estadista do Império*, pg. 75.

“Quem viver em Pernambuco
Deve estar desenganado,
Que ou há-de ser Cavalcanti
Ou há-de ser cavalgado”.

O jornalista Nascimento Feitosa, uma das primeiras pessoas a se pronunciarem, de público, sobre a rebelião, ainda quando a mesma não se extinguiu de todo, legou-nos admirável depoimento a respeito da participação do povo: “...Cumpro confessar que as massas que aderiram ao movimento de Pernambuco se houveram com tanto heroísmo, tanto valor, tanta dedicação, tanto desinterêsse, que é mister que algum sentimento forte tivessem no coração, e não fôsse a simples obediência ao aceno de alguns quem as tenham a tal ponto empenhado na luta. Por certo um sentimento forte guiava essas massas, sentimento tanto mais forte quanto a questão, como dito está, era mais social que política” (9).

Luta de classes, e não de partidos — deve repetir-se. Por mais que se tenha querido atribuir aos praieiros interesses imediatos — como o gôzo, a qualquer preço, do govêrno de Pernambuco —, forçoso é proclamar, a exemplo de Nabuco, que o movimento praieiro tinha “a fôrça de um turbilhão popular”, que “a Praia era a maioria, era quase o povo pernambucano todo” (10). Que aos revolucionários assistia o direito de empunhar armas, dí-lo ainda o mesmo Nabuco, ao escrever que o povo lutou “com as classes que se servem das delongas infinitas da lei para conservarem os seus privilégios e perpetuarem os seus abusos” (11).

O Brasil, ao tempo da revolta da Praia, era um país dominado, econômica e politicamente, pela nobreza rural, cujos interesses garantiram a existência e o desenvolvimento, por muito tempo, da monarquia burguêsa. Era um país onde pela capacidade da reação em esmagar as insurreições, o liberalismo entrava em declínio; finalmente, era um Estado ainda submetido ao estrangeiro, que continuava a explorá-lo como há séculos.

Contra a monarquia, na pessoa dos conservadores, contra a feudalidade, simbolizada nos Cavalcantis, contra o estrangeiro, identificado nos lusitanos, e pela República, levantaram-se e morreram os praieiros, para sempre gloriosos.

(9) — *O Macabeu*, n.º 13, 14-VIII-1849, apud AMARO QUINTAS, ob. cit., pg. 33.

(10 e 11) — Ob. cit., pgs. 74 e 75.

Sete cartas loucas

AFONSO SCHMIDT

Carta N. 6

A CIDADE DE CARNE E OSSO

Vila Olímpia, 8 de dezembro

Sr. Escritor — Onde fiquei eu, na minha última carta? Certamente nos belos dias passados em companhia de Paula. Não poderia dizer quanto tempo durou essa vida. Mas o mundo foi mudando depressa. E o gênero de atrações também. Os Garridos, meus amigos, há muito haviam organizado companhia. O Geraldo e a Bugrinha, depois das excursões pela Europa, divulgando as manomolências do maxixe, tinham desaparecido da vida teatral. Ricardo Albuquerque comprara uma chácara no subúrbio, e, segundo se contava nas rodas, estava criando galinhas de raça. O próprio Arruda, depois de percorrer o Brasil com sua companhia de teatro ligeiro, afundara no interior do Estado e, trabalhando num circo, conquistava palmas. Só eu com as mágicas, o Vilar com os jejuns e o Du Chocolat com os improvisos em cena aberta, persistíamos nessa vida... A última vez que encontrei Du Chocolat foi na minha estada no Rio de Janeiro, com a atriz Flora Pelayo. O velho "macchiettista" distraía-se organizando uma companhia negra. Magro, vestido de castanho, a carapinha prateada, falava com entusiasmo, agitando no ar o indefectível junco. Foi a última bengala que se viu nas ruas cariocas!

Eu já tinha sido ultrapassado pelo meu tempo. O público não se interessava mais pelo ovo que surgia do coador, pela carta de baralho que aparecia entre os espectadores, pela cartola de onde saíam serpentinas flôres de papel e até pombinhas brancas. Queria o "jazz". O "jazz", o "fox", o "swing", músicas que parecem cantadas por negros loucos, acompanhados por moleques munidos de tampas de panelas. Por isso, os contratos foram rareando. Meus programas andavam muito fracos; com o desgoverno das mãos, tive

de suprimir o melhor que nêles havia e que eram os números de pura prestidigitação. Mas, assim mesmo, o público sempre manifestou simpatia pelos meus trabalhos. Foi difícil manter por muito tempo o propósito de não beber. Ao terminar os espetáculos, havia sempre um amigo chegado do interior ou um colega que se pretendia homenagear. Por isso, eu e os amigos íamos para os “chopps” da Rua Aurora, ou da Rua dos Gusmões, onde “garçonnettes” suadas e de narizinho vermelho nos serviam copázios de cerveja. Lá passávamos parte da noite. Ao alvorecer, voltava para o quarto, trocando as pernas, implicando com os padeiros e os guardas que encontrava pelo caminho.

No dia seguinte, Paula ia acordar-me. Entrava muito alegre, a chamar-me de dorminhoco, mas quando respirava a atmosfera do cômodo, impregnada de álcool, fazia-se séria:

— Você bebeu!

E lá vinham os conselhos, os pedidos para que me comportasse, as admoestações maternais. Nos primeiros tempos menti, inventei desculpas, depois acabei por não me dar mais a êsse trabalho. Nem mesmo procurava dissimular a fealdade do vício. Muitas vêzes, ela foi encontrar-me largado na cama, tresandando a bebida. Fui-me tornando taciturno, com o hábito de rilhar os dentes, sentindo cóleras intempestivas por qualquer motivo. E o dinheiro também foi faltando no meu bôlso. A tal ponto que tive de recorrer a pequenos expedientes. Paula chegava e, depois de algumas palavras comigo, corria a cumprimentar a sra. Marta. Durante essa curta ausência, eu ia à sua bôlsa e subtraía duas ou três moedas, para a primeira dose, a fim de aplacar o incêndio que me lavrava no o estômago.

Nas primeiras vêzes, à hora da partida, ela se alarmou:

— Será possível? Eu trazia dinheiro miúdo para o bonde...

Depois, teve a delicadeza de não mais conferir os seus trocos na minha presença.

Um dia, não me lembro quando, ela me disse:

— Vamos falar como bons amigos. Você não me quer bem. Previno-o de que não sou mulher para contentar-me com o que sobra da sua vida. Preciso de mais, muito mais.

Mêses adiante tornou-se de uma tristeza tal que eu, pouco atencioso, cheguei a perguntar-lhe o motivo.

— Sinto-me abandonada — respondeu-me ela. — Vejo que estou sobrando na sua existência.

E, como eu protestasse:

— Quem ama cuida, dizem os espanhóis que muito entendem de amor...

Dalí por diante, passou a queixar-se com frequência de que se sentia só, inquieta, sem ter alguém a quem confiar a sua melancolia.

Numa dessas vêzes, perdi as estribeiras, ainda hoje estou a perguntar-me por que.

— Já sei! Já sei! O Orozimbo contou-me que um rapaz da sua terra quer casar com você. Pois casem-se, sejam felizes!

Ela ergue-se, perplexa:

— Mas Darling...

E eu, enfurecido:

— É isso mesmo. O que você quer é casar, comigo ou com qualquer outro!

Paula teve uma crise de choro:

— Você me humilhou... Não precisa tratar-me assim... Vou-me embora para sempre...

— Vai-se embora?

Como se estivesse esperando essa palavra, chamei a senhoria e disse-lhe:

— Sra. Marta, pode dispôr do seu quarto, que hoje mesmo eu me mudo daqui.

Paula — vi pela aflição dos seus olhos — não desejava aquêlê desfecho rápido. Chegou a levantar as mãos, a esboçar um gesto que impedisse a minha loucura. Mas eu estava, certamente, com o diabo no corpo.

E, sem trocar palavra, saímos. Na rua, contra o que eu esperava, ela pendurou-se no meu braço, o que não fazia há muito tempo. Mostrou-se de uma doçura enternecedora, como se o nosso conhecimento datasse da véspera. Nem uma palavra de reprovação, nem um gesto de amargura. Fômos andando assim, pela tarde ensolarada. E, caminhando, falamos de coisas comezinhas. Ao chegarmos à praça onde habitualmetne nos despedíamos dos encontros, estendeu-me a mão pequena e branca; estava mais fria do que nunca. Ao mesmo tempo, fixou-me com os olhos dourados; compreendi que ela procurava gravar na memória, para sempre, a minha imagem. Depois partiu para a banda do bairro em que últimamente residia. Vi-a caminhar, chegar à esquina, e — como era de seu costume — adiantar levemente um ombro para fazer a curva. E desapareceu na maré dos homens e das coisas.

Não senti a menor emoção. No dia seguinte, passando pela Rua 15 de Novembro, esbarrei nela. Aquilo era extraordinário porque, em tanto tempo, jamais nos havíamos encontrado, por acaso, em qualquer ponto da cidade. Foi ela quem me chamou. Trajava um "tailleur" cinzento que eu não conhecia. Estava de chapéu, muito "chic" e um veuzinho que lhe descia até os olhos.

— Aonde vai? — perguntei-lhe.

— Ao dentista.

Sorri. Havia muito que ela estava tratando dos dentes. Diversas vêzes me elogiou a técnica, a educação e a delicadeza dêsse profissional. E como eu continuasse a sorrir, ela propôs.

— Big... Nós precisamos nos encontrar...

— Não.

— Apenas uma vez...

— Não

— Num café da cidade, para conversarmos.

— Não

Diante da minha atitude, cada um foi para seu lado, sem despedir-se.

No entanto, eu ainda não havia dado vinte passos, estaquei na rua, e perguntei-me:

— Mas, afinal, que grande pecado cometeu essa moça contra mim, para eu tratá-la como inimiga?

Horas depois, regresssei ao meu novo quarto. O bonde passava pela frente do prédio em que ela morava. Olhei para cima. A janela estava fechada; Paula ainda não tinha regressado do dentista.

Entrando no meu quarto, não abri a janela nem acendi a luz. Fui deitar-me e, contra o que esperava, fiquei muito tempo a recordar o nosso caso. Depois dormi. Acordei numa hora qualquer da noite, acendi a lâmpada, fui à mesinha que havia no quarto e escrevi:

A lua da minha noite,
a concha da minha praia
e a rosa da minha mesa
tôdas se foram, mas eu...
Mas eu a noite não sinto,
a praia branca não busco
e a rosa triste não lembro
desde que a Amada morreu.

O champanhe do meu copo,
o fumo do meu cigarro
e a canção do meu silêncio
permaneceram, mas eu...
Mas eu já não sei se bebo,
já não sei mesmo se fumo
e a canção vai-se extinguindo
desde que a Amada morreu.

Começou naquela tarde o meu drama. Apoderou-se de mim um desejo dolorido de revê-la. Mas desejava que o encontro acontecesse por acaso. Estava a par da sua vida. Conhecia todos os telefones pelos quais poderia comunicar-me com Paula: o do prédio em que ela morava, o da repartição onde trabalhava, o dos

seus parentes, o dos seus amigos. Poderia apegar do bonde, tomar o elevador e ir bater-lhe à porta. Poderia esperá-la na velha praça, às 6 e 25, quando ela regressava do serviço. Mas não fiz isso, embora sofresse muito. Meu desejo era encontrá-la face a face, na rua, por acaso, como acontecera no dia seguinte à nossa separação.

De manhã passava diante da sua casa e via a janela fechada.

— Ela já foi para o trabalho.

De tarde, a janela continuava fechada:

— Ela ainda não voltou.

À meia-noite, quando regressava do espetáculo, a janela continuava fechada:

— Ela está dormindo. Aposto que não pensa em mim.

Ninguém poderá imaginar a importância que a janela da casa de Paula tomou na minha vida. Se nas noites de folga eu passava por ali, e via luz atrás das venezianas, pensava:

— Voltou do cinema. Com quem?

Comecei a detestar a solidão. Assim que acordava, no meu catre, corria à janela e ficava a olhar a rua. E eu, que já não lembro de coisa alguma, poderia pintar de memória aquêlê quadro.

Minha casa é de esquina. Na frente, está a rua calçada com passeios de cimento, árvores alinhadas no meio-fio, o leito pavimentado de paralelepípedos novos, sôbre os quais deslizam incessantemente os veículos. A rua do lado, porém, continua pobre como nasceu. Não tem calçamento, nem mesmo fôram postas as guias para a construção dos futuros passeios. Como o bairro ainda não dispõe de esgôto, a água servida de muitas casas escoá-se para essa via pública, atira-se numa valeta improvisada, correndo para o barranco ou empoçando nas depressões do terreno.

A janela do meu quarto abre sôbre a rua abandonada. Há muitos meses, conheço a vida dessa passagem que não figura, talvez, no cadastro da cidade. Vi-a, a princípio, como fundo de quintais. Depois, as cêrcas de arame farpado fôram, uma a uma, substituídas por muros de tijolos. E, com a última valorização dos terrenos, surgiram três ou quatro casas, muito aprazíveis. Há até um palacete, com o automóvel parado à porta.

Certo dia, a rua foi lembrada. Uma turma de trabalhadores passou por ali, pondo abaixo as touceiras de mato que vicejavam em alguns pontos. Depois carpiu-a convenientemente. E como a época era mesmo de progresso, uma plainadora revolveu o barro vermelho, um rôlo compressor achatou-o, dando-nos a esperança de que, dentro de pouco, chegaria o calçamento. Mas ainda não foi dessa vez. E, para que os moradores não desanimem, de quando em quando, passa uma turma de operários munidos de enxadas, carpindo-a cuidadosamente.

Data daí a minha admiração pelo matinho da rua. Depois da capina, os torrões são batidos e o que nêle há de talos, fôlhas e raízes é amontoado por meio de gadanhos e, em seguida, atirado no barranco mais próximo. A rua apresenta-se como nova. Nenhum vestígio de herva. A água escura que desce dos quintais já não encontra poça nem valeta. Fica como aflita e eu a vejo ajuntar-se ao chão batido, hesitar, depois encaminhar-se com dificuldade por trilhos inadequados. Dalí a pouco, esboça-se o primeiro veio; no fim do dia, o fio de água já formou poça e, no dia seguinte, a poça estendeu um córrego até às mamonas do barranco, onde se precipita.

O matinho também ressurge. A princípio, é uma poeira de esmeralda que aparece de noite sôbre a terra úmida. O azinhavre se alastra, acompanha alegremente a água gorda. Um dia, reparo que essa verdura é constituída pelas folhinhas que emergem ao mesmo tempo do chão duro. Outro dia, verifico que não são folhinhas, mas plantinhas, tôdas elas da mesma altura, como se alguém tivesse atirado por alí retalhos de tapête verde. E o tapête se alastra, torna-se mais alto, pontilha-se de minúsculas corolas. No fim da semana, lá está êle, tenaz, vitorioso, o matinho da rua. Nos dias de sol, os pardais se reúnem sôbre o charco. Saltam, espanejam-se, esvoaçam. Uma farra. E as borboletas também. Vejo-as dançando sôbre a terra molhada, sôbre as ervas daninhas.

De repente, na esquina, surge o inimigo. Quebra-se o encanto. Os pardais fogem, as borboletas lá se vão. O inimigo salta de uma pedra para outra, tapa o nariz por causa dos micróbios, encara o matinho da rua com olhos ferozes e exclama:

— Mas isto não é uma cidade! É uma tapera, um monturo!

Ah! Se não fôsse o inimigo, o homem, como a terra seria feliz!

Nesses dias de belíssima crise sentimental, eu acabava sempre por escrever versos, geralmente recordando aquêle quarto-andar da casa da sra. Marta. Data dêsse tempo um poema que andou pelas revistas:

No quarto andar. A janelinha aberta
sôbre a avenida em construção. Camisas
num varal de barbante. À luz incerta,

elas balançam à mercê das brisas
e espalham pela alcova tão deserta
a sombra das tristezas indecisas.

Eu a quisera ali, mas antes não quisesse.
Passa o tempo e não canso de esperar.
A claridade morre, a sombra cresce.

Pela janela branca entra o luar.
Onde está ela que não aparece,
que não bate na porta para entrar?

Elevador, você que sobe e desce,
por que não pára no meu quarto andar?

De um dia para outro, meus sapatos começaram a ficar estreitos. Tôdas as manhãs, era uma dificuldade para calçá-los. E me molestavam. Certa noite, examinei os pés à luz da lâmpada. Estavam lívidos e volumosos. Comprimi-os com a ponta do indicador e a cova que nêles fiz permaneceu funda por algum tempo. Compreendi. Deitei-me e entre a vigília e o sono evoquei a figura de Paula, o nosso drama:

... ela chegou um dia, não sei de onde, com o seu chapèuzinho holandês que parecia gorro de "nurse". Sorriu para mim. As duas fitas de côm lhe caíam sôbre os ombros. Tinha olhos claros, de menina deslumbrada diante do mundo. Mais tarde, eu a recebi numa das quatro estações da cidade, que mais parecem as quatro estações do ano. Considerei-a minha hóspede. Ela considerou-me o seu amigo, aquêle a quem vinha procurando de longa data. Por fim, ofereceu-me um ramilhete com três violetas; eu, sem olhar, tirei-o da lapela e guardei-o no bôlso do paletó, como quem esconde uma pedrinha. A plataforma, àquela hora, parecia-se com tôdas as plataformas: muita gente desconhecida. Diálogos sincopados. Preocupações exteriores. Perguntas sôbre enderêços, sôbre horários, agradecimentos e adeuses. A cidade estava lá fora, enigmática como um porvir.

Saindo da estação, atravessamos o bairro comercial, frio como um catálogo. Viajantes, malas, táxis. Apitos de trens, toques de campainhas, carregadores transportando algarismo, no peito. Lojas onde a gente compra à última hora o presente pobre de que se esqueceu. Restaurantes escuros nos quais os garçons sem nome incluem a pressa na conta, para fazerem conta de chegar. Botequins onde se vêem tipos suspeitos e se ouvem dichotes em calão. Essa era a entrada da cidade e da alma.

Paula não viu nem ouviu nada daquilo, pois esperava apenas as coisas lindas, que estavam mais nela do que em mim. E fômos nos aproximando do coração — do coração da cidade.

— Há por aqui alguma beleza — observou a hóspede.

— Há sim — respondi eu — mas tudo está em construção ou em decadência. Casebres, terrenos vagos, andaimes, tapumes, galpões e nas novas avenidas os primeiros arranha-céus. Velhas igrejas, garagens, janelas com cortinas de chita atrás da vidraça. Uma quermesse de sentimentos, de lembranças e de remorsos. Que mistura, não?

Entramos numa confeitaria côr-de-rosa onde se vendia torta de maçãs. Depois, numa cervejaria dourada com alemães feitos de massa de vidraça a servirem copos de espuma. E numa leiteria azul, onde não havia leite, mas se bebia um vinho com gôsto de cheiro de pétalas maceradas.

Assim, fômos pela rua e pela existência. Ela, como desejava, ficou conhecendo cinemas cujo fim era ter poltronas muito próximas umas das outras e proporcionar duas horas de solidão aos pares de espectadores. É verdade que, às vêzes, também exibiam filmes mas ninguém se ocupava dêles. E teatros que apresentavam, entre aplausos, seus porteiros de libré. E bibliotecas construídas para servir de motivo a cartões postais. E salões de música onde ouvimos, em êxtase, as coisas harmoniosas que nos iam pela alma. E parques vazios que nós enchíamos, mentalmente, de fontes, salgueiros e versos. E jardins esturricados nos quais, à nossa passagem, brotavam tôdas as flores da imaginação e cantavam todos os pássaros do sonho...

Assim, sem dar por isso, fizemos aquele curto passeio a que dão o nome de felicidade. Quando o encanto acabou, consultámos o Guia Municipal de Turismo e visitámos o bairro chinês e o pátio dos milagres, que os ha em muitas cidades como em muitos corações. Tantos anos depois, conduzi-a silenciosamente a um recanto e mostrei-lhe o serpentário, como se faz com os hóspedes ilustres. Foi na tarde fria da despedida, no instante em que ela me fitou com seus olhos dourados, desejosa de guardar na retina a fisionomia do amigo, para os dias de separação, que seriam todos os restantes de nossa existência. Ah! Naquele átomo de tempo, meus olhos com certeza lhe pareceram covas fundas, atulhadas de pedras, cobertas de samambáias, onde se enrolavam os dorsos escuros, craquentos, dos jararacuçús...

(Conclui no próximo número)

Julio Fuchik e os caminhos da literatura do proletariado

Jacob Gorender

Testemunho escrito com o próprio sangue por um militante comunista e, ao mesmo tempo, obra de arte nascida de uma rica sensibilidade artística operando sobre profunda experiência vivida, o “Testamento sob a fôrça⁽¹⁾” de Júlio Fuchik deveria obrigar à reflexão ao menos aqueles escritores brasileiros, que reconhem honestamente o impasse em que se encontra a nossa literatura e, em geral, a literatura do mundo capitalista.

Não sendo um dos primeiros, “Testamento sob a fôrça” é, sem dúvida, um dos mais belos frutos já produzidos pela literatura do proletariado, isto é, por aquela literatura que reflete esteticamente as condições de vida, os estados de consciência, as concepções e a dramática luta libertadora da grande massa operária.

Esta literatura não encontrou com facilidade, é fora de dúvida, a sua estrada real. Teve de sofrer, no início da própria insuficiência com que o proletariado adquiria consciência da sua situação de classe e, por isso, da própria insuficiência com que o proletariado estimulava a criação de sua epopéia. Por outro lado, os primeiros que trilharam o caminho desta literatura eram, como não podia deixar de ser, intelectuais que se aproximavam do proletariado, se colocavam, mais ou menos conscientemente, a serviço de sua causa, mas viam e sentiam o homem trabalhador muito mais *de fóra* do que *de dentro*. Tal incompleto processo de identificação não podia senão dificultar ao artista a apreensão, em termos estéticos, ao mesmo tempo em imagens épicas e líricas, de toda a infinita riqueza humana, que ha no rude e explorado criador das riquezas materiais da sociedade.

É compreensível, por conseguinte, que esses artistas só pudessem encontrar, de imediato, as soluções igualmente falsas do naturalismo ou da pura propaganda.

(1) — Julio Fuchik — “Testamento sob a fôrça”, tradução de Lia Corrêa Dutra, prefácio de Dalcídio Jurandir — Editorial Vitoria — Rio, 1949.

No primeiro caso, tratava-se, quase sempre, de apanhados fotográficos das condições de vida do trabalhador, em que a sua personalidade espiritual aparece vagamente delineada ou grosseiramente deformada. A classe operária surge aí como u'a massa inerte e passiva, incapaz de se revoltar, de lutar pela sua libertação. Nesse sentido é a crítica de Engels a um romance da escritora inglesa Margaret Harkness. Engels reconhece o quanto a massa operária inglesa vive mergulhada na passividade, mas exige que se mostre o seu lado ativo, como algo que, de fato, existe e deve ser material para a arte.

“A resistencia revolucionária (diz Engels) que a classe operária opõe ao meio que a oprime, suas tentativas — espasmódicas, semi-concientes ou concientes, — de obter seus direitos humanos, pertencem à história e podem reivindicar um lugar no realismo”⁽²⁾.

A crítica de Paul Lafargue a Zola também é muito elucidativa a respeito das deformações e do caráter superficial do naturalismo, embora ressaltando os méritos que o grande romancista francês possui, no seu tempo, como desbravador e pioneiro.

Para aqueles que, de certa maneira, enxergavam uma incompatibilidade entre lutar pelo proletariado e fazer arte verdadeira no sentido dessa luta, a solução, compreensivelmente foi a da pura “propaganda”, a de uma concepção esquemática, subjetivante e idealista, quase apenas retórica, por isso mesmo não realista e não artística. Tal incompatibilidade que, de fato, não existe, foi sutilmente elevada a tese pseudo-marxista por Trotski, nisso, como em tudo, mais, um criminoso moedeiro falso no campo do marxismo. O dilema arte versus propaganda, inevitável do ponto de vista da burguesia reacionária, mas completamente injusto do ponto de vista do proletariado, cujos interesses de classe exigem simplesmente que a sua realidade seja desvendada de mistificações e tratada como tal sem carecer de acréscimos idealistas, esse dilema se encontra, aliás, situado com sabedoria num ensaio de Georg Lukacs intitulado “Propaganda ou Partidarismo?”. Afim de evitar confusões com a terminologia burguesa, o conhecido filósofo húngaro propõe a substituição da expressão “propaganda”, no que se refere à arte de sentido proletário, pela expressão “partidarismo”. Desse modo, a arte, sem incluir a pura propaganda, isto é,

(2) — “Trechos escolhidos de Marx, Engels, Lenine e Stalin sobre Literatura e Arte”, pag. 168 (Coletânea de Jean Freville) — Editorial Calvino — Rio, 1945.

sem necessitar do acréscimo de elementos extra-artísticos, será porém, para o proletariado, imperativamente, uma arte concebida do ponto de vista de partido.

Lukacs emprega o termo “propaganda” no sentido exclusivo de *elemento* estranho ao conteúdo da obra de arte. Por isso, não cogita da *repercussão* que toda obra de arte alcança, inevitavelmente, na consciência do público, repercussão para a qual acreditamos ser justo utilizar o termo “propaganda”. Toda obra de arte, através da própria emoção estética, deixa na consciência do público um impulso para aceitar ou se revoltar contra determinada realidade ou determinada concepção da realidade e, nesse sentido, a obra de arte é, também, um trabalho de propaganda. Nas sociedades divididas em classes, há sempre uma propaganda de classe, ainda que, tantas vezes, de modo bastante indireto e velado.

O mundo, todavia, deu muitas voltas, e o lado ativo da classe operária, a que se referia Engels, aumentou enormemente. A sua combatividade e as consequências objetivas dessa combatividade ganharam fóros de fato histórico máximo do século XX e, nesse processo, se elevaram à categoria de *realidade primeira* para qualquer obra de arte que, em nossa época, queira reivindicar um título de perenidade. Das entranhas das grandes massas oprimidas, dentro ainda do proprio regime capitalista, surgiu um novo tipo de herói — o homem comunista — reclamando, com a força da sua soberba realidade, o lugar de protagonista no mundo da arte. As condições para a elaboração de uma literatura do proletariado se tornaram, assim, muitíssimo mais favoráveis.

Está claro que os lacaios intelectuais da burguesia não deixaram de fazer as suas tentativas para deformar, de modo canalha, o protagonista, que os tempos lançaram impetuosamente à cena. Não só opuzeram ao herói comunista o herói decadente, amoral, entregue ao vazio dos atos gratuitos ou à voragem dos apetites irracionais, como se esforçaram por entregar ao público, em sub-produtos literários, que nada têm a ver com a arte, uma falsa imagem do porta-bandeira da classe operária.

No seu ensaio sobre André Malraux, mostra-nos Roger Garaudy em que consiste o truque:

“Na realidade, com os comunistas pode-se dispensar de fazer psicologia: basta erguer um manequim, um espantalho e provocar medo. Quando se trata de comunistas e quando se lhes combate, o público, os delicados, cessa de ser exi-

gente. Que importa a escolha dos meios, mesmo grosseiros, contando que o comunista perca a figura humana! Se ele é deshumanizado, eis-nos, ao mesmo tempo, liberados de toda obrigação de humanidade diante dele: ele está fóra da lei humana”⁽³⁾.

Como Garaudy o demonstra, Koestler não acrescenta nesse particular, coisa alguma a Malraux. O comunista para Koestler é o “homem da faca aos dentes”, o autômato despojado de toda riqueza humana. O autor de “O Zéro e o Infinito” se revela, porém, tão mau falsificador que até um crítico reacionário, como o sr. Otto Maria Carpeaux, se viu forçado a mostrar, embora de modo reticencioso, a falta de coerência e algumas gaffes gritantes dos dialogos, do cenário e dos personagens daquele romance, apresentado, entretanto, como do gênero “histórico” — ⁽⁴⁾. Nem por tudo isso o abôrto do renegado mercenário deixou de ser exaltado por tanto crítico bem-pensante, “apolítico”, como é da moda, mas igualmente mercenário...

Em que pese as tardias e ineptas tentativas de escamoteação dos laçaios intelectuais da burguesia, a literatura do proletariado foi abrindo o seu caminho e vencendo as dificuldades, que se lhe antepunham à apreensão artística da heroica realidade dos operários e das massas populares em geral. Ainda que de passagem, não pode deixar de ser lembrado o grande nome de Gorki quando se trata da criação da literatura do proletariado.

Lafargue havia dito, no século passado, que “ao proletariado, convertido em um apêndice da grande indústria, lhe está negado o dom resplandecente da expressão poética, esse dom que possui o selvagem e o bárbaro e também o camponês semi-civilizado da Bretanha”. Mas aconteceu, agora, que a luta pela libertação social despertou em homens saídos da própria massa proletária o dom resplandecente da expressão poética, que a opressão niveladora do capitalismo, em geral, cruelmente sufoca. Foi por isso um autêntico proletário como Nicolas Ostravsky, levado pela invalidez a dedicar-se às letras, iria poder extrair da sua experiência de combatente o material para essa epopéia, desigual porém soberba, que é “Assim se forjou o aço”.

(3) — Roger Garaudy — “Une littérature de fossoyeurs”, pags. 61 e 62. Editions Sociales — Paris.

(4) — Otto Maria Carpeaux — “Arthur Koestler: Política e Letras”, em “O Jornal” — Rio, 21-XI-1948.

Julio Fuchik, também ele, pela origem, operário, atinge, com o seu “Testamento sob a fôrça”, um dos pontos mais altos dessa nova literatura.

Fuchik não foi, sem duvida, apenas um lutador, um dirigente heroico do seu partido, enfrentando, nas trevas de clandestinidade, o poder da Gestapo. Foi, também, um artista de viva sensibilidade. Mas longe, muito longe estaria de se realizar como artista se não fôsse também um lutador, na medida em que chegou a sê-lo.

Com o corpo lacerado pelas torturas e tendo à frente a perspectiva da morte próxima, o escritor checo nos deixou páginas em que Astrojildo Pereira já notou, com razão, algo da grandeza esquiliana — com a diferença de que, no caso de Fuchik, o homem não se rende à mitologia da fatalidade, mas luta contra a morte que sabe rondando o seu corpo, opondo-se a ela com o otimismo dos que constroem o futuro, com a prodigiosa fôrça da sua “alegria”, herdeira direta daquela que inspirou Beethoven. Essa mesma alegria, dom de uma classe honrada com a mais nobre missão que a história já confiou a uma classe, leva Fuchik a escrever algumas páginas de lirismo profundo e concentrado, como poucas haverá iguais.

Nele, a eloquência, grave e musical, emerge espontaneamente da própria experiência pessoal. Não carece de retórica, de esforço deliberado de “propaganda”. Por isso mesmo, “Testamento sob a fôrça”, sendo da melhor arte, é, de modo simultâneo, para o proletariado, uma arte de partido e, em virtude da repercussão que alcança na consciência das grandes massas, uma poderosa arma de propaganda.

O seu estilo é o de um mestre consumado (Fuchik possuía longo tirocinio de escritor), que, sem precisar de adornos intrincados, com uns poucos traços dá vida a um quadro, põe em movimento uma figura humana. O tempo de que dispunha e também o papel eram muito curtos para que os perdesse em adornos. A sua prosa atinge, assim, um grau magnífico de agilidade e riqueza, mas não se derrama, antes conserva, a todo momento, um poder quase mágico de síntese e concentração. Poder que devia constituir, ao mesmo tempo, qualidade do estilo e decorrência natural do estado de espírito de um homem, que foi capaz de vencer o desespero, de não perder a fôrça do seu julgamento e de impedir, por isso, que a realidade se fragmentasse e se diluisse diante dos seus olhos.

Como estamos longe, aqui, de todo esquematismo!

O homem ferozmente torturado ainda consegue vêr neste ou naquele dos seus carcereiros um traço de humanidade, num mais evidente, noutro mais obscurecido. Os inimigos

não são transformados em manequins. Aparecem como tipos variados, com toda a responsabilidade de homens, embora os seus sentimentos e suas ações sejam de seres bestiais, em que o nazismo destroçou as altas qualidades, que devem conferir nobreza a todo sêr humano.

Por outro lado, os heróis não são apresentados como super-homens. A grandeza, no caso, reside precisamente em que o heroico aparece na medida do humano. E é isso que nos aproxima desses heróis, que nos permite chegar à sua comovente intimidade.

Do trágico reponta, vez por outra, a nota de humour. Do patético nasce subitamente o lirico. Um jôgo de contrastes que é da própria vida e que Fuchik gravou, na sua arte, para a imortalidade.

Fuchik é um expoente concreto e admiravel do humanismo marxista. Vivendo ainda no regime capitalista, ele já é, por sua cultura e por sua militancia prática, uma demonstração antecipada do que será o homem de amanhã, do que já é o homem na União Soviética.

A sua ação deriva de uma lucidez racional a toda prova, completamente isenta de misticismo (nada do caricatural Rubachof de Koestler, que sonha com “estados oceânicos”). A científica compreensão das relações sociais, que a Fuchik dá o marxismo, não o priva da sua personalidade. Antes a enriquece e eleva a uma altura de herói, precisamente porque é esta compreensão científica que lhe dá a certeza de que também ele constroe a história com o seu sacrificio, de que a sua fidelidade individual contribue para acelerar a aurora do dia de amanhã. Sobre todas as suas desgraças individuais incide, por isso, a luz de um ardente otimismo, de uma inquebrantavel confiança na libertação das grandes massas oprimidas. A história da Tchechoslovaquia de hoje veio dar completa razão à certeza íntima de um dos seus heróis.

O caricatural Rubachof de Koestler, precisamente por não ser comunista, mas uma caricatura de fundo trotskista, considera heresia pensar na primeira pessoa do singular. Fuchk está a todo momento falando na primeira pessoa do singular, precisamente porque é um autêntico comunista, em que a solidariedade à sua causa é fonte de poesia e o mais precioso filão de ouro da própria personalidade.

Artista e lutador, Fuchk soube defender a sua alta civilização de operário, amante da cultura, da democracia e da paz, como os srs. Sergio Milliet, Antonio Cândido e outros bravissimos admiradores de Koestler não seriam certamente capazes de fazê-lo com relação à sua fétida “civilização oci-

dental”, que não pode sobreviver sem guerras, campos de concentração e câmaras letais.

Para todos os artistas honrados, Fuchik é uma lição esplêndida. A lição de que hoje a arte vai se tornando um privilégio dos artistas identificados com a luta pelo socialismo e de que esse processo se acentuará nos dias de amanhã. Já antes da última guerra e sobretudo neste após-guerra, verificamos como as tendências em matéria de arte se definem como a clareza que caracteriza a definição dos campos sociais em luta. Torna-se ao artista cada vez mais difícil e tantas vezes já é impossível continua a fazer arte digna deste nome e permanecer alheio, sem ao menos uma atitude de simpatia em face das novas forças sociais, que representa o progresso da humanidade, que lutam pela libertação nacional, pelo socialismo, por um mundo entregue à construção pacífica e livre.

Os artistas da burguesia, isolados das massas e muitas vezes burocratas bem pagos pelo Estado, se inspiram em decadentes teorias estéticas e criam cadáveres. A criação de obras de arte realmente vivas não pode ser desligada da vida e esta, em nossa época, nasce do proletariado, nasce das massas inumeráveis e profundas do povo. Para ser artista é preciso viver esta vida e lutar por ela.

Dá-nos o passado, acaso, uma indicação diferente?

Bem ao contrário.

Foi porque muito viveram e muito lutaram, homens que alcançaram o máximo de lucidez progressista possível no seu tempo e se fizeram órgãos das suas mais avançadas aspirações coletivas, foi por isso que Dante e Cervantes, Camões e Castro Alves atingiram os cumes da arte. Puderam extrair da vida o imperecível.

A Poesia participante do Norte

"FUNDAMENTOS", no intuito de confraternizar com os intelectuais, artistas e a gente do Norte, tomou a iniciativa de reunir nestas páginas alguns poemas da geração nova dessa região. E é seu objetivo mostrar que, de uma maneira geral, a poesia do norte permanece relativamente livre de certas influências responsáveis pela diminuição do poder comunicativo dos versos feitos por determinados grupos de poetas, inclusive da geração nova.

Sente-se, na poesia vinda do norte, que aquele espontaneismo um tanto anárquico e indisciplinado está dando lugar a uma busca conciente por melhores meios de expressão. Porém esta atitude não se assemelha, de forma alguma, à tendência dominante em várias rodas, especialmente do sul do país, para o esoterismo dos conteúdos herméticos e o ascetismo da forma. Neste sentido, a poesia do norte, sem ser uma fórmula ou uma receita, traz um conteúdo mais atuante. A valorização da forma, seu enriquecimento em experiência, procedendo aliada com a valorização do conteúdo; a descoberta de melhores e mais exatas formas poéticas aliada com a descoberta de novos conteúdos humanos e sociais, síntese essa, que no seu processo de desenvolvimento poderá contribuir para a existência de uma poesia mais brasileira, mais expressiva das aspirações do nosso povo.

Assim, é que se torna significativa a existência de poetas como Sorigenes Costa, José Sampaio, Jacinta Passos, Camilo de Jesús Lima, Aluizio Medeiros e tantos outros, que do norte do nosso país, vêm contribuindo para a valorização da poesia como um instrumento não somente comunicativo como também de transformação.

W. S.

ALUIZO MEDEIROS

Ceará (Fortaleza). É um dos mais conhecidos poetas da nova geração do norte. O poeta cearense, que hoje se encontra secretariando a revista CLÁ, já publicou os seguintes livros de poemas: TRÁGICO AMANHECER, MUNDO EVANESCENTE, OS HÓSPEDES (êste em colaboração com Antonio Girão Barroso, Otacilio Colares, Arthur Benevides e editado por CLÁ), OS OBJETOS, tendo pronto e anunciado LATIFUNDIO DEVORANTE do qual damos abaixo uma amostra.

Aluizio Medeiros é um poeta em evolução, preocupado como está na busca de um estilo pessoal ou seja de uma forma poética simples e à altura de um conteúdo revolucionário, humano e comunicativo.

A MAÇANETA

Ser na poltrona só
 sitiado pela luz ausente
 pela dúvida atroz.
 O pensamento, os olhos
 o gesto ainda incriado
 fixos na porta
 na maçaneta da porta.
 O pensamento de séculos
 na maçaneta da porta
 na maçaneta de madreperola?
 de madeira esculpida?
 na maçaneta da porta
 que é divisora do mundo
 que é angústia e medo
 que é esperança de séculos.
 Os olhos e o gesto fixos
 na maçaneta da porta
 que é desespêro e medo
 que é fenda para a libertação
 que é divisora do mundo.

Não claudicar no gesto
 defluído pelo pensamento
 coágulo da esperança.
 Embora sendo só na poltrona
 sendo só no mundo
 o gesto transformar
 em decisão exata:
 torcer a maçaneta
 romper o sítio da dúvida.
 da herança, da classe
 e a porta escancarar.

(De "Os Objetos")

LATIFÚNDIO DEVORANTE

Não vem ninguém me visitar.
 Não vem agora, eu bem sei.
 Mas muito não demorará
 latifúndio devorante
 o momento de eu te assassinar.
 Vou retalhar o teu corpo
 em mil pedaços iguais
 chamarei os camponeses
 dos arredores distantes
 e a cada um eu darei
 um pedaço de ti mesmo
 latifúndio devorante
 que devorou minha vida.
 Então será uma festa
 sem igual no Brejo Grande
 e o Sítio do Não Fazer
 não será mais sítio não.
 Sítio que dissiparei
 para viver minha vida
 mas não a que dissipei.

CAMILO DE JESÚS LIMA

Reside na cidade de Conquista, no interior do Estado da Bahia. Dado o grande número de suas colaborações em várias revistas do país, seu nome já é relativamente conhecido. Camilo de Jesús Lima já atravessou por várias experiências na poesia, sendo que a sua última e atual se caracteriza pelo exercício de uma atividade poética mais conçiente e participante. Sua poesia é a expressão de temperamento de um artista que transforma suas emoções em um conteúdo revolucionário, atuante. Neste sentido Camilo de Jesús Lima é um dos poetas mais participantes do Norte.

A MEGERA ESTÁ RONDANDO

Valei-me, Don Cavaleiro!

Os filhos dos operários
E os filhos dos camponeses
Estão tremendo de medo
Nas casas esfumaçadas.
A megera está rondando,
Vagando pelas estradas.
Essa, que anda de noite
Caçando os filhos do povo.
Traz à memória da gente
Velhas histórias de outrora;
Não tem água nos olhos.
Nem leite nos peitos.
E as unhas sujas de sangue.
Seus longos dedos ossudos
Batem em tôdas as portas.
Caçando os filhos do povo.
— Fantasma das horas mortas. —

Valei-me, Don Cavaleiro!

Noiva de dedos de fada,
A renda branca que teces
Para o teu véu de noivado,
Quem sabe se vai tornar-se
Num sudário ensanguentado?
Jovem que nasceste livre,
Escuto rangerem portas
De negros carcereiros frios.
A megera está rondando
Sua ronda de maldição.

Valei-me, Don Cavaleiro!

Serão homens, serão feras
Êsses que riem na sombra,
Riso de morte e traição?

Êsse ainda traz as mãos sujas
Do sangue da multidão.

Aquêlê quer que a megera
Faça dos campos de seára
Campos de concentração.
O outro vendeu alma e corpo
Ao ouro da reação.

Mãos assassinas, da sombra,
Mostram o caminho sangrento
Por onde passa a Tarada,
Engelhada, encarquilhada,
Levando o açoite na mão.
Estão forjando as cadeias
Que hão-de abrir chagas nos pulsos
Que se erguerem nos comícios,
Como mastros levantados,
Exigindo mais justiça,
Menos miséria, mais pão.

Valei-me, Don Cavaleiro!

A megera está rondando,
Vagando pelas estradas,
Batendo em todas as portas,
Caçando os filhos do povo,
— Fantasma das horas mortas,
Do silêncio e da aflição

Valei-me, Don Cavaleiro!
Valei-me, Meu Capitão!

(Publicado em "Caderno da
Bahia)

JOSÉ SAMPAIO

Desde muitos anos que o poeta Sampaio é considerado o Rossini Camargo Guarneri do Norte. Como a do poeta paulista, a poesia de Sampaio tem a força revolucionária que a identifica como uma poesia inspirada nos próprios cantos do povo.

É um autêntico poeta naquilo que reflete uma individualidade definida e original e acentuadamente comunicativa. Embora sem riqueza de linguagem e até mesmo um tanto anárquica na sua composição, sobrepõe-se pela sua densidade lírica, pelo seu conteúdo revolucionário, por uma vibrante mensagem de fraternidade e amor a tudo que é do povo.

Seus versos que estão na memória das gentes das cidades pequenas do interior de Sergipe, Bahia e Alagôas lugares por onde o poeta andou como caixeiro viajante vendendo bugariana e outras bugigangas, somente agora parece que serão editados em um livro "NÓS ACENDEMOS AS NOSSAS ESTRELAS", numa justa iniciativa da revista "ÉPOCA", do mesmo Estado.

O R I O

O vento batendo
O côro caindo
Sergipe recurvo
Remando,
Subindo,
O rio chorando
A cantiga
E guardando no peito
A mágoa dos homens.

As canôas chegando
Do Santo Amaro
Os saveiros cansados
O vento empurrando
Os negros cantando
Estranhas cantigas
Saudando os amigos

Com o lenço nas mãos
E às vezes de noite
A lua derrama
Um rio de prata
No rosto do rio.
E o vulto dos homens
Na sombra do cáis
E os olhos das luzes
Abertos na sombra
E os homens do cáis
Amigos do rio
Sentem no peito
As ondas batendo
O peito sofrendo
O rio arquejando
Suando, agitado
No mesmo destino
Dos homens do cáis —

JOSÉ MARIA FONTES

Seus poemas se encontram esparsos em vários jornais e revistas, especialmente do Norte.

Ha nas produções dêsse sergipano um espírito de síntese poética produto não somente de uma consciência reflexiva e emocional como especialmente da sinceridade do seu enunciado poético. Ao par destas qualidades, primam suas produções pela sobriedade de imagens e pela boa qualidade de linguagem. A universalidade do seu conteúdo e a ausência de qualquer regionalismo fazem-no, talvez, o menos representativo de uma poesia que se queira caracterizar como típica do norte. Sua poesia se inspira nos mais espontâneos sentimentos do homem ao mesmo tempo que reflete, uma individualidade em desespero quase dissoluto ante a solidão, a angústia e o tédio criados pela ideologia do mundo capitalista agonizante.

I N V E R N O

A solidão e a chuva é o que me resta
Para viver este momento obscuro.
Quando, fechado o círculo da angústia,
Já não me sinto dêle prisioneiro.

O amor? O verso, a vida, a natureza
estão fora do alcance dos sentidos.
Há o quarto, a chuva e a solidão. Lá fora
Movem-se um mundo alheio aos meus apelos.

Para escrever e distrair máguas
Fôra preciso a última presença,
A única esperança, que perdi.

Sou o simples instinto — e encho a noite
com as mariposas voando em tórno á lâmpada
E o gorgolejo da água no algeroz.

JACINTA PASSOS

Era figura de prôa,
sim senhor
esse varão soberano.

Já foi rei de Madragôa.

Sangue quente,
pela cor de claraiba

Era figura de prôa.
Como o pai herdara título,
reino, chicote e corôa.

— Pobre dele, está nas últimas.

Na sala dos comentarios
se reza cochicha lá,
no quarto de telha vã,
ele pena no sofá.

Agora já não é mais

que triste carne sumindo,
fôrça de lua minguando.

— Dizem até que carregava
algumas motes, coberto
de ouro e prata, massiço.
(pela boca dos rendeiros,
esse mal
entrou no corpo, feitiço).

Candeia cadê teu lume
força do corpo viril?
Patrão cacique de grei,
dez filhos dentro de casa
e sete fora da lei.
Lá se vai.

O corpo cadê teu lume?
O' candeia alumiai.

Parentes de sentinela
exercito de salvação:

— vinde ó poderes divinos
salvai os pés da nação.

— Este homem é uma coluna
não pode morrer assim,
vinde estrangeiro do dollar,
vosso amigo está no fim,
movei policia e tirano
com cara de querubim,
movei ralé da colonia,
mares de whiskey e de gin,
ó Santa Igreja Catolica,
vosso amigo está no fim.

— Gente, que ôlho é aquele
espiando na vidraça?

(Será delirio febril
candeia mortica e baça?)

Não é um ôlho sosinho.

Que passa?

São dois são dez um milhão
na vidraça.

Vinte milhões espiando
o sinal da morte enfim
dessa figura de prôa.

(O povo de Madragôa
na vidraça)

— livre aurora vinde a mim.

O' rei chicote e corôa
triste rei de fim de raça.

CLAUDIO TUIUTI TAVARES

Que frieza é essa entrando no meu quarto
Através da janela que dá para o cemitério?
Que aroma insípido e rumor silencioso são esses entrando no
[meu quarto]

são

Através da janela que dá para o cemitério?
Serão as catacumbas geladas e dos ciprestes imóveis?
Serão dos cabelos da última naufraga
Remexidos pelas oscilações do mar próxima?
Ou essa placidez que vem a dominar o ambiente do meu quarto
Será do sono imbalavel dos encouraçados submergidos?
Senhor, vós também criastes essa placidez, esse aroma, esse
[rumor e frieza essa]
Que penetram no meu quarto através da janela que dá para
[o cemitério.]

Tudo isso, Senhor, não será poesia?
Domina, embevece, espiritualiza e dá ao meu modesto quarto
Uma atitude monumental: a atitude das aves mortas.

"Muquirão"

ALCEU MAYNARD ARAUJO

À forma de ajuda vicinal, aceita por quase toda a população rural de São Luís do Paraitinga, dão o nome de "muquirão" ou "putirão". O mutirão não se reveste apenas da forma de um auxílio prestado ao vizinho, mas, o que achamos mais importante é a queda de tãda e qualquer barreira social que possa existir entre proprietários e simples camaradas, lavradores sem eira nem beira, no desenrolar do mutirão. Todos manejam suas enxadas ou foices, cantam e findo o trabalho, folgam noite a dentro na mais franca camaradagem.

Ao promotor do mutirão, chamam de "patrão". A êle compete determinar a forma de trabalho, isso porque há duas formas: a divisão de trabalho em "tarefas" e o trabalho em "uma só linha". Parece que o trabalho dividido em "tarefa" é mais compensador, há maior emulação. E foi esta forma que recolhemos. As "tarefas" ou "eitos" são divididos em "quadras". Na quadra trabalha um só indivíduo. Nos mutirões de capinar entram também mulheres, porém, nos de roçar com foice, somente homens. Ultimamente as mulheres não ajudam mais nos trabalhos de enxada, não capinam, ficam prestando o auxílio na cozinha, preparando os "comes" na casa do "patrão".

A emulação parte do fato de todo o trabalho a ser executado, ser dividido primeiramente em duas grandes "tarefas" nas quais competem os convidados e mais uma tarefa que é a do "patrão" e seus camaradas. As duas tarefas que competem são divididas em "quadras". Os trabalhadores das quadras da tarefa "A", são companheiros, auxiliam-se mutuamente e procuram derrotar os companheiros da tarefa "B".

Ao trabalhador de uma das tarefas que terminar primeiro a limpa de sua quadra, chamam-no de "salmora" ou "salmoreiro". É o "salmoreiro" que dá início ao canto do "Brão". O "brão" é um canto de desafio que serve para estimular os trabalhadores no mutirão. O canto do "brão" é sem acompanhamento de instrumento musical, e geralmente tem início depois do café que é dado à tarde.

Quando o "salmora" acabou a sua quadra, chega ao lado do trabalhador de sua tarefa, cuja quadra está muito atrasada e canta:

Eu canto êste meu verso,
que hoje ninguem cantô,
dô um viva pro Patrão
e otro pros cantadô.

Acaba de cantar e começa a trabalhar ao lado de seu companheiro.

O último que acaba de capinar a sua quadra é chamado “caldeirão”. Não raro o “caldeirão” é chacoteado pelos demais. Ninguém deseja ser o “caldeirão”.

Uma vez terminadas as duas tarefas que participaram da competição, vão dar o “vivório” que é o auxílio prestado à tarefa do “patrão” ou promotor do mutirão.

No “vivório” todos cantam as suas linhas de brão. Ficam no eito, de par em par, cantando em dueto e trabalhando. É uma extensa linha de trabalhadores. Esta cena se passa depois do almoço. Cantam seus “brão” em forma de demanda ou de perguntas. Costumam chamar de “fazer linha” quando estão fazendo perguntas. Geralmente cantam na mesma toada, isto é, música, desde o primeiro verso do “brão” até ao último.

Pra começar a linha há um verso pedindo licença:

Meu amigo cantadô
escuita o que vô cantá,
eu trago aquí um causo
pá nós tudo podê brincá.

Outro responde:

Eu canto êste meu verso
bis
pro meu amigo Juvená
pode sorta o seu causinho
bis
nois tamo aquí pá te ajudá.

Estabelece-se então o jôgo cantado que é o “brão”. Há perguntas, uns auxiliam o outro a respondem, ou mesmo às vêzes procuram atrapalhar. Uma pergunta logo que é lançada, só o trabalhador que está imediatamente ao lado do que lançou é pode cantar. A pessoa que “desatar”, isto é, que conseguir responder terá o direito de colocar outra pergunta, logo a seguir.

Recolhemos o “brão” cantado por José Bento Gouvea e Antenor Bento Gouvea, irmãos, lavradores, brancos, bons violeiros, 20 e 23 anos de idade, filhos do Sr. Luiz Bento da Silva, que é o mestre da folia de Divino Espirito Santo, contra-mestre da cavalhada, marcador de quadrilha, capelão e curandeiro, aliás, capelão e curandeiro parecem ser habilidades gêmeas.

A — Meu amigo Zé Bento,
prá ocê eu vô falá,
num vim andando pô chão,
i nem avuano pô a’.

J — Meu amigo Antenô
irmão do meu coração,
perguntano si vei u a cavalo,
ou si veiu de caminhão?

A — (cantando para “afirmar”, isto é para
atrapalhar a pergunta)
Meu amigo Zé Bento,
já falei e torno a falá,
o pé num tava no chão,
mais tava enroscado nargum lugá.

J — Meu amigo Antenô
eu canto na boa fé,
eu pergunto pá ocê,
onde tava enroscado o pé?

A — Meu amigo Zé, Bento,
esse causo é de duvidá,
o pé num tava no chão,
tava enroscado no á.

J — Meu amigo Zé Bento,
agora até fiz careta,
seu pé num tava no chão,
decerto tava de muleta.

A — Meu amigo Zé Bento,
Você tá munto enganado,
o pé num tava de muleta,
mais vinha vino carregado.

J — Meu amigo Antenô
agora vô te dá reposta,
eu fico admirado
d'ocê carregá o pé nas costa.

A — Meu amigo Zé Bento
não é eu que tava carregano,
era nas costas do meu cavalo
que eu tava viajano.

J — Meu amigo Antenô,
cabocrinho sacudido,
comigo Você enroscô,
deu a linha por perdido.

A — Vô cantá êste meus verso,
pro meu amigo José,
contei as linhas pr' ocê
porque ocê veiu beijá meu pé .

J — Hoje neste muquirão
eu torci o meu bigode,
pode ajuntá teus companhero
que comigo ocê num pode.

J — Meu amigo Antenô,
nois tava nois dois junto,
cantadô da sua marca,
eu faço perdê o assunto.

Não tendo Antenor dado resposta, José Bento “Zébento” canta outro para acabar, porque Antenor ficou calado, deu-se por derrotado.

Meu amigo Antenor
Você é muito garganta,
bamo pará de cantá,
porque tá na hora da janta.

Para o mutirão são convidados pelo seu promotor “patrão”, todos os moradores do bairro. O sitiante, que por motivo qualquer não possa comparecer, envia um seu assalariado para representá-lo. Quando algum convidado, por motivo de doença não pode trabalhar, êle se compromete ir ajudar, tocando viola. É por isso que raramente o “brão” tem acompanhamento instrumental.

O “patrão” oferece logo pela manhã aos convidados um café com farinha de milho. Alí pelas 10 horas, na roça, as mulheres levam em latas ou outras vasilhas grandes o almoço. Há farta distribuição de pinga, como aperitivo. A mesma bebida é também oferecida na hora do café, alí pelas 13 horas. Tem a finalidade de “limpar a garganta” para desta hora em diante cantarem o “brão”. Findo o trabalho, dirigem-se para a casa do “patrão” para o jantar. Come-se fartamente, não raro, finalizam o mutirão com um cate-retê.

Quando findo o mutirão, na hora que vão despedir-se para repousar, os trabalhadores cantam em côro em homenagem ao “patrão” o seguinte verso, que é “puxado” por um dos cantadores que mais se destacou no “brão”.

“Vô cantaá êste meu verso
pro meu amigo patrão,
eu despeço do sinhô
com dô no coração”.

O “patrão”, em resposta aos seus convidados, também se coloca à disposição dos que lhe prestaram o “ajutório”, e a sua resposta nos revela um absoluto espírito de companheirismo, e na sua atitude também implica a perpetuação dêsse traço cultural que parece ir desaparecendo doutros lugares em que tivemos oportunidade de presenciá-lo.

O “patrão”, tirando o chapéu, na porta de sua casa tôska, porém uma das melhores do bairro do Oriente, comovido canta, na soleira:

“Fiquei munto sastifeito,
cum vontadi di chorá,
sô moradô do Orienti,
percisano é só chamá”.

CALANGO

No salão da casa da fazenda dançava-se o Cateretê e perto de uma pequena fogueira, ao ar livre, dois violeiros cantavam o Calango. Calango ou Calanco é o nome que dão a uma forma de desafio de viola. O Desafio propriamente dito, (e também em voga em São Luís), é aquele em que se cantam quatro versos, totalizando uma quadra, onde há rima de segundo verso com o quarto, e o cantador não repete os versos do adversário. No Calango, o cantador oponente, canta repetindo o último verso da quadrinha cantada. Eis um exemplo:

“Meu amigo Zé Bento
tem feição mais é de bode,
não adianta rodeá cepo,
que cumigo vacê num pode”.

O adversário responde, intercalando no seu canto o último verso cantado:

“Oai, oai,
cumigo vacê num pode,
vacê tá munto feio,
parece o Reis Herode.

Outro exemplo de Calango:

“Meu amigo Zé Bento,
vacê tem feição de cachorro,
cantadô de meia bota,
de ocê num guenta desafôro”.

Resposta:

"Oai, oai,
num guenta desaforo,
vacê cale a boca
qu'eu chego ocê no coro".

Há alguns Calangos que ficaram célebres. Um dêles, que anda de boca em boca dos cantadores é o do "Touro Araçá". Numa zona pastoril como a de São Luís, grande é a valorização que dão ao boi, e certamente, algum pesquisador menos avisado poderá encontrar alguma cousa de totemismo nessa fonte. Deve ser um calango velho, pois data ainda do tempo em que uma boiada custava no máximo meia centena de contos de réis. A côr araçá é muito bonita, é do animal baio rajado. Um animal com essas côres é sempre muito valorizado. Quando saiam Miota e Boi muitas vêzes, procuravam pintar o boi com largas faixas brancas, imitando o "araçá".

CALANGO DO TOURO ARAÇÁ

O calango recolhido foi cantado por Eurico Guimarães e José Bento Gouvêa.

Zébento: —

"Meu amigo Orico
pra você eu vô falá,
com uma cana cortei otra
no meio do canaviá".

Eurico: —

"Falá colega
no meio do canaviá,
embaúba é pau ôco
lugá de cobra morá".

Z — "Oai, oai,
lugá de cobra morá,
vô mandá fazê um cocho
proô meu gado comê sá".

E — Falá colega,
pô seu gado comê sá,
hoje eu vim aquí
pra êsse gado eu comprá".

- Z** — Oai, oai,
prá esse gado eu comprá,
pegue os cavalo
e vamu u gadu recontá”.
- E** — Falá colega,
vamu u gadu recontá,
cum prasu de duas hora,
tive tudo nu currá”.
- Z** — Oai, oai,
tava tudo nu currá,
verméie o ferro de marca,
o que for meu quero marcá”.
- E** — Falá colega,
o que fô seu, ocê qué marcá,
num marque na cara,
ocê marque no apá”.
- Z** — Oai, oai,
ocê marque no apá,
se sabe que me chamo Antonio,
minha marca é letra “A”.
- E** — Falá colega,
minha marca é letra “A”,
você vá fazeno as conta
qui o gadu eu queru pagá”.
- Z** — Oai, oai,
u gadu ocê que’ pagá,
le custa cincoenta conta
fora o Toro Araçá”.
- E** — Falá colega,
fora o Toro Araçá,
ajunte a piãosada
pô gadu nois sortá”.
- Z** — Oai, oai,
pô gadu nois í sortá,
deixei pago e repagu,
despidi pá retirá.

“T R A I Ç Ã O”

Uma forma de ajuda vicinal das mais interessantes é a encontrada na fazenda Copoeirão, município de Inhumas, Estado de

Gaioaz, (dia 18-12-1948) chamada “traição”, ou como comumente dizem os goianos da roça: — “tréição”.

Quando um lavrador está com o trabalho de sua roça em atraso, um compadre ou amigo, às escondidas, combina e reúne um grupo de trabalhadores (uns cem ou mais) e num sábado pela manhã, vai até à casa do amigo para ajudá-lo. Essa ajuda que é tramada em sigilo e que é de fato uma surpresa para o que a recebe, chama-se Traição.

Às 5 horas da manhã, rodeiam a casa do “atraído” e os “traioero” dão tiros, soltam rojões, cantam e, quando acordam a família, dão início ao trabalho. Se o “atraído” pode fornecer comida para os “traioeros” começa prepará-la, caso contrário, o chefe da tração precavidamente já põe em andamento os “aperparos” para o almoço. É bom salientar que o chefe dos “traioeiros” deu café aos convidados em sua própria casa, ali pelas 4 horas da manhã.

Todos trabalham nesse singular mutirão, homens, mulheres, crianças. Homens na roça, mulheres na cozinha e crianças no transporte de comida, água, lenha. Almoçam ali pelas 10 horas, às 14 hs. o café, e, ao anoitecer, o jantar... e terminam com danças. Os velhos gostam e preferem as “quadrinhas” e “catira”, e os mais moços, já influenciados pelo rádio, preferem o arrasta-pé com marchas e sambas “carnavalistas”. O arremate da tração, isto é, a dança vai até ao dealbar do domingo.

É comum a “tração”. Muito mais comum do que o mutirão patrocinado pelo indivíduo que necessita de ajuda. Um lavrador o promove somente quando não tenha recebido tão espontânea ajuda.

As mulheres também fazem “tração” para fazer roupas de algodão no tear. Neste tipo de ajuda só participam as mulheres casadas. Infelizmente não nos foi possível recolher seus cantos. Tivemos, porém, oportunidade de examinar a fazenda tecida nos teares toscos e rudes, num dêsses singulares mutirões femininos de Goiaz.

Os versos da “tração” cantados por Crispim Martins de Moura, meieiro, que foram recolhidos são os seguintes:

”Acordai, belora, acordai
 não se ponha a se adrumi,
 qu’isto são sono da morti,
 que tu veiu apersigui”.

Da boca faço um tintero,
 da lingua pena moiada,
 dos denti letra miuda,
 dos óio carta fechada.

A vidinha de ti quero
é sòmente dispidi
adeus vidinha adorada
chegô o tempo d'eu parti.

Vô fazê um balão de seda,
prá nos ares eu assubi,
conforme fô o geito do vento,
nos seus braço eu vô cai.

Acorda, meu bem acorda,
não pensais que é munta genti,
é um pessoar que veiu aqui,
dá uma treição entre os denti.”

Acorda meu patrão, acorda,
tratamento não é nada,
no armoço, frango cheio,
na janta, leitôa assada.”

Levanta, meu cumpadre, levanta,
vem recebê esta treição,
vem recebê os traçoero
cum boa vontadi e bom coração.

Há também uns cantos de trabalho, que são cantados quando estão manejando o machado, foice, enxada...

“Machadinho d'oro,
fincô, fincô, fincô (bis)
no pau.

Outro canto:

Balainho do colosso,
desceu do céu,
num desceu,
desceu do céu.

Este canto de trabalho, é cantado quando está próximo o almoço, assim afirmou o sr. Marcelino Pereira dos Santos, de Ar-
raial Velho, município de Formosa, Goiaz:

“Pomba juriti,
pomba jurerá,
se me trouxe nesta nesta terra,
torna me leva,
si não fosse surubi,
jacaré passava má”.



FAMILIA

Gravura de MARIO ZANINI

MARIO ZANINI

MARIO ZANINI nasceu em São Paulo em 1907, sexto filho de uma família de nove, de origem italiana. Para compreender Zanini que hoje pode ser considerado um dos nossos melhores artistas, não devemos esquecer esta sua origem e filiação e a velha tradição do artesanato que a acompanha. Como os seus irmãos, também Mario foi apreender um ofício. Assim aos 17 anos matriculou-se no Liceu de Artes e Ofícios. Trabalhava de dia como letrista e, das 8 às 10 horas da noite, frequentava o Liceu. Hoje diz que os três anos passados com tanto sacrifício trouxeram-lhe, de fato, pouco proveito. Quando reconheceu a inutilidade de continuar, começou a tomar aulas com o pintor alemão George Elpons, de tendências modernas e que, soube guiar o jovem talento. Naquela época, conta Zanini, não havia movimento artístico em São Paulo; de vez em quando um pin-

tor "clássico" se aventurava a armar uma exposição, geralmente na Rua Direita, para vender os frutos de seu trabalho. E é só no primeiro Salão Paulista de Belas Artes que Zanini entra em contato com o público. Com a "Família Artística", junto a Volpi, Bonadei, Rebolo, Graciano e outros vemo-lo definitivamente enquadrado no movimento moderno. Desde então vem expondo em todos os salões, mostras coletivas, etc. Destaca-se no meio dos pintores por sua atividade e espírito de cooperação, sempre pronto a ajudar praticamente nas iniciativas artísticas, seja pintando cartazes, colocando quadros na parede ou orientando os mais jovens com sua experiência.



LAVADEIRAS

Gravura de MARIO ZANINI

Numa exposição coletiva, seus quadros, quasi sempre de formato pequeno, se fazem notar antes de mais nada, pela côr. Pesquisador constante, jamais satisfeito com os resultados obtidos, naturalmente seu estilo varia, mas o apreciador reconhecerá no desenho o traço, e na pintura a pincelada, vigorosos; o colorido, delicadissimo em algumas fases, vivo em outras, é sempre elemento essencial na sua expressão e composição. Consegue exprimir a paisagem e as coisas brasileiras com intensidade e realismo tal, que o pintor, filho de pais italianos, passa a ser um dos artistas que melhor traduzem a nossa terra em sua obra. Só em 1944 realiza

uma exposição individual. Outra exposição interessante foi, em 1946, a exibição Zanini-Rossi, que deu margem à comparação de duas obras inteiramente diversas em sua concepção e realização. Foi premiado com a Medalha de Prata pelo Salão Oficial do Rio de Janeiro em 1940, recebeu o 1.º premio da Divisão Moderna da Exposição Circulante do Departamento Estadual de Informações e foi premiado no XI Salão do Sindicato dos Artistas Plásticos.

Apesar destes sucessos que oficialmente lhe atestam o mérito já reconhecido, o artista não tem possibilidade de viver de sua arte. Quasi a totalidade de nossos artistas plásticos é forçado a prover a sua subsistência por outros meios. Alguns lecionam, outros trabalham na propaganda comercial e outros, situação ainda mais desequilibrada, se veem obrigados a achar o seu sustento em campo inteiramente afastado da arte. Assim, Mario Zanini que se iniciou na pintura como letrista, hoje trabalha na cerâmica, pintando ladrilhos, alguns mais comerciais, mas outros verdadeiros quadros em miniatura.

No momento, o problema que mais o preocupa é o da composição. Trabalha em grandes composições (como os painéis do Hospital São Luiz Gonzaga em Jaçanã e da Usina Tamoio em Araraquara). As gravuras (é há pouco tempo que se dedica a esta técnica) publicadas nesta revista, dão uma idéia da disciplina e equilíbrio de seu trabalho.

O que torna Mario Zanini um artista particularmente interessante, é o fato de ele não se ter desligado de sua origem e tradição. Suas obras nunca caem no estetismo estéril, e à medida que sua técnica vai se aprimorando, chegando a uma síntese cada vez maior, ele nos dá em sua obra, a expressão, o retrato da realidade em torno de nós.

E. C. F.

Do impressionismo ao abstracionismo

PLINIO RIBEIRO CARDOSO

A partir dos fins do século XIX, as contradições da sociedade capitalista se ampliaram vertiginosamente, com repercussão em todos seus órgãos vitais. Entre uma burguesia economicamente forte, e um proletariado cada vez mais numeroso e conciente, deparamos com uma grande massa, a pequena burguesia, vacilante e indecisa, comprimida entre as grandes forças geradas pelos conflitos, e que, aos poucos, vai sendo polarizada em grau cada vez menor para o polo burguês e cada vez maior para o polo proletário. Esta posição intermediária da pequena burguesia não deve ser analisada sob o aspecto rígido que os esquematismos impõem, mas como consequência do complexo desenvolvimento do processo social. Este desenvolvimento nos tem mostrado que essa classe intermediária não possui essencialmente uma ideologia própria; ela reflete a própria ideologia burguesa, modificada apenas no seu aspecto formal, de acordo com a situação de penúria ou de relativo equilíbrio da sua economia individual.

É dentro desta imensa classe média que incluímos a quase totalidade dos elementos intelectuais, artísticos e científicos da sociedade atual. Essa classe, principalmente através de seus porta-vozes, os intelectuais, em certos "momentos" do conflito social, se rebela e quer lutar contra um estado de coisas intolerável, como por exemplo o domínio absoluto da sociedade por uma classe opulenta e inculta. Esses elementos de vanguarda, apoiados num idealismo retrógrado, não querem ver na transformação social concreta, o ponto inicial de revisão de todos os valores culturais de uma época. Isto se dá porque também eles, idealistas que são, almejam apenas soluções individuais e não coletivas, que não alterem a essência da ordem vigente, que pode a qualquer momento recolocar muitos dos intransigentes marginais, dentro dos velhos cânones, embora ligeiramente modificados, unicamente no seu aspecto formal, afim de tranquilizar uma "consciência revolucionária", forjada dentro dos estreitos limites de uma classe sem perspectivas.

É sob este aspecto que pretendemos analisar o desenvolvimento embora sumário das artes plásticas, procurando ver nos conflitos e nas soluções dos problemas das supra estruturas, o

reflexo dos conflitos que se desenvolvem na infra estrutura social. Sabemos que essa análise, apresenta grandes dificuldades, uma vez que, a supra estrutura, não é um espelho que reflete passivamente o que se desenvolve no setor económico-social. Fazemos, portanto, ressalvas, aos esquematismos impossíveis de serem evitados num simples ensaio.

A tese que defendemos, considera o artista um elemento social de grande complexidade, intimamente vinculado ao meio que ele ajuda a transformar, mas que, por outro lado, não deixa um instante de nele atuar, transformando-o. Querer considerar o artista, unicamente como um agregado de qualidades estáticas, é ferir o problema pelo ângulo escolástico, cuja predileção é arrancar o individuo metafisicamente do meio, para assim quebrar, ao menos abstratamente a maravilhosa cadeia de processos que na sua auto evolução só estabelece vínculos e conexões de toda ordem. O verdadeiro artista, é uma unidade dinâmica e não estática, onde suas qualidades essenciais (sensibilidade, imaginação, técnica) só podem existir como um todo em conflito dialético com o meio que o gerou. Isto, absolutamente não quer dizer que o artista deva executar estereotipadamente uma arte de nítido aspecto social, embora em certos momentos, se estiver realmente integrado na realidade, ele a executará com o vigor de seu gênio. Se a ciência, com seus métodos experimentais, procura atingir diretamente o conteúdo, a própria realidade exterior, a arte, mais sutil, procura refletir através da riqueza das formas (sons, cores, linhas, volumes) as etapas da conquista dessa realidade que o artista ajuda a transformar. Fugir da realidade, é separar por um jogo de abstrações, o conteúdo da forma, é esquecer que a forma é apenas a maneira mais variada, rica e multifacetada da manifestação do próprio conteúdo.

Resta-nos analisar ainda, embora sumariamente, o problema do artesanato e o conceito de liberdade.

O objetivo formalista e apressado de "ser modernos", tem conduzido muitos jovens ao abandono da tradição e do preparo técnico, que eles pensam poder substituir por uma verdadeira intuição. Assim por exemplo, muitos confundiram a grande força expressiva do deformismo, com a oportunidade de pintar sem grandes recursos técnicos; da mesma maneira que o divisionismo, baseado nas leis óticas, foi entendido e muito vezes executado com a facil liberdade de justaposição de pequenas manchas. Esta é uma concepção que precisa ser combatida. O artista necessita, portanto, fundamentalmente ser um bom artesão, conhecer a fundo o seu ofício. Isto é primordial, embora ainda esteja longe de ser suficiente. É simplesmente uma qualidade, que só adquire vida e dinamismo, quando incluída no complexo processo que é o desenvolvimento social. Esta posição, exige necessariamente um esclarecimento do conceito de liberdade da pequena burguesia.

Embora atuando em nome dos princípios mais puros de liberdade, o artista se encontra na realidade preso às classes ou grupos sociais cuja ideologia ele mesmo inconscientemente reflete. Este conceito de liberdade é portanto abstrato e individualista e mais se parece com a liberdade anárquica do alienado. A verdadeira liberdade é uma processo que nos conduz ao conhecimento cada vez mais perfeito da realidade que nos cerca. Isto não se consegue comodamente através da magia de conceitos puros, abstratos e apriorísticos, mas pela árdua luta, onde o homem descobre as leis objetivas da natureza e da sociedade e com ela forja as armas que progressivamente o libertam. A revolução operada em nosso meio artístico, pela chamada geração de 22, também atuou sob a base falsa de uma liberdade abstrata, e por isso mesmo até hoje não nos libertou.

Diz muito bem Roger Vailland: "Todo pensamento libertador que não está ligado a uma vontade de transformar o mundo, tem finalmente consequência reacionária". Claro está que não é possível qualquer tentativa nesse sentido, se começarmos por abstrair o mundo que desejamos transformar...

Finalizando estes esclarecimentos indispensáveis, vamos passar a analisar as principais escolas pictóricas, com o fim de mostrar como uma fuga da realidade, coincide em linhas gerais com o individualismo cada vez mais acanhado da pequena burguesia.

Vamos abordar os principais movimentos da pintura moderna, nascidos principalmente na França, sede de uma imensa pequena burguesia, fortemente intelectualizada. Infelizmente vamos deixar de lado a análise do grande movimento expressionista alemão, cuja complexidade alongaria por demais as nossas considerações.

X X X

A escola Impressionista, se iniciou no século XIX até certo ponto impulsionada pela corrente naturalista, com o objetivo de retratar uma realidade diretamente observada. Nasceu portanto realista, onde formas novas e revolucionárias da plástica, refletiam um novo mundo transformado pela ciência ótica. O nome da escola se originou de um trabalho de Claude Monet, denominado *Impressões*. Artistas da envergadura de Monet, Manet Renoir, Pissaro, Sisley e outros, revolucionaram a pintura, procurando trazer para a tela, uma realidade extremamente movel que eles viam diretamente em contato com a natureza. Assim fugiu a pintura dos atelieres para os campos, para o meio das ruas, onde os artistas na ansia de pintar o momento fugaz da realidade, se esmeravam numa tecnica cuja rapidez impedia a precisão dos contornos e golpeava seriamente a tradição das construções sólidas. Passaram mais a sugerir que representar; a folha de uma árvore, deixou de ter o contorno de folha, para dar a impressão ótica da folha. O impressionismo, nas-

cendo para refletir uma realidade, acabou por destruir essa realidade, sofrendo sua pintura uma verdadeira deliquência. Essa escola influenciou em gênios como Van Gogh, Gauguin e Paul Cezanne. Este último, negando-se a prosseguir em tal caminho, desejava fazer do impressionismo algo duradouro como a arte dos museus. Com o fim do impressionismo, tivemos, com algumas exceções, o fim do realismo. A revolução passou para o setor do essencialmente plástico. A luta de libertação contra uma burguesia ignorante e odiada pelos artistas, passou a ser um problema das elites pequeno burguesas. Esse plano de ação se baseou desde então, exceção feita a vários gênios, no "slogan" de Gustave Moreu: "Não creio nem no que vejo, nem no que toco, só creio no que não vejo e no que sinto. Que importa a natureza em si? A arte é a perseguição encarniçada unicamente através da plástica, da expressão do sentimento interior". Aqui, nestas linhas, escritas no fim do século passado, já encontramos em sua plenitude a tendência abstracionista em cindir a unidade dinâmica da arte em seus dois componentes inseparáveis: conteúdo e forma. Até a primeira guerra mundial, o setor forma foi intensamente pesquisado e experimentado, com o fim de obter-se qualquer coisa de novo.

A "ofensiva" contra os senhores ignorantes, prosseguiu com a heroica geração dos FAUVES. Henri Matisse, Georges Roualt, Jules Flandin, Albert Marquet, Maurice Vlaminck, Raoul Dufy, Derain e outros. O termo fauve, (féras), originou-se na exposição de outubro de 1905, onde entre numerosa produção da escola, encontrava-se no centro, uma estatua executada por Marquet no mais puro estilo renascentista. Foi quando, um crítico, Louis Vaucelles, ante tal contraste exclamou: "Voilà Donatello dans la cage aux fauves" e assim, a palavra do crítico foi adotada, aliás com grande satisfação pelas novas féras. Esta escola, excluindo de sua obra, todo o objetivo literário, procurou acercar-se da arte ingenua de certos primitivos e fazer uma revolução principalmente através da cor pura (Matisse) A arte continuava figurativa, persistia certa relação entre o quadro e o modelo, contudo, as cores eram tratadas com absoluta liberdade, sem a necessária correspondência com a cor existente no modelo exterior. Assim, por exemplo, a cor da pele, poderia ser azul ou de outra cor, de acordo com o sentimento interior do artista. Foram alterados os efeitos de modelado e perspectiva.

Com o Cubismo, (Picasso, André Lhote, Braque etc.) tivemos uma reação às concepções anárquicas dos fauves que "só queriam ouvir a voz dos sentidos". O movimento cubista, ainda dentro do setor forma pura, tentou racionalizar a obra de arte, que descambava para um intuitivismo total. Costumava-se dizer que os cubistas, fizeram com o objeto o que os impressionistas fizeram com a cor. As duas escolas decompunham o modelo e tentavam reconstituí-lo de acordo com novas convenções. Como já esta-

mos vendo, o desenvolvimento pictórico, começa a pular da tésse à antítese, sempre evitando a síntese. Essas escolas trouxeram, dados positivos para a arte artesanal com o enriquecimento das cores da palheta, com a criação do divisionismo e a mistura ótica (neo-impressionismo) ou a volta ao desenho (cubismo). Justo é salientarmos que muitos desses artistas, compreenderam mais tarde, que a função da arte não é unicamente perseguir o sentimento interior pela plástica.

Quasi ao mesmo tempo, surgiu o movimento futurista de Marinetti em 1909. Se para o Cubismo, o assunto pouco importava, sendo primordial uma concepção lógico-formal, estática de um objeto, já o Futurismo, nascia com o propósito de refletir o dinamismo do mundo através de nossas sensações. Aproveitando as conquistas do divisionismo, assimilando do cubismo a maneira de apresentar os aspectos vários de um mesmo objeto, eles criaram, para dar a impressão do movimento mecânico, as chamadas linhas de força. Com o auxílio dessas linhas de força e do simultaneismo, tentaram reproduzir os estados de alma, numa síntese do que se evoca e do que se vê. Germinava, portanto, o surrealismo. O Futurismo, constituiu um dos aspectos mais ilusórios da arte. Por alguns itens do manifesto lançado em Paris, podemos ver como em nome de um dinamismo que eles não souberam compreender, existiu apenas a exaltação da bravata e da valentia do herói pequeno burguês. “Queremos cantar o amor do perigo, o hábito da energia e da temeridade”. “Queremos exaltar o movimento agressivo, a insônia febril, o salto mortal, a bofetada, o soco”. “Declaramos que o esplendor do mundo se enriqueceu como uma beleza nova: a da velocidade”. “Um automovel na carreira é mais formoso que a Vitória de Samotrácia”. “Queremos derrubar os museus, as bibliotecas, combater o moralismo o feminismo e todas as covardias oportunistas e utilitárias”.

O dinamismo futurista, nunca teve pois o sentido dialético de transformação. Foi expressão pura e simples de um mecanicismo brutal e inconciênte que contribuiu para a formação da ideologia que empolgou a Itália após a primeira guerra, de consequências tão trágicas para o mundo.

O post guerra, trouxe o agravamento dos conflitos sociais, colocando como diz Vailland, a pequena burguesia intelectual, inteiramente à margem das atividades reais da época, conservando, de todos seus privilégios, apenas o luxo de viver à margem.

Nasceu então o Surrealismo, como uma nova forma de reação e luta da inteletualidade pequeno burguesa. Nomes de grande expressão, encabeçaram e assinaram o primeiro manifesto surrealista. Esta escola, desviando-se do essencialmente plástico, tomou principalmente os temas psicológicos, simbólicos e oníricos. No terreno plástico, o surrealismo pouco trouxe de novo, adotando uma forma de pintura muitas vezes acadêmica e fria, ou ado-

tando as conquistas de seus predecessores. O ponto central da pintura passou do plástico, para o assunto, para o anedótico, para o literário. Se os fauves, e os cubistas, escandalizaram através da plástica, do desenho, os surrealistas foram ainda mais objetivos na campanha, escandalizaram diretamente com o assunto, pintando relógios derretidos nas frigideiras ou paisagens ameboides. Do primeiro manifesto de André Breton, ha mais de 20 anos, podemos verificar que o surrealismo atravessou várias fases. Atingindo em 1925 a fase intuitiva, o grande esforço de Breton, consistiu em fazer o movimento passar para a fase socializante e a seguir, sofrendo as modificações necessárias, conciliá-lo com o materialismo dialético, concebido como sistema de conhecimento do modo de transformação do mundo. A partir de 1930, Breton dirigiu a revista "Le Surréalisme au service de la Revolution". Foi a curta experiência que serviu para demonstrar, na feliz frase de Vailland, que revolucionários não são unicamente revoltados. A revolução surrealista, como todo movimento unicamente de supra estrutura, não se concretizou no terreno prático, continuou à margem, com seus sonhos e devaneios e negando a possibilidade do progresso e colocando a felicidade humana no passado. Os elementos de vanguarda desse movimento, compreendendo objetivamente este entrave, passaram a atuar diretamente na realidade concreta que se transforma, e não nos reflexos que essa realidade produz em cérebros torturados pela inconsciência.

Finalmente, o Abstracionismo, representa o último grau no processo de desenvolvimento, da fuga do concreto para o abstrato, que estamos analisando. Até aqui a pintura, embora deformando, simplificando ou alterando o modelo, sempre se apoiava no mundo exterior mesmo quando esse mundo era visto através dos sonhos e dos complexos freudianos dos surrealistas. Com o Abstracionismo, a fuga é total; o artista foi arrancado metafisicamente do mundo onde vive. É o idealismo pequeno burguês, na sua mais extremada posição. o subjetivismo total, que nega a realidade como causa primeira de tudo, para criar um mundo ilusório interior, força mística dos que, não podendo controlar pelo conhecimento esse mundo que lhes é hostil, querem criar um outro, mesmo abstrato, mas livre dos conflitos que perturbam o seu comodismo.

A pintura abstracionista, não deve invocar pois o mundo visível, quer como meio, quer como fim. A forma, para eles existe independentemente, é uma categoria metafísica, portanto estática, sem relação ou conexão com o conteúdo. A forma vale em si e não deve ter qualquer relação com o mundo exterior. Esta arte, puramente formal, começa a ser comparada com a pintura de certos esquisofrênicos. Como os pintores abstracionistas, em geral, gozam da mais perfeita normalidade psíquica, devemos procurar fora deles, os motivos determinantes de tal semelhança. O denominador comum está no problema da alienação. Ambos são alienados.

Certos doentes mentais, em consequência de um aperturbação psico-somática, perdem o contáto com a realidade objetiva e suas produções pictóricas refletem a ingenuidade de uma abstração inconciente. A alienação pode, porém, apresentar outro mecanismo. Sempre que as relações do mundo concreto, não satisfazem suas aspirações, o homem cria um mundo ideal, independente das relações sociais. Assim, todas as formas e símbolos que ele cria, como representação desse mundo concreto, passam a ter existência em si. É o caso típico do abstracionismo, onde as formas usadas pela pintura para refletir uma realidade concreta, passaram a existir independentemente. É a tese idealista que concebe o pensamento de existência anterior e independente da matéria.

Entre nós, apologistas dessa tendencia, como Leon Degand dão definições esplendidas dessa alienação, ao defenderem a arte abstrata: “É abstrata toda pintura que não *invoca, nem no seus fins, nem nos seus meios*, as aparências visíveis do mundo. Não as invoca nos seus fins, porque não tem ela por *objetivo, em nenhum grau*, representar aquelas aparências. Não as invoca nos seus meios, porque uma pintura realmente *abstrata não é feita por meio de elementos tirados ao mundo exterior*, mesmo transpostos, simplificados, deformados, a ponto de torná-los irreconhecíveis, mas partindo de linhas, formas, e cores privadas, em principio, de toda relação de imitação com os objetos pertencentes ao mundo visível.”

Sob o ponto de vista pictórico, com exceções de trabalhos de sério valor artesanal, constitue o abstracionismo campo facil para o desenvolvimento de mediocridades, que vêm na fuga da realidade duas grandes vantagens: uma, de coloca-las à margem dos conflitos de sua época, outra, de se desfazerem de um mundo, cuja complexidade e dinamismo constitue sério entrave aos seus problemas plásticos.

Inicialmente dissemos que a ideologia pequeno burguesa é na essência, a própria ideologia burguesa. E os fatos estão confirmando. Todos os grandes movimentos de libertação, iniciados no setor artístico, estão se convergindo para uma arte, cada vez mais interior e menos inteligível. A grande burguesia, contra a qual o movimento, inicialmente se originou, também não a pode entender, mas tem a consciência suficiente para considerá-la inóqua e portanto vantajosa a seus interesses e por isso começa a ampara-la entusiásticamente.

BIBLIOGRAFIA

- André Breton: Le Surréalisme et la Peinture.
 Michel Georges Michel — Les Grandes Époques de la Peinture “Moderne”
 Michel Georges Michel — Peintres et sculpteurs que j’ai connus. 1900-1942
 G. Severini — El Tratado de las Artes Plásticas.
 Júlio E. Payró — Pintura Moderna.
 Paul Signac — De Eugênio Delacroix al Neoimpressionismo.
 Theodore Duret — História de los pintores impresionistas.
 Roger Vailland — Le Surréalisme contre la révolution.
 Léon Degand — Do Figurativismo ao Abstracionismo — (Museu de Arte Moderna — São Paulo).

NOSSA CAPA

KAETHE KOLLWITZ

O desenho que estampamos na capa deste número é a reprodução de um cartaz feito por Kaethe Kollwitz em agosto de 1924 em comemoração ao dia da Juventude Alemã. Esta litografia famosa, em cuja composição original entravam as palavras alemãs "Nie wieder krieg" (nunca mais guerra) circulou aos milhões por toda a Alemanha. Como todos os trabalhos da grande artista, este desenho tem o condão de exprimir, com inextinguível vigor, o inteiro conteúdo humano de uma atitude ou de uma situação, no caso, o desejo e a determinação da juventude em assegurar a paz. Kaethe Kollwitz não era dos que separam a forma do conteúdo. Para ela o conteúdo da arte era fundamental e a forma devia ser aprimorada para exprimi-lo plenamente. Não esperava a descida do "espírito creador", mas creava novas formas, novas produções artísticas, ao tempo em que os trabalhadores creavam novas táticas, novos programas. Era uma artista do povo.

A linha gráfica, aguda, incisiva era o seu meio, mas o conflito era sua expressão, ela que tinha uma função como artista. Os assuntos de seus trabalhos refletem as lutas do seu tempo: pobreza, a procissão dos tecelões, os desamparados e o majestoso ciclo da guerra camponesa. Kaethe Kollwitz descendia de rebeldes. Seu avô, Julius Rupp, ministro luterano, foi expulso da igreja oficial por rejeitar a igreja estatal e por insistir no racionalismo e na ética, fundando em 1846 a primeira congregação de religião livre da Alemanha. Seu pae Karl Schmidt abandonou a advocacia às vésperas da formatura, convencido de que não era possível conciliar o exercício do direito, na Alemanha da época, com a profissão de idéias radicais, e, se fez marceneiro. Foi quem iniciou a filha no socialismo. Kaethe nasceu em 1867, em Koenisberg. Começou estudar arte aos 13 anos com Rudolph Mauer, velho gravador. Posteriormente estudou em Berlim e Munique. Em 1891 casou-se com o Dr. Karl Kollwitz organizador de uma clinica para operários que foi um dos primeiros ensaios de socialização da medicina em todo mundo. O casal passou a viver em um bairro operário de Berlim. Seu trabalho logo lhe grangeou fama e o desfavor dos poderosos, pois seus desenhos eram a denuncia de todas as mazelas sociais, e um chamamento à luta da classe proletária. Na frase lapidar de Ian Glenkirk: "Sua expressão era direta, refinada quase ao simbolismo, acessível a todos — e na sua simplicidade, um apelo à ação. Suas linhas silenciosas penetravam até a medula como um grito de dôr".

A guerra de 14-18 foi um grande golpe pessoal para a artista que nela perdeu um filho, morto em outubro de 1914, na Flandres. Em 1919 Kaethe Kollwitz foi eleita para a Academia de Arte de Berlim, a primeira mulher a receber essa honraria. Já então, em plena maturidade artística, dedica-se às lutas do após guerra. Defende as reivindicações do proletariado, defende a União Soviética, ataca os planos guerreiros imperialistas, luta pela paz. E' desse pe-

riodo o desenho que publicamos, tão oportuno hoje como na época. Seus trabalhos sôbre o ciclo da guerra valem por si sós pela consagração de uma grande artista. Ilustra varios livros entre os quais obras de Romain Rolland e Henri Barbusse.

Em 33, com a ascensão do nazismo, Kaethe Kollwitz perde sua posição na Academia, de onde é expulsa por ser "decadente, bolchevique, amiga dos judeus". Sofre restrições e perseguições de tóda espécie. Em 38, Erich Kohn, de Nova York, oferece-lhe a oportunidade de deixar a Alemanha. Recusa-se dizendo que seu lugar era com seu povo e sua família. Estava velho, cansada e só. Morreu aos 78 anos em 22 de Abril de 1945. Sua casa em Berlim foi bombardeada durante a guerra, com ela desaparecendo uma coleção completa de seus trabalhos, inclusive um grande número de desenhos que o mundo nunca verá.

Publicando em sua capa um desenho de Kaethe Kollwitz, **FUNDAMENTOS**, presta um serviço à PAZ e homenageia uma grande artista que tanto lutou por ela.

QUANDO, IRMÃOS (*)

Rossine Camargo Guarnieri

As pombas brancas não têm mais sossêgo
e não sabem, meu Deus, onde pousar!

Ficam aflitas voando sem destino

sôbre as casas,

sôbre os homens,

sôbre os campos,

sôbre o mar...

Os homens gritam palavrões destabocados
e há tanto desespero,

tanta magua pesando sôbre as casas

sôbre o homens,

sôbre os campos,

sôbre o mar

que as pombas brancas não têm mais sossêgo
e não sabem, meu Deus, onde pousar!

Quando, irmãos, as pombas brancas pousarão
nos nossos ombros

para falar ao coração de todos nós?

Quando, irmãos?

Quando?...

(*) Do livro *Porto Inseguro*, a ser reeditado brevemente, em edição de luxo limitada, com ilustrações de Clovis Graciano. (N. R.).

Crianças mutiladas

DEP. CAMPOS VERGAL

Em 30 de janeiro, último transcorreu o 1.º aniversário, da morte do Mahatma Ghandi, o universal líder espiritualista, o maior propagandista da não-violência, que existiu sobre a terra. À memória dêsse grande filósofo e político, missionário e idealista, presto minha sincera e profunda homenagem, com este ligeiro artigo.

Arrastam ainda sua amargura e sua revolta, por inúmeras nações, centenas de milhares de homens, ontem fortes, esperançosos e promissores, hoje mutilados e infelizes, consequência da guerra; são restos, bagaços humanos, atestados vivos da selvageria humana, documentos viventes duma mentalidade embrutecida, cujos lampejos chegam até à hora presente. A guerra acabou-se, mas ficaram os estropiados. Infelizmente, o drama sangrento dos morticínios coletivos ainda enche de fome e de sangue, de degradação e de miséria povos desgraçados como os chineses, presos às paixões mais desordenadas.

É indispensável os homens sintam e lutem por uma nova civilização, em que a guerra seja abolida, como o maior mal, a treva mais densa, a desgraça maior, que pode desabar sobre a Humanidade.

Ainda ha poucos dias, o pequenino avião "Anjo das Crianças", veio dos céus da Itália para os céus do Brasil e da América. É o mensageiro enviado por 15.000 crianças mutiladas durante a última guerra, solicitando auxílio para aquelas pequeninas flores humanas, esmagadas pela tremenda brutalidade da guerra. Esse avião consubstância o grito de dôr e de revolta contra a insânia, o orgulho estúpido dos homens que desencadearam a borrasca de ferro e fogo. Crianças mutiladas! Quinze mil na Itália, dez mil na França, vinte e cinco mil na Alemanha, cem mil em outras nações, que participaram da terrível catástrofe, planejada e executada por cérebros doentíos, criminosos.

Jornais de há dias criticavam atrozmente uma jovem doméstica, que atirára aos porcos o seu recém-nascido, fruto de seus amores clandestinos. A ignorante empregada foi amplamente taxada de criminosa. Que devemos dizer, então, dos responsáveis pela última guerra, os que jogaram na fome, na ruína, na morte e na destruição física e mental, dezenas de milhares de indefesas crianças? Que dizer da covardia de milhares de outros homens que, podendo e devendo, não protestaram e não evitaram a desmesurada tragédia? E o que me dizem da situação de extrema miséria e dôr em

que ficaram milhares de crianças recolhidas aos campos de concentração, e lá morreram atacadas de desinteria, devoradas pelas sarnas e pelos parasitas!

Pobres crianças de todos os países! Perdão todos os crimes de todos os homens, menos os praticados contra as crianças.

Será necessário que o Cristo volte novamente à Terra para ensinar às criaturas a lição deliberadamente esquecida: deixai que venham a mim as criancinhas...?!

Que êsses países super-civilizados, que participaram da guerra, façam ao menos, uma vez por ano, pelas ruas e praças de suas grandes cidades uma nova modalidade de parada: todas as crianças, mutiladas, incluídas as ceguinhas e as atacadas da psicose da guerra, desfilem... será o desfile silencioso da dôr e da vergonha... que desfilem pelas avenidas, quando a primavera sacudir nos ramos das arvores suas grinaldas de flores perfumadas; a natureza jogará sôbre as crianças deformadas, retorcidas, cegas, suas pétalas, seu sorriso, a lágrima de seu perfume.

O desfile da criança mutilada, ó guerreiros e diplomatas, ó juristas internacionais, será muito mais expressivo, muito mais eloquente do que a parada das suas tropas, dos seus canhões, dos seus aviões de bombardeio!

O desfile das crianças estropiadas obrigará seus corações, ó príncipes, nababos e armamentistas, a encherem-se de dôr e seus rostos purpurearem-se de vergonha e suas consciências a reconhecerem a extrema inutilidade de suas próprias vidas.

O desfile das crianças mutiladas dirá melhor do que quaisquer discursos do horror à guerra e da necessidade da paz para o progresso da humanidade e despertará para a luta contra a guerra todos aqueles que ainda tenham um coração humano pulsando dentro do peito.

Resoluções do Congresso Brasileiro pela Paz

“CONSIDERANDO que se intensificam os preparativos para uma nova guerra o que se torna evidente com a intensa campanha psicológica através de verdadeiras rêdes internacionais de jornais e agencias telegráficas, com a corrida armamentista, traduzida no aumento assombroso dos orçamentos militares, a ocupação de bases estratégicas e, principalmente com o debilitamento da Organização das Nações Unidas;

CONSIDERANDO que o ressurgimento dessa verdadeira “política dos senhores feudais do século XX”, na expressão de Roosevelt, visa impedir a libertação e o desenvolvimento progressivo dos povos economicamente atrasados, como o Brasil;

CONSIDERANDO que ha menos de 4 anos saímos de uma guerra que consumiu 53 milhões de seres humanos, trazendo a destruição, a miséria, a doença, o luto, a orfandade e a viuvez para toda a humanidade;

CONSIDERANDO que os princípios consagrados em Teerã, Ialta e Potsdam constituem a base para o verdadeiro entendimento e cooperação entre todos os povos do mundo;

CONSIDERANDO que a tradição pacifista do povo brasileiro está reafirmada nas suas três Constituições republicanas;

CONSIDERANDO que sómente num clima de paz poderá o Brasil resolver os seus problemas básicos, como a nacionalização do petróleo, o desenvolvimento da siderurgia e o aproveitamento das demais riquezas naturais, como a ampliação da rêde de transportes e comunicações, bem como a elevação do nível cultural e econômico do povo brasileiro;

CONSIDERANDO que a preservação da paz exige uma luta constante e vigorosa de todos os patriotas e democratas, artistas, intelectuais, técnicos, estudantes, mulheres, jovens, trabalhadores das cidades e dos campos, do povo em geral;

CONSIDERANDO que a Paz é o maior anseio do povo brasileiro que nisto se irmana aos povos de todo o mundo;

O 1.º Congresso Brasileiro pela Paz aprova as seguintes resoluções:

1 — Intensificar a campanha de esclarecimentos sobre as ameaças cada vez maiores de uma nova guerra e a consequente luta pela preservação da Paz com a multiplicação de Conselhos de Defesa da Paz e da Cultura em todo o território nacional;

2 — Apoiar o “Congresso Mundial dos Partidários da Paz” em Paris, fazendo-se nele representar por uma delegação;

3 — Convocar para 8 de maio próximo, dia das Mães e da Vitória das Nações Unidas, o prosseguimento dos trabalhos do Congresso Brasileiro pela Paz, suspensos por total falta de segurança e de respeito às liberdades de reunião e associação previstas na Constituição da República;

4 — Protestar veementemente contra a criminosa agressão aos delegados ao Congresso e ao povo, que se reuniam ordeira e legalmente na sede da União Nacional dos Estudantes para instalar solenemente o “Congresso Brasileiro pela Paz”.

Os médicos em face da guerra

Dr. Marques Simões

Srs. Diretores de "Fundamentos"

Aproveitando a oportunidade que essa revista oferece de publicar em seu "Forum" a correspondência dos seus leitores, sempre que contenham observações sobre temas que estejam na ordem do dia, quero, na qualidade de médico e estudioso dos problemas sociais, políticos e econômicos de nosso tempo, trazer a minha contribuição à causa da paz, a causa máxima para a vida de todos os povos nos dias que correm, tecendo algumas considerações sobre a posição dos médicos, como cidadãos e como profissionais em face da guerra.

Depois das forças armadas combatentes, nenhuma outra classe de profissionais tem mais contacto com os horrores da guerra do que os médicos e os seus colaboradores nos serviços de enfermagem nos hospitais de campanha.

E acontece que um simples soldado pode não saber porque parte para a guerra e, geralmente, enche-se de um ódio inconsciente pelo inimigo, levado pela propaganda e pela verdadeira histeria guerreira que se apodera de quasi todos nêstes momentos. Os seus comandantes e superiores, em razão de sua própria mentalidade, em geral também entendem que se os governantes levam seu país à guerra, êles estão invariavelmente certos, e não ha porque deixar de dar o inimigo apontado e entrar na luta com tôda a impetuosidade de que é capaz. Os próprios governantes, embora conheçam as verdadeiras causas das guerras, procuram sempre uma auto-justificação para suas determinações. Mas, com o médico já ocorrem circunstancias tão diversas, que a sua posição em face da guerra somente pode ser de análise e crítica dos acontecimentos.

De fato, o médico não parte com ódio no coração para combater o "inimigo". Ele segue para os campos de batalha para, ao contrario, travar uma luta titânica contra a morte, mesmo quando está em jogo a vida de um inimigo ocasionalmente. O médico contempla a luta como uma loucura coletiva e abomina todo aquele sofrimento que é obrigado a presenciar. Tendo jurado solenemente, ao receber seu diploma,

zelar por toda e qualquer vida humana com um respeito sagrado e uma dedicação ilimitada, na guerra êle vai ver por todos os lados uma furiosa destruição de vidas e uma mutilação física que repugna a sua formação moral e os seus princípios profissionais.

Nesses momentos de observação crítica, o médico repudia a guerra como uma aberração. E, quando êle passa a estudar as suas causas profundas, sente-se na obrigação de lançar o seu grito de protesto contra tanta monstruosidade praticada abusivamente em nome da Pátria, quando na realidade as guerras dos tempos modernos são levadas a efeito pelos trusts e monopólios internacionais na sua disputa desesperada pelos mercados consumidores do mundo. A guerra, como ninguem ignora, não interessa aos povos, como de fato não os pode interessar. E porque, então, elas se verificam e se repetem de tanto em tanto, e cada vez com maior violência? É que a paz, para os trusts e monopólios, representa a crise, porque êles produzem cada vez mais e logo chegam à superprodução, e a superprodução precisa de escoamento rápido através de mercados cada vez mais amplos. Mas, durante a paz, entretanto, todos os povos tendem a aumentar a sua própria produção e dispensar gradativamente a importação de uma série crescente de produtos. Essa contradição leva as nações grandes produtoras e exportadoras, açambarcadoras dos mercados mundiais, a situações economicas catastróficas, para as quais a guerra é a unica solução...

Historiadores, estadistas, sociólogos, economistas e todos, enfim, que estudaram o assunto sob todos os seus aspectos, chegaram a estas mesmas conclusões. E o médico que procura esclarecimentos para suas preocupações em torno dos problemas da guerra e da paz nessas fontes de cultura, somente pode chegar à conclusão de que as guerras são sempre fomentadas pelos trusts e monopólios como consequência da sua politica de conquista de mercados consumidores, e que são êles que arrastam os governantes e os povos de suas nações a hecatombes periódicas. E, nestas condições, o médico, por dever de humanidade, por dever de honra profissional e por dever patriótico, deve se colocar sempre contra a guerra e dar o melhor dos seus esforços na luta pela paz.

Assim prometemos no nosso juramento:

“Nunca me servirei da minha profissão para corromper os costumes ou favorecer o crime”. E a guerra é um crime.

Sei que, quando a guerra se aproxima, muitos capitulam e fazem côro com as provocações guerreiras e a “mentira generalizada”, da qual falava Romain Rolland, o símbolo

imorredouro da paz e da solidariedade entre os povos. Sempre foi difícil lutar pela paz e enfrentar a propaganda organizada e o poderio dos fazedores de guerras, que manejam os próprios governantes e orientam a opinião pública a seu modo, através da sua própria imprensa e demais meios publicitários. Mas, hoje em dia, cada vez mais, essa luta pela paz vai congregando maiores parcelas de cada povo e atingindo todas as camadas sociais. Esse amadurecimento que somente foi possível pelo progresso e pelo desenvolvimento da cultura em geral, essa união dos partidários da paz em todo o mundo, constituem um sério entrave e uma barreira aos fomentadores da guerra e todos os seus apolo-gistas concientes ou inconcientes. Hoje, afinal, a luta pela paz é uma luta em condições de levar de vencida todos aqueles que se lhe antepõem. Chegou a hora dos médicos se encherem de uma sadia satisfação, por saberem que os homens não estão mais dispostos a se estropiarem no meio de sangue e lama das frentes de batalha e nem permitirem que as populações indefesas das cidades do mundo sucumbam sob os seus escombros.

E dia virá que os médicos, unidos, enviarão uma mensagem de esclarecimento, de esperança e de amor a todos os povos do mundo, porque eles sentem, mais talvez do que todos os que participam da guerra, o quanto ela é brutal e contraria aos fôros da civilização e da cultura.

Esperando pela publicação desta carta de interêsse para a classe médica, o povo em geral e o movimento pró-paz, subscrevo-me atenciosamente.

(as.) DR. MARQUES SIMÕES

FUNDAMENTOS está de pleno acôrdo com o missivista em cujo pronunciamento pela paz vê refletida a opinião de toda a classe médica. O. Dr. Marques Simões, distinto clínico desta Capital, é benemerito de várias instituições, entre as quais a Liga Paulista contra a Tuberculose; foi discípulo e colaborador de Clemente Ferreira; é um estudioso dos nossos problemas de medicina social sôbre os quais tem publicado inumeros trabalhos, e, exerce, atualmente, a vice-presidência do Diretório Metropolitano do Partido Social Democrático, bem como a presidência do Diretório da Liberdade.

Problemas da musica contemporânea

Recebemos do compositor Claudio Santoro uma carta, da qual destacamos o seguinte trecho:

“Tendo chegado de Paris e desejando agradecer a publicação de meu artigo “Problemas da musica contemporânea”, venho solicitar uma pequena informação: Lendo o artigo verifiquei ter êle sido cortado, desejando saber o motivo, pois considero importante para o seguimento do mesmo esta parte omitida. Para isto envio uma copia dos referidos capitulos não incluídos afim de que seja dado uma retificação. A parte faltante entra na página 237 após o periodo que termina com as palavras “... a tradição popular”.”

De fato FUNDAMENTOS que teve a satisfação de publicar em seu número 3, Vol. II, o artigo acima referido reconhece ter havido uma omissão de que aliás não lhe cabe a culpa. Não houve corte da redação. O que sucedeu foi o seguinte: os originais que chegaram à redação tinham uma página a menos, precisamente a página a que se refere o compositor Claudio Santoro.

Como o seu artigo era de grande atualidade e como a página faltante não quebrava a unidade do trabalho, nem a sequencia do mesmo, e como não houvesse tempo material para reclama-la, por se encontrar o articulista na Europa, naquela ocasião, a redação de FUNDAMENTOS não quiz retardar a publicação do artigo em apreço. Para beneficio de nossos leitores publicamos a seguir a página em questão que nos foi enviada pelo compositor Claudio Santoro, com a carta acima referida.

A redação aproveita este ensejo para agradecer ao compositor Claudio Santoro a retificação de seu artigo e o enriquecimento que esse adendo dá à sua excelente colaboração.

Shaporin lembrou que a resolução tomada, depois de ter sido livremente discutida por compositores e musicólogos da URSS, não constitue uma imposição para o mundo, pois é uma questão interna da União Soviética. Quando perguntaram-lhe se a musica ocidental era conhecida na URSS, respondeu que nos conservatórios ela é muito mais tocada do que a russa. Esteve de acôrdo que uma musica não compreendida na primeira execução, pode vir a sê-lo depois de repetida varias vezes. Quanto a questão do “Realismo Socialista” acha a delegação soviética, que ela pode ser fa-

ilitada no seu desenvolvimento pela nova “Sociedade Internacional dos Compositores Progressistas”, com as devidas trocas de experiências e documentações que a mesma poderá proporcionar.

Para terminar e ficar bem claro, lembro mais uma vez, o que desejam os soviéticos é voltar a tradição da música russa, que esteve ligada à música popular; assim como nós no Brasil devemos seguir o exemplo dos nossos compositores tais como Vila-Lobos ou Camargo Guarnieri. Para alguns, o que parecerá voltar atrás, será de fato ir para a frente, pois nada se constrói sem tradição. E arte desligada do real, portanto de seu conteúdo humano, das tradições de seu povo, não é arte, é mero divertimento pessoal sem lugar na ordem das coisas na comunidade social. Outras conferências reforçaram as idéias que geraram o “Apelo” final, destacando-se: Dra. Sofia Lissa (Polonia), Mendelson (Rumania), Dr. Danon (Belgrado), Dr. Sykra (Praga). Todas essas conferências com base filosófica marxista e portanto de acordo em dois pontos fundamentais: 1.º) O problema da música contemporânea está no seu conteúdo; 2.º) Que a arte de “rotulo avançada”, arte abstrata, “arte pela arte” é decadente. Procurarei esclarecer: se a sociedade socialista constitui um progresso sobre a capitalista, se a classe proletária é a classe revolucionária, é necessário que a arte reflita os anseios da nova classe para que seja uma arte progressista. A arte feita nos países capitalistas, reflete a classe dominante, portanto é decadente. Não basta pensarmos que fazendo uma arte desconcertante para o público burguês estamos indo contra os anseios desta classe. É um esforço anárquico e desligado do real, porque fechados num laboratório artístico, desligados do povo e de suas lutas; esta arte refletirá, não uma verdadeira arte revolucionária, servindo a classe proletária, mas um esforço isolado na decomposição da classe dominante e somente isto.

O PLANO SALTE

Muito se tem falado ultimamente no PLANO SALTE, cujo projeto se acha em andamento no Congresso Nacional. Mas apesar disso ha ainda, em geral, desconhecimento quasi completo daquilo em que consiste tal "plano". E o grande público, naturalmente iludido com a denominação de plano, e com as sugestivas palavras cujas iniciais entram na composição do nome SALTE (Saúde — Alimentação — Transportes — Energia) tem uma idéia vaga de que tal projeto visa uma remodelação profunda, ou pelo menos apreciável de grandes setores da vida econômica e das condições sanitárias do país.

Nada mais ilusório. O Plano Salte, apesar da designação pomposa e da propaganda que dêle se faz, não é nada disso. Não é a rigor nem mesmo um plano, na acepção usual de programação de atividades articuladas num conjunto orgânico e sistematizado. Por maior que seja a boa vontade com relação a seus autores, não se encontrará no projeto Salte nada que se assemelhe a isso. Basta-nos a simples leitura dêle para verificá-lo (DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL de 12 de fevereiro de 1949, pag. 937). O projeto compõe-se de um reduzido texto legal, constituído de 19 artigos apenas, e que tratam quasi exclusivamente de medidas financeiras: dotações orçamentárias e operações de crédito necessárias para se fazer faces às despêsas previstas com a execução do projeto. A substância do "plano" encontra-se em quatro anexos que acompanham aquele texto legal, e que se referem respectivamente aos setores Saúde, Alimentação, Transportes e Energia.

Mas o que encontramos nesses anexos não é mais que uma enumeração de verbas a serem aplicadas em diferentes serviços, na sua quasi totalidade já existentes e em funcionamento, sob uma forma ou outra, na administração federal. Assim no capitulo SAUDE, o que aparece é uma lista de despêsas, totalizando 2.600.056.410 cruzeiros, a serem distribuidas no combate a diferentes endemias (malária, febre amarela, lepra, etc.). em subvenções aos municípios para instalação de rêdes de agua e esgôto; na ampliação da rêde nacional de restaurantes populares (SAPS), e assim por diante. E nada se esclarece relativamente ao modo pelo qual serão efetuadas tais despêsas: tudo se encontra no projeto em termos sintéticos, vagos e gerais.

Para se ter uma idéia dêsse estilo do projeto, reproduzimos a seguir alguns itens daquela enumeração de verbas, colhidas ao acaso:

Malária: para obras de hidrografia sanitária	40.161.400
Tuberculose: para construção e instalação de 100 dispensários	40.000.000
Verminose: para criação de unidades de combate, execução de obras de saneamento, aquisição de medicamentos, realização de inquéritos e recenseamento e educação sanitária	110.000.000
Lepra: construção de 5.000 leitos	75.300.000
Febre amarela: Para serviços "anti-aegypty", vigilância sistemática das áreas já trabalhadas e limpas, consolidação dos índices estalgômicos de sero, firme incentivo do serviço de vacinação antiamarilica e de visceratomia, pesquisas de campo e de laboratório.	100.000.000

Êsse o tom geral e o estilo do pseudo Plano Salte. Onde está nisso tudo qualquer coisa que se possa chamar "planificação"? Não faltam mesmo for-

mulações jactanciosas e rídiculas num texto legal, como esta relativa ao combate ao tracoma:

Para controle completo da moléstia, possibilitando a sua erradicação do país 26.500.000

Muito bem: mas como realizar tão belo objetivo? Sôbre isso, nem uma palavra. Ora um plano não é constituído só de objetivos, por mais admiráveis que sejam, mas sobretudo (e é nisso que consiste a planificação), de meios e modos de efetivar praticamente tais objetivos. Doutra forma não passará de pura e simples declaração de intenções.

No segundo anexo, relativo à alimentação, a coisa não é melhor. Recomeça aí a monôtona enumeração de verbas atribuídas vagamente a serviços ainda mais vagos.

Plantas texteis: Melhoramento, produção de sementes selecionadas e fomento da juta 10.000.000

Arroz: Melhoramento, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação 60.000.000

Batata: Melhoramento, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação 50.000.000

A ausência de qualquer elemento planificador é neste capítulo tão patente, que os autores do projeto não encontraram melhor critério para ordenação da matéria de que tratam, que — pasmem os leitores —, a ordem... alfabética das letras iniciais dos produtos considerados: Arroz, Batata, Cacau, Café, Chá, Feijão, Fumo, Forragem, Mandióca, Milho, Mate, Trigo...

Uma exceção apenas nessa ordenação econômico-alfabética: **Plantas texteis**, que vêm em 1.º lugar, mas que não se sabe bem porque cargas d'água são consideradas alimentos. Possivelmente porque delas se servem a lagarta rosada e outras pragas...

Será inútil analisar os demais anexos, pautados mais ou menos pelas mesmas normas. Os exemplos citados são suficientes para verificarmos que nada existe no projeto Salte que se assemelhe a uma planificação. O que encontramos nele não passa de simples atribuição de verbas a certo número de serviços ou obras. Mas êsses serviços e obras não se articulam entre si, não formam um conjunto orgânico; e não merecem mais que uma classificação puramente formal que não apresenta outra coisa que uma espécie de dicionário de algumas necessidades brasileiras no terreno da economia e da saúde pública. Não discutimos o interesse, a urgência, o alcance daqueles serviços, mas unicamente o fato de que êles não se enquadram no que legitimamente se poderia denominar um plano. O projeto não prevê nem ao menos, concreta e especificamente, em que consistirão tais serviços. Planificar a produção de alimentos, por exemplo, não é dizer simplesmente que se vai gastar tanto ou quanto no fomento da cultura do trigo ou em trabalhos de irrigação: é especificar como se realizará tal fomento, como se mobilizarão e encaminharão para êsse fim os recursos materiais, técnicos e de mão de obra disponíveis, que organismos administrativos e dirigentes se incumbirão da tarefa, como serão constituídos e onde se localizarão, como se distribuirá sua atividade, etc. É isso que constitui planificação, e nada disso encontramos no projeto. Únicamente no caso das estradas de ferro e de rodagem o projeto Salte apresenta qualquer coisa que se aproxima de um plano; mas aí os planos não são dêles: são os de Viação Nacional e Rodoviário Nacional, que já existem de longa data. O projeto refere-os expressamente, e se limita a determinar sua execução. Providência inútil, porque essa execução se encontra ha muito em andamento.

Assim, mesmo nesse capítulo dos transportes, o projeto Salte nada mais faz que atribuir verbas a certos serviços públicos. Ora isso não é na realidade senão matéria das leis orçamentarias de fixação de despêsas. E disso êle não passa: uma duplicação do orçamento da União. Já o observou aliás com muita justeza o deputado João Cleophas em seu voto na Comissão de Finanças da Camara dos Deputados:

“Grande parte das iniciativas previstas no projeto ou plano equivalem tão somente a um mero refôrço das dotações constantes do orçamento comum. Nada justificava, nem constitucionalmente é facultado que se venha a criar mais um orçamento paralelo”.

Nessas condições o Plano Salte, além de inútil (uma vez que o assunto sôbre que dispõe cabe perfeitamente no orçamento), é inconstitucional. Mas ha ainda mais. Seus inconvenientes são graves. Em primeiro lugar, fica pendente no projeto, sem solução clara, a questão da execução do Plano, isso é, a forma de efetivação das despêsas previstas. O art. 17 diz: “O Presidente da República fica autorizado a tomar tôdas as providências e expedir os atos necessários à execução do Plano Salte”. É assim facultado ao Poder Executivo entregar as verbas do Plano aos organismos ordinários da administração federal (e nesse caso se desvaneceria tôda sua novidade, pois outra coisa não seria que uma criação de novas verbas orçamentarias ou acréscimo das existentes); ou então criar por decreto órgãos e funções novas que se incumbiriam da execução das tarefas programadas (ou antes, a serem programadas dentro dos limites das verbas respectivas). Ora isso, além de flagrantemente inconstitucional, pois significaria uma escandalosa delegação de poderes do Legislativo ao Executivo, é ainda grandemente inconveniente, e capaz de anarquizar por completo a administração federal. De fato, a se concretizar essa alternativa, teríamos como consequência uma duplicação do aparelhamento administrativo da União: de um lado a administração ordinária, subordinada à legislação comum e realizando suas despêsas de acôrdo com o orçamento; de outro, uma extraordinária, regulada por decretos do Poder Executivo, e financiada pelas verbas do Plano Salte! É inimaginável a balbúrdia que daí resultaria.

Há contudo ainda mais, e para êste ponto o voto já citado do deputado João Cleophas também chama a atenção na seguinte passagem:

“(O projeto)” encerra a mais vasta soma de delegação de poderes concedidos em qualquer tempo pelo Congresso ao Executivo, o que importa em retirar do Poder Legislativo as suas funções primordiais e constitucionais de órgão de contrôle e de fiscalização”.

É nisso que em última análise redundará a execução do Plano Salte: a concentração, nas mãos do Presidente da República, de uma soma de atribuições e poderes que farão dêle o árbitro único da vida política nacional; e o que mais interessante ainda para êle nestas vésperas de eleições gerais e sucessão presidencial, ditador financeiro, pois ficará à sua disposição, para dela se utilizar como melhor entender e praticamente sem contrôle algum, a soma respeitável de mais de 8 bilhões!

É com os olhos postos nessa grossa máquina, que o govêrno e seus amigos mais próximos apanharam no ar a idéia de planejamento, antes simples platonismo aventado pela U. D. N. para coonestar sua adesão incondicional ao situacionismo, através do famoso acôrdo inter-partidário.

Poderíamos estender ainda muito esta crítica ao projeto do Plano Salte. Mesmo como simples e modesta distribuição de verbas que é, suas deficiências são patentes. Não faltam nele redundâncias e incoerências. Assim por exemplo, nas verbas destinadas ao fomento da cultura do arroz estão incluídas as

despesas com “trabalhos de irrigação nas zonas arrozeiras do país”. Com outra denominação, despesas idênticas, são previstas em outro item dedicado especialmente ao Vale do Paraíba (que é uma daquelas zonas arrozeiras referidas no item acima citado); e mais adiante, sob o título de **Conservação do Solo**, reaparecem novamente verbas destinadas a obras de engenharia hidráulica no mesmo Rio Paraíba. Coisas dêsse jaez abundam no Plano Salte. Doutr lado, nada encontramos nele relativamente a setores fundamentais da nossa economia, com a mineração, empreendimentos de grande vulto e importância, como a Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Nacional de Alcalis (Cabo Frio); como a metalurgia e a indústria pesada em geral. Nem a extração da borracha e de cera de carnaúba, que constitue a atividade econômica fundamental de largas regiões brasileiras, é cogitada no Plano. Os autores do projeto mostram-se aliás, em geral, de uma superficialidade deplorável e que beira muitas vezes uma ignorância completa das características essenciais da economia brasileira. Assim por exemplo, classificar o café e o cacau entre os alimentos é desconhecer que êsses produtos, embora alimentícios, não constituem para nós, do ponto de vista econômico, gêneros de consumo, mas sim produtos de exportação, o que vem a ser coisa muito diferente.

Não ha contudo interêsse maior em descer a tais pormenores. Seria perder tempo inútilmente com um projeto que sob todos aspéctos, seja qual fôr aquele por que o abordamos, apresenta-se como um amontoado de disparates. É possível que o Congresso o aprove. Vimos que ha razões políticas para isso; poderíamos acrescentar seu significado propagandístico e demagógico, se considerarmos o título sugestivo e atraente que indevidamente o encabeça. Mas na situação em que nos encontramos, não haverá maior mal naquela aprovação. Será mais uma destas “joias” legislativas do atual Parlamento brasileiro, a enfileirar-se dignamente ao lado da cassação dos mandatos, da fiança dada aos empréstimos da Light, do Estatuto do Petróleo, das leis de Imprensa e de Segurança. Tôdas essas obras primas de nossos atuais legisladores explicam-se pela necessidade de justificar, com tão árduos trabalhos, o aumentos dos subsídios que os nobres “representantes do povo” se outorgaram com tanta semcerimônia...

C. P. J.



ELEIÇÕES NA A. B. D. E., secção de São Paulo

Para desfazer as cínicas explorações feitas em alguns círculos intelectuais desta capital sôbre as intenções do MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO, cuja chapa para as eleições da A. B. D. E. foi encabeçada pelo escritor Caio Prado Junior, FUNDAMENTOS publica a seguir a integra do discurso pronunciado pelo escritor Mario da Silva Brito, na cerimonia de posse da diretoria eleita.

É com enorme prazer que, em nome do Movimento Renovador, venho apresentar à nova diretoria da ABDE, o aplauso, os parabens e o apêlo dos que conduziram a oposição e que, derrotados num pleito liso, escoreito e honesto, como se soe dizer agora, fôram, sob certo aspécto, os vitoriosos. É que, pela primeira vez na história desta entidade, houve nela realmente uma disputa eleitoral de grandes proporções e um pronunciamento amplo de seus consocios, coisa que, não se poderá negar, se deveu à nossa atitude.

Dadas as confusões e — por que não dizê-lo? — as explorações que cercaram o Movimento Renovador, oportuno se faz um ligeiro histórico da formação dêsse grupo e de seus propósitos. Lançado o nome ilustre de Caio Prado Junior à disputa presidencial por escritores que exercem atividades jor-

nalísticas e intelectuais nas Folhas da Manhã e da Noite, cuidou-se de dar à campanha uma linha programática, afim de que não se tivesse apenas mais uma competição eleitoral baseada em nomes. Constituída a chapa Renovação, constituiu-se também o Movimento. Viemos para a luta, ao contrário do que certas forças interessadas e reacionárias propagaram, sem injunções políticas, sem quaisquer injunções políticas, tanto que o grupo era composto, sob esse ponto de vista, de representantes, simpatizantes e militantes das diversas agremiações partidárias existentes. Se não tínhamos a nos nortear uma ideologia, tínhamos porém um ideal: o de levar a bom termo uma série de iniciativas que nos parecem corresponder às aspirações da classe.

Durante a campanha política para a sucessão da diretoria da ABDE, houve quem aludisse à possibilidade de os escritores de São Paulo se cindirem — o que poderia acarretar o perecimento da nossa única forma associativa. Eis um perigo que nunca vimos. Eis uma atitude que o Movimento Renovador de maneira alguma tomaria. Perdemos as eleições, mas não perdemos a condição de sócios, e, portanto, compete-nos não só o direito de acompanhar de perto a vida da ABDE, mas, muito mais do que isso, o dever e a obrigação de lhe dar a nossa cooperação, de contribuir para o seu progresso, para a plena realização de seus objetivos.

É com esse espírito, sr. presidente e srs. diretores, que o Movimento Renovação aqui está presente. Não viemos fazer uma simples visita de cordialidade e cortezia e nem tão pouco participar de uma festa mais ou menos social. Viemos nos colocar ao dispor da diretoria eleita para auxiliá-la na efetivação de suas tarefas.

Assim, cremos ser interessante oferecer aos novos responsáveis pela ABDE. algumas sugestões — sugestões que eram parte do nosso programa e para cuja execução iríamos solicitar a colaboração de todos os associados, mormente daqueles que já fôram, em algum momento, os seus dirigentes.

Muitas providências urgem ser tomadas. Desde logo, julgamos, faz-se preciso dar melhores acomodações e instalações à nossa séde, e, em seguida, arregimentar maior numero de sócios, trazendo para o nosso convívio muitos escritores até agora ausentes, e, por outro lado, recuperar os que, por êste ou aquele motivo, da ABDE, se afastaram. Sabemos que a ABDE. não é nenhum cenáculo literário. Cabem dentro dela todos os que são escritores, grandes e pequenos, maiores e menores expressões de nossa inteligência e sensibilidade. Mas isso não exclui se tenham conosco altas personalidades da literatura paulista. A presença dêles em nosso quadro social sòmente nos poderá trazer prestígio.

Se se detiver a diretoria sôbre o que ha a fazer, verificará ela que praticamente tudo está por fazer. Lembremos, porém, alguma coisa do muito que se poderá realizar.

Temos correndo pelas câmaras legislativas duas perigosas leis que devem merecer o nosso combate, e combate duro e forte. Porque da aprovação desses estatutos ditos legais poderá resultar a paralização de nossas atividades e a completa imobilidade de todos os que escrevem e fazem de sua profissão não um divertimento mas um trabalho de sentido social, de importância coletiva. Estamos nos referindo às leis de imprensa e de segurança nacional. Não basta que se faça um protesto platônico. É preciso que se proponha uma longa campanha, sistematizada e incessante, contínua e popular, contra qualquer recuo do país em direção ao neofascismo. E nisto estaremos secundando outras instituições e é de estranhar que até agora tenhamos permanecido silenciosos. Tomemos conhecimento também do crucial problema da paz, sôbre o qual muitos intelectuais vêm se pronunciando.

Iniciativa que haverá de merecer desta diretoria todo o seu interêsse temos certeza, é a que se refere à maior aproximação dela com os seus associa-

dos e dêstes entre si. Para que haja tal contacto, contacto fecundo e capaz de dar maior unidade aos nossos atos e atitudes, necessário se torna a formação de comissões permanentes encarregadas de vários trabalhos. Entre o muito que se poderá concretizar em prol da união dos sócios e em seu favor, lancemos, exemplificativamente, as seguintes lembranças: o reestabelecimento dos almoços mensais da ABDE; a promoção de conferências de seus associados e para seus associados; a remessa, mensalmente, de boletins contendo a súmula das atividades associativas e a discriminação de sua situação econômico-financeira; a obtenção do reconhecimento de nossa associação como órgão de utilidade pública; o seu reconhecimento como órgão consultivo do poder constituído em assuntos culturais; a escôlha de uma data para comemorar o “Dia do Escritor” e a organização de festejos solenes da efeméride; a programação, dentro do Departamento de Educação Popular, que atualmente vem contemplando apenas o interior, de uma série de conferências nas entidades culturais sitas nos bairros e, notadamente, nos centros operários; a extensão aos nossos associados de idênticas vantagens de que gozam os jornalistas profissionais.

Mas dois empreendimentos deseja o Movimento Renovador sugerir muito especialmente: um, a convocação da classe para a reforma dos nossos estatutos e regimento, os documentos fundamentais da ABDE; outro: a nomeação de uma Comissão encarregada de estudar a possibilidade da ABDE criar um serviço de “copyright” para jornais e revistas, serviço que atenda tanto o escritor da capital como também o do interior, onde tantos valores se encontram na verdade isolados, à espera de uma oportunidade para aparecer. Esta é uma iniciativa importante. Sabem-no todos os srs. associados, mormente os que têm participado dos congressos regionais, onde sempre o tema é proposto. Temos a obrigação de estudar o problema e o dever de esgotar todos os nossos esforços no sentido de tornar a idéia viável. Se organizações particulares podem tirar proveitos econômicos dêstes serviços de “copyright”, por que a nossa instituição não haverá de tentar o seu estabelecimento, o seu funcionamento? Muito possivelmente, a criação de um escritório de imprensa dessa natureza venha até a ser uma fonte de renda da ABDE.

Sr. Presidente,
srs. diretores,
amigos e companheiros:

Era isto o que desejávamos dizer. Para a concretização dêstes empreendimentos e de outros que sejam elaborados pela atual diretoria, o Movimento Renovador dará todo o seu apôio, moral e pessoal, dispostos os seus integrantes a cooperarem para que a ABDE não se limite a ter uma vida burocrática mas uma existência útil, repleta de realizações, oferecendo aos seus associados um “curriculum vitae” que a enobreça e a eleve.

Reafirmando os seus votos de gestão profícua e realizadora à atual diretoria, abrindo-lhe um largo e vasto crédito, dando-lhe a sua confiança e solidariedade, o Movimento Renovador vem demonstrar, públicamente, que verdadeiras eram as suas afirmações: nenhuma ambição pessoal nos moveu e nos move, nenhum compromisso político nos dirige — a única coisa que desejamos é que a ABDE tenha plena vitalidade e corresponda aos seus objetivos.



Museu de Arte Moderna de São Paulo

A inauguração do Museu de Arte Moderna de S. Paulo no dia 8 de março último assinala, sem dúvida, uma data de importância no desenvolvimento cul-

tural de São Paulo, e mesmo do país. Essa realização elogiável coloca nossa capital na posição pouco comum, mesmo entre as grandes cidades, de possuir uma organização autônoma inteiramente dedicada às manifestações modernas nos diversos campos da arte. De fato, o M. A. M. por força de seus estatutos destina-se a:

- a) adquirir, conservar, exhibir e transmitir à posteridade obras de arte moderna.
- b) incentivar o gosto artístico no campo da plástica, da música, da literatura e da arte em geral.

Embora o enunciado de suas finalidades seja bastante amplo é justo destacar-se que a principal função do Museu é a de apresentar a arte moderna ao público.

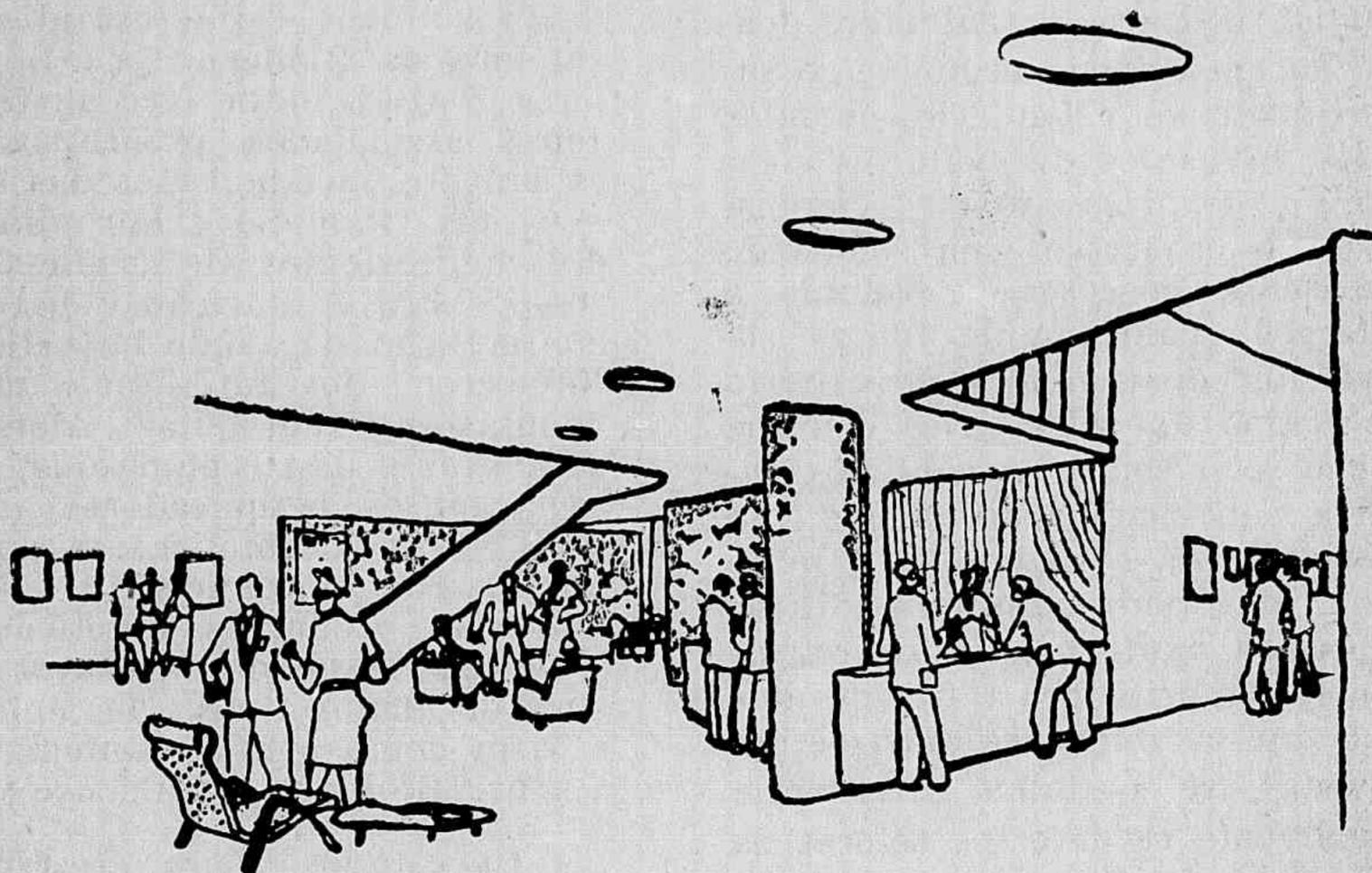
Até o momento, o que se poderia chamar de movimento modernista entre nós tem se processado à revelia do grande público, ou mais precisamente, do povo. Tem sido mais a atividade de um grupo de artistas de vanguarda, acolitados por alguns críticos e por um público reduzido de iniciados. Sem irradiação para camadas mais amplas, sem a compreensão, em geral, dos meios oficiais ainda hoje controlados em sua maioria por uma burocracia de tendência acadêmica, os nossos artistas modernos foram encapsulados em um organismo a parte, quase anômalo, e com inclinações para atitudes estéticas de auto-suficiência, perigosas para seu desenvolvimento. Não têm sido raras as afirmações de artistas de valor, de que trabalham para si próprios, para serem “compreendidos”, se o fôrem, mais tarde. Essa posição estética (na realidade política) à qual se acomodaram muitos de nossos artistas, por força em grande parte da má influência de uma crítica mistificadora que via nessa criação do mito do hermetismo, da ininteligibilidade, a própria razão de ser de sua sobrevivência impostora, acentuou, profundamente, em particular nas artes plásticas, a dissociação entre o artista e o grande público. Tal dissociação, agravada ainda por outros fatores, contribuiu para indispor a arte moderna com o público, propiciando o aparecimento de preconceitos de parte a parte; de um lado o artista a julgar o público incapaz de compreendê-lo, e de outra, o público a julgar o artista incapaz de fazer qualquer coisa compreensível.

Esta é, certamente, uma apreciação esquemática e superficial da dinâmica do fenômeno. Na verdade, as causas íntimas desta incompreensão recíproca têm raízes profundas na estrutura econômico-social do país. De um lado estão as grandes massas populares incultas e analfabetas, subnutridas, sujeitas a condições rudimentares de subsistência; de outro lado está uma minoria exploradora de proprietários feudais e industriais (aos quais se ligam como apêndices as pequenas burguesias urbanas,) ignorante em sua maior parte, incapaz de resolver seus próprios problemas, incapaz de liderar o progresso do país, indiferente ao seu retrocesso, dando e recebendo ordens de governos não representativos, e submisso a interesses antinacionais. Entre estas duas forças em oposição crescente, esmagados em sua sensibilidade, sem a perspectiva de sua função social, ficam os nossos artistas modernos. Sem o apôio do povo (de onde provêm em sua maioria), obrigados a oferecer sua arte como mercadoria ao critério seletivo de compradores (aí compreendido o govêrno) nem sempre destituídos de uma incompreensão ainda mais profunda do que a do público, contando apenas com o apôio, nem sempre desinteressado de críticas, também incompreensivos, o nosso artista é levado com frequência a aceitar o falso dilema de que, ou terá de prostituir sua arte, ou terá de arrastar só as dificuldades materiais de uma vida artística. E para dar uma formulação a seu ideal (formulação que muitas vêzes faz intimamente, como problema de consciência artística) deixa-se arrastar para o negativismo de uma posição isolacionista e auto-suficiente. Daí à frustração é um passo. E a frustração é meio caminho para a esterilização. Quantos de nossos melhores artistas, co-

lhidos nas redes dêste processo impiedoso de frustração, não estão se esterilizando, não estão caindo progressivamente nas elocubrações subjetivistas, abandonando suas experiências e os dados recolhidos em seu aprendizado, para tentar novas formas de expressão, exdrúxulas, ôcas, inteiramente alheias às sugestões de nosso meio e da tradição que já temos? No entanto, nada disso é necessário. O dilema da prostituição ou miséria é falso, e por conseguinte, é falso viver dentro dêle. Muitos artistas modernos conseguem viver dignamente de sua arte. Os arquitetos modernos chegaram mesmo a conseguir certa independência (maior, é verdade, no período inflacionário). Os músicos, apesar das dificuldades, conseguem contratos para concertos para audições de radios, que lhes permitem viver. Os artistas plásticos são os que encontram maiores dificuldades, e para êles o dilema é, com frequência, realmente ameaçadora. E é forçoso reconhecer que as coisas tendem a piorar. Mas, precisamente aqui, é que o artista moderno não deve perder a perspectiva social. A depressão econômica é um fenômeno geral e progressivo. Nosso país caminha inexoravelmente para uma terrível crise econômico-social. Nossos trabalhadores, tanto os do campo como os da cidade, — a maior parte de nossa população, — sofre fome, não tem meios, os mais comesinhos, de prover às suas necessidades mais imediatas. Como exigir desse povo a compreensão das pesquisas estéticas de vanguarda? Como aceitar, sem maior exame, a teoria do isolamento do artista, a teoria da desnecessidade ou mesmo da nocividade da "participação"? Como desconsiderar a fôrça imensa desse povo no terreno cultural, com o seu manancial inesgotável de riquezas folclóricas, à espera de elaboração artistica? Como desprezar a vontade de aprender do povo? Como desconsiderar os seus acanhados, espontaneos, rudimentares artistas e, as suas ingênuas e belas descobertas? Como, diante de tanta coisa positiva a realizar, não abandonar os subjetivismos pessimistas e voltar para a realidade da vida de nosso povo, pesquisar suas aspirações, e transpô-las para as obras de arte? O povo não abandona os seus artistas, nem esquece os que o procuram mistificar. Ao nosso artista moderno cabe, historicamente, a tarefa indeclinável de lutar ao lado de seu povo com sua arte, educá-lo e esclarecê-lo sobre o valor da arte; descobrir e aceitar a sua responsabilidade social.

Mas para que a arte moderna, a arte do nosso tempo, a arte que exprime a realidade dos conflitos sociais de nossa época, possa ser apreciada pelo povo é necessário que o povo possa conhecê-la, possa entrar em contácto com os artistas e suas obras, discutindo com êles, ouvindo suas explicações e oferecendo-lhes suas sugestões. Na realização prática dêsse intercâmbio ativo é que o M. A. M. terá sua função mais importante. Um museu de arte moderna no dizer de Jean Cassou, diretor do Museu de Arte Moderna de Paris, "não é somente um conservatório científico, êle é também um laboratório de experiência." (Styles en France, N° 5, vol. 2) Sua função não é tanto a de um museu de arte clássica, de repositório e catalogação de peças de arte senão a de um centro de intercâmbio entre o público e os artistas, uma organização dinâmica de ensino da arte ao público e, aos artistas. O M. A. M. de S. Paulo prestará assinalados serviços à cultura moderna do país, se souber, aproveitando o apôio que lhe vem de todos os lados, colocar a ênfase de suas atividades em dois de seus aspéctos que julgamos fundamentais: a) o do apôio moral e material aos nossos artistas modernos e b) o do desenvolvimento de um programa didático à altura de suas responsabilidades. Neste quadro geral é que, a nosso ver, vai movimentar-se o M. A. M. Sua organização dá margem a um funcionamento ativo, variado e harmônico, com pleno rendimento dos valores que o museu mobilizou. Em suas comissões artísticas têm assento técnicos, críticos e artistas de valor. A variedade dos nomes que compõem as comissões orientadoras dos diversos setores é uma garantia de imparcialidade, sem o perigo de dispersão, já que existe uma diretoria artistica coordenadora das programações. A administração do patrimônio do museu e a responsabilidade de sua direção cabem a uma diretoria executiva capaz e dedicada.

O M. A.M. está instalado à Rua 7 de Abril, 230, nesta capital, em local adaptado pelo arquiteto Vilanova Artigas, cujo brilhante projeto conseguiu dar uma área relativamente pequena, todos os requisitos funcionaes e estéticas exigidos pelas finalidades de um museu de arte moderna.



Entrada do MUSEU DE ARTE MODERNA de S. Paulo, vendo-se ao centro o balcão de recepção, à direita o corredor de acesso ao salão principal; à esquerda a sala de estar, vendo-se ao fundo a escada que conduz aos serviços de secretaria e bibliotéca, o bar e mais para a esquerda a pequena sala de exposições. (Desenho original do arquiteto J. Vilanova Artigas, que projetou a séde do M. A. M.).

Para sua inauguração o M. A. M. promoveu vários festivais artísticos, e abriu a exposição "Do figurativismo ao abstracionismo", mostra exclusiva de abstracionistas, contrariamente ao que sugere o título. Em números anteriores (Fundamentos nº 3) já Di Cavalcanti se manifestou sôbre essa escola da pintura, e, na presente edição, o escritor Plínio Ribeiro Cardoso faz aprofundada crítica ao abstracionismo, do ponto de vista da alienação. Com respeito aos programas de música, publicamos, em outro local notas especializadas. Foram apresentados, inaugurando o departamento de cinema, alguns filmes de vanguarda, entre os quais Joana d'Arc, de Dreyer; o Balet Mecânico, de Leger; e o Entreato de René Clair. Todos os programas têm obtido grande sucesso.

Esperamos ver o Museu entrar logo em sua fase prática, proporcionando cursos, conferências, debates, mesas redondas e outras iniciativas de difusão cultural, como por exemplo, a exibição de filmes de divulgação científica, exposições de arte aplicada ao mobiliário, ás tecnicas em geral, á industria, iniciativas todas que se enquadram perfeitamente nas suas finalidades. O M. A. M. por suas iniciativas, deverá tender para a posição de centro da arte moderna em S. Paulo. Seria lamentável que uma tal iniciativa se deixasse empolgar pelo exclusivismo avanguardista de algumas experiências formalistas, como o abstracionismo na pintura, certas escolas atonalistas na música, e, as indagações preciosas de cinema "puro".

J. E. F.

Crônica científica

Pequeno retrospecto de 48.

Não deixa de ser um pouco artificial procurar-se enfeixar, dentro de um critério cronológico subordinado ao calendário, os fatos mais marcantes da evolução científica. O progresso da ciência, como o progresso da sociedade em geral, processa-se segundo a interação contínua de forças sociais que operam fóra do critério de tempo do calendário, embora, o ano solar seja uma medida científica útil para a cronologia do homem e da sociedade. E neste sentido se pode admitir e utilizar a prática muito usada dos retrospectos de princípio e fim de ano, com que na imprensa diária e nas revistas, se costuma inventariar anualmente os diversos setores da atividade social. No caso particular do progresso científico, não é de todo desajustado singularizar o ano de 1948 para um ligeiro retrospecto crítico, porque no transcorrer desse ano, se precisaram vários problemas fundamentais da ciência e ocorreram, mesmo do ponto de vista brasileiro, alguns fatos de importância. Assim, seria oportuno assinalar de início, nesta crônica, como já o fizeram jornais e revistas especializados na divulgação científica, algumas descobertas das ciências em 1948. Entre elas destaca-se a da produção artificial do meson, em cuja obtensão se destacou o jovem físico brasileiro Cesar Lattes. Trabalhando na Universidade da Califórnia, em colaboração com Gardner, Lattes obteve mesons experimentalmente, registrando-os fotograficamente, segundo a técnica das emulsões de Powell e Occhialini (*). A utiliza-

ção dos isótopos radioativos conduziu a novos e interessantes resultados na Biologia e na Bioquímica. Ainda neste terreno foram feitos assinalados progressos no estudo dos metabolismos das enzimas, das vitaminas e hormônios e dos amino-acidos, de grande interesse para a nutrição e para a conservação da saúde na velhice. No terreno dos antibióticos novas conquistas foram feitas. Além da penicilina e da streptomina, conseguiram os pesquisadores isolar dois outros antibióticos, a aureomicina e a cloromicetina. Esta pode ser produzida sinteticamente, e tem resultado favorável na cura de alguns tipos de moléstia a virus como o tifo exantemático, a febre tifóide e a psitacose.

Os estudos sobre crescimento celular tiveram grande impulso, e são fundamentais para as pesquisas sobre o cancer. Nas aplicações técnicas à indústria e à aviação foram feitos grandes progressos. Na agronomia, na produção química de fertilizantes houve consideráveis avanços. Enfim, no ano de 48 muito se realizou em todos os ramos das ciências, mas os principais estão assinalados.

* * *

A evolução política mundial, com a separação nítida em dois campos, teve profunda repercussão na ciência, criando novos problemas e reabrindo a discussão sobre as próprias bases das ciências. Inversamente, a ciência pas-

(*) Fundamentos publicou em seu N.º 1, um apanhado geral do assunto, de autoria do Prof. Paulo Bittencourt.

sou a ter importância decisiva na orientação dos governos. Os dados científicos passaram a ter uma importância ainda mais acentuada na determinação da política interna e externa dos países, especialmente das potências. Esses fatores repercutiram profundamente nos problemas de organização da ciência, nas programações das pesquisas, e do ponto de vista dos cientistas, na sua posição social. A cisão do mundo em dois campos distintos levou necessariamente a um aproveitamento diferente das ciências, em cada um deles. O campo imperialista, com os Estados Unidos à frente, orientou o aproveitamento da ciência no sentido do armamentismo guerreiro, centralizando a sua atenção no problema da energia atômica do ponto de vista militar. A maior parte das verbas para pesquisa científica nos Estados Unidos são distribuídas às forças militares e encaminhadas para o estudo e o aperfeiçoamento da bomba atômica e dos projéteis a jacto. Tais pesquisas se realizam sob contrato militar e, sob condições de segredo de Estado. Os resultados não são publicados, os cientistas são sujeitos a condições de vigilância e controle militares que têm produzido sérios descontentamentos. De outro lado, nos países anti-imperialistas predomina o extenso aproveitamento da ciência na reconstrução e expansão dos meios de produção. As verbas destinadas às pesquisas científicas, nesses países proporcionalmente muito superior às dos países capitalistas, são canalizadas, sobretudo, para as pesquisas práticas da agronomia e da tecnologia aplicada à indústria, segundo um critério geral, da utilidade dos resultados em relação à produção e, em relação à elevação rápida dos padrões de vida das populações.

Como se vê, também no terreno da ciência se definiram nos últimos tempos duas orientações antagônicas: de um lado a ciência empregada primordialmente como

fonte de poderio militar para a guerra, e de outro, a ciência empregada como base para a construção pacífica. Como não poderia deixar de ser, estas duas concepções do emprego social da ciência entraram em choque, do que tem resultado acirradas discussões que já não dizem mais respeito a pontos de doutrina científica, mas à própria função social da ciência. Nêsse sentido o ano de 48 apresenta um interesse particular para o historiador da ciência, pois nêle vieram à tona várias discussões científicas que caracterizam muito nitidamente a posição das concepções políticas em conflito. Bastaria lembrar a já famosa controvérsia genética (*) que ainda hoje empolga não só os meios científicos como a opinião leiga de todo o mundo. Outro tema sôbre o qual se pretende abrir novas discussões é o do Maltusianismo. Alguns livros como os de Osborn e Vogt, recentemente publicados nos Estados Unidos, têm procurado veicular a tese falsa e pessimista de que o crescimento das populações se faz com maior rapidez do que a capacidade de produção de alimentos. As inferências dessas idéias são óbvias e os próprios arautos americanos já chegaram ao extremo de sugerir que o auxílio americano a outras nações só seja dado aos que se submetam a esterilizações. Essas idéias pseudo-científicas demonstram o interesse em limitar o emprego da ciência e negar a capacidade do método científico em atender às necessidades crescentes das populações. Alguns pronunciamentos científicos, feitos em 48, sôbre êsses problemas gerais são de grande importância. Entre êles são de notar-se, as resoluções da Academia de Ciências Agrárias da U. R. S. S. sôbre a questão genética; o extraordinário discurso de Marcel Prenant, em Wroclaw, sôbre a ciência, o pro-

(*) (Ver Fundamentos, n.º 6 — Duas teorias genéticas, de Plínio Ribeiro Cardoso).

gresso e a paz; as declarações do Prof. Joliot-Curie, sobre as pesquisas atômicas; e, recentemente, o livro do Prof. Blackett sobre as consequências militares e políticas da energia atômica, de que falaremos ainda nesta crônica. As disputas no campo da ciência vêm demonstrar que na realidade as concepções sobre o emprego do método científico variam segundo as classes em luta. E mais, vieram explodir também, de uma vez por todas, a falsa idéia de que os cientistas são alheios às injunções de classe. A atuação dos cientistas do capitalismo nessas controvérsias tem demonstrado que a objetividade dos métodos que empregam em seus trabalhos nada tem a ver com a falta de objetividade de suas opiniões políticas. Tal contradição teve confirmação espetacular em muitos cientistas de valor do mundo capitalista, que vêm assumindo posições reacionárias em relação ao próprio progresso científico, e demonstra, que somente a extensão dos métodos científicos à própria organização social — o socialismo científico — poderá evitar o declínio da ciência e o ressurgimento do obscurantismo. Em outras palavras, só o socialismo poderá garantir o progresso da ciência.

* * *

Entre os prêmios científicos internacionais mais importantes estão os famosos prêmios Nobel. Os prêmios Nobel de 48 recaíram sobre três pesquisadores de grande projeção em suas respectivas ciências.

O prêmio de química foi dado ao professor Arne Tiselius pelos seus trabalhos sobre as proteínas, para cujo estudo desenvolveu várias teorias e construiu aparelhos muito engenhosos. Seus estudos têm grande importância para o aperfeiçoamento dos métodos de transfusão de sangue, e também para o estudo de vacinas e sêros. Além disso suas pesquisas foram básicas para muitas investigações sobre as proteínas dos tecidos

normais e patológicos, estudos êses de fundamental importância para as investigações clínicas.

O prêmio de medicina foi dado ao cientista suíço Paul Muller que, em setembro de 39, descobriu uma droga de grande importância na higiene, o D. D. T. O D. D. T. é uma das armas mais poderosas com que conta o homem para o combate aos insetos vetores de moléstias como a malária e o tifo. Muller dedicava-se desde 1930 ao estudo dos insecticidas sintéticos.

Na Física foi laureado o prof. Patrick M. S. Blackett, uma das maiores figuras atuais da ciência. Blackett tem feito contribuições importantes à física experimental e teórica. Foi o primeiro cientista a fotografar a desintegração dos núcleos atômicos em 1924. Em 29 inventou um dispositivo eletrônico automático para a fotografia dos raios cósmicos. Em 32 conseguiu as provas experimentais da existência do positron ou electron positivo. Durante a guerra teve atuação destacada na organização da defesa submarina e anti-aérea dos aliados, no desenvolvimento da pesquisa operacional (vide Fundamentos n. 1) e da bomba atômica. Depois da guerra fez parte do Comité de Energia Atômica da Inglaterra até sua dissolução. Em 47 propôs uma nova teoria relacionando os fenomenos de eletromagnetismo com a gravitação. Blackett é um cientista cômico de suas responsabilidades sociais. Como Presidente da Associação dos Trabalhadores Científicos durante vários anos, fez notáveis contribuições aos Congressos Sindicais ingleses. Em fins de 48 Blackett publicou o livro a que nos referimos, e que está tendo a maior repercussão em todo mundo. Baseado em seu conhecimento na sua experiência como membro da Comissão de Energia Atômica Inglesa, Blackett denuncia a política atômica dos EE.UU. e Inglaterra, como uma política tão pouco realista do ponto de vista militar, como funesta

em suas conseqüências políticas. Com êsse livro importantíssimo que, segundo a opinião de vários críticos é um dos livros mais importantes dos últimos tempos, Blackett presta mais um grande serviço ao progresso da humanidade e à paz.

* * *

No Brasil são dignos de nota dois fatos de ordem geral relacionados com o progresso das ciências. Em primeiro lugar o que se poderia denominar a democratização da cultura científica representada principalmente pela criação em vários órgãos da imprensa de secções especializadas na divulgação científica, e, a grande aceitação de revistas de divulgação de conhecimentos técnicos e científicos. É de se lamentar, que, nem todas essas divulgações tenham o mesmo critério de seriedade, descambando muitas delas para o sensacionalismo e a veiculação de idéias que falseam o espírito da ciência. Mas não se pode deixar de assinalar que o simples fato de jornais e revistas dedicarem mais espaço à divulgação científica, constitue um progresso notavel do espirito científico entre nós. FUNDAMENTOS que já assinalou em números anteriores esses fatos, pretende analisá-los mais de perto em número futuro.

Outro fato de importância é a tendência que se nota nos meios científicos, principalmente universitários, em proceder a uma integração na organização das pesquisas científicas entre nós. Ainda agora o DASP estuda a organização do Conselho Nacional da Pesquisa Científica. Esperemos que a elaboração dêsse projeto seja feita com rapidez, e seja aberta, democraticamente à discussão pública, e não tenha o mesmo destino que o importante projeto de Caio Prado Junior para a regulamentação do artigo 123 da Constituição de São Paulo que até hoje dorme nas gavetas da Assembléia Legislativa.

Para finalizar, não podemos

deixar de assinalar, ainda em crônica sucinta como esta, o desenvolvimento do Departamento de Física da Universidade de São Paulo, onde foram inaugurados e entraram em montagem aparelhamentos de grande importância para os estudos dessa especialidade em nosso país. Assim, foi inaugurado no dia 25 de janeiro a nova instalação do Departamento de Física, na futura Cidade Universitária do Butantã, com a montagem do Betatron construído especialmente para o nosso Departamento de Física. Ao mesmo tempo foi iniciada a montagem do aparelho de Van der Graaf. Em conferências realizadas no dia 14 de março último, na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, os professores Marcelo Damy de Souza Santos e Oscar Sala, fizeram uma exposição circunstanciada das novas instalações e da nova aparelhagem, indicando ao mesmo tempo os tipos de pesquisa que poderão ser realizadas em S. Paulo. Os dois grandes aparelhos são de certa forma complementares na sua utilidade para as pesquisas nucleares. Prestarão para a produção de isótopos radioativos, o que permitirá grande impulso na pesquisa biológica e bioquímica entre nós. No terreno propriamente da física, o nosso Departamento estará em condições para o estudo original de vários problemas importantes no terreno das partículas nucleares. Com o Betatron será possível ao grupo de São Paulo estudar entre outros problemas, os que se relacionam com a foto-desintegração nuclear, a chamada função de excitação, estudar a fissão por raios gama; e, com o acelerador eletrostático de Van der Graaf estão em perspectiva estudos sobre a difusão inelástica dos neutros e pesquisas sobre a espectroscopia nuclear. Em tempo oportuno FUNDAMENTOS publicará uma reportagem completa sobre o Departamento de Física de nossa Universidade, um dos centros mais sérios e importantes de pesquisas científicas no país.

J. E. F.

REVISTAS RECEBIDAS

Vertice, n. 64 — Dezembro, 48 — Coimbra — Portugal
 Clá, n. 6 — Dezembro, 48 — Fortaleza — Ceará
 Labour Monthly — Março, 49 — Londres
 Revista do Club Militar, n. 92 — Nov. Dez., 48 — Rio de Janeiro
 Época, n. 3 — Janeiro, 49 — Aracajú — Sergipe
 Political Affairs — Março, 49 — New York — Estados Unidos
 Expansão Econômica — Março, 49 — Curitiba — Paraná
 Resenha Literária, n. 2 — Recife — Pernambuco
 Tentativa, n. 1 — Abril, 49 — Atibaia — S. Paulo
 France Nouvelle, n. 168 — Março, 49 — Paris — França
 Renascita — Dezembro, 48 — Roma — Italia
 Vie Nuove, n. 9-11 — Fevereiro-Março, 49 — Roma — Italia

L I V R O S

Tanus Jorge Bastani — “O Libano e os libaneses no Brasil” — 1949
 Marcos Iolovitch — “Preces Profanas” — Ed. Globo — Porto Alegre, 1949

AINDA ESTE MÊS

Em todas as livrarias

Testamento sob a Força

(diário de um herói)

de JULIO FUCHIK

Este livro “é a expressão em imagens e ações humanas da ideologia e das perspectivas da parte mais avançada da humanidade...”

EDITORIAL VITÓRIA, LTDA. — Rua do Carmo 6, sala

— 1306, RIO —



Um presente a cultura brasileira...

OBRAS COMPLETAS

DE

Monteiro Lobato

agora, num bloco unificado, a extraordinária obra do mais lido e querido escritor de nossa terra.

OS 13 VOLUMES QUE COMPÕEM A 1.ª SÉRIE LITERATURA GERAL DAS OBRAS COMPLETAS DE MONTEIRO LOBATO

Ricilmente encadernados em percalina americana com gravações a ouro - Formato 14,5 x 22 cms

1.º Urupês • 2.º Cidades Mortas • 3.º No Brlha • 4.º Juízas de Jeca Tatú • 5.º A Onda Verde e O Presidente Negro • 6.º Na Antevéspera • 7.º O Escândalo do Pa- trício e Ferro • 8.º Mr. Blang e o Brasil • 9.º Problema Vital • 10.º América • 11.º Mundo da Lua e Miscelâneas • 12.º A Barca de Gleyre (em dois tomos) • 13.º Prefácios e Entrevistas

Mais de 4 mil páginas de leitura

A EDITORA BRASILIENSE tem orgulho em apresentar ao povo brasileiro, em edição uniforme, as OBRAS COMPLETAS do genial criador de Jeca Tatú. O nome de Monteiro Lobato assinala o ponto mais alto da nossa literatura, pois ninguém como ele soube interpretar e exprimir os sentimentos e aspirações dagente brasileira. Sua obra, em conjunto, vale como o mais expressivo e fiel retrato do Brasil.

Nos 13 volumes que compõem a 1.ª Série - LITERATURA GERAL - das OBRAS COMPLETAS DE MONTEIRO LOBATO, os leitores encontrarão tudo o que o famoso escritor produziu desde a sua mocidade: contos, romances, artigos, prefácios, entrevistas, correspondência e muita matéria inédita, só agora reunida em volume, neste grandioso empreendimento editorial.

13 VOLUMES RICAMENTE ENCADERNADOS



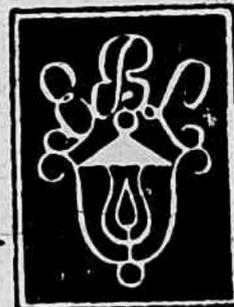
PLANO DE VENDA EM MÓDICAS PRESTAÇÕES MENSAIS ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE CRÉDITO

DA

Editora **BRASILIENSE** Ltda.

ANEXO À LIVRARIA MONTEIRO LOBATO

• Telefone: 6-2423 • Caixa Postal 163-B • São Paulo



U. 18

FUNDAMENTOS

Publicou nos seus números anteriores

A LUTA PELO PETROLEO BRASILEIRO

Fernando Luiz Lobo Carneiro

A FILOSOFIA HUMANISTA DE NOSSA ÉPOCA

Jacob Gorender

O PROBLEMA HIDRO-ELÉTRICO DE S. PAULO

Catulo Branco

ECONOMIA INDÚSTRIAL E AGRÍCOLA

L. Herrmann

CRISE DO ESPIRITO

Astrojildo Pereira

7 CARTAS LOUCAS – I, II, III, IV e VI

Afonso Schmidt

**ESPLENDOR E DECADÊNCIA DO ALOGDÃO EM
SÃO PAULO**

Ruy Barbosa Cardoso

MONTEIRO LOBATO – O HOMEM

Artur Neves

Caio Prado Junior

MÉTODOS SOCIOLÓGICOS

Caio Prado Junior

DUAS TEORIAS NA GENÉTICA

Dr. Plinio Ribeiro Cardoso

A ESTRÉIA DA GUILHOTINA

Annibal M. Machado

SANTA

Ivan Pedro de Martins

A LUTA PELA PAZ

A. Fadeyev

TEATRO

Pedro S. Almeida